

1ª ERRATA

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, por meio da Centralizadora Nacional de Contratações – CECOT, comunica as seguintes retificações do edital conforme segue:

1. Retificamos ainda em conformidade com as orientações elencadas:
2. Na descrição do objeto do Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS:

Onde se lê:

OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de Serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS ou Subscrição), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers) e transferência de conhecimento, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

Leia-se:

OBJETO

Contratação de empresa para fornecimento de Serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers) e transferência de conhecimento, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

3. No Item 1, na coluna “Descrição” do Anexo II – PROPOSTA COMERCIAL:

Onde se lê:

Item	Descrição
1	Serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS ou Subscrição), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers)

Leia-se:

Item	Descrição
1	Serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers)

4. No Anexo II – PROPOSTA COMERCIAL**Onde se lê:****TABELA DE PREÇO SAAS OU SUBSCRIÇÃO:**

Preço Mensal	Preço Anual

Leia-se:**TABELA DE PREÇO SAAS:**

Preço Mensal	Preço Anual

5. No Item 1, na coluna “Descrição” da Cláusula Sexta – DOS PREÇOS do Anexo IV – MINUTA DE CONTRATO:

Onde se lê:

Item	Descrição
1	Serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS ou Subscrição), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers)

Leia-se:

Item	Descrição
1	Serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico,

	administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers)
--	---

6. Vale frisar que as retificações supra não impactam a precificação e/ou nos requisitos de participação. Permanecem inalterados os demais itens deste Edital e seus anexos. Ficam mantidos os prazos do certame.

Brasília/DF, 17 de março de 2025.

Lorena Nascimento dos Santos.
Licitadora

AVISOS

AVISO 1:

Os certames licitatórios da CAIXA passam a ser exclusivamente por meio eletrônico.

Para participação é necessário que o licitante tenha cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), não sendo mais necessário comparecer a uma agência da CAIXA.

Solicitamos a leitura atenta do item 3 do edital para o correto cadastro no Portal Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br).

AVISO 2:

Informamos que foi implantada, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br), a ferramenta GUARDA DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, que consiste em um repositório de arquivos no qual o licitante deverá anexar e manter atualizada a sua documentação de habilitação.

O repositório visa a otimização dos documentos enviados para o Portal de Licitações CAIXA, de modo que o licitante não precisará mais realizar individualmente o *upload* dos documentos de habilitação para cada certame que tenha interesse em participar.

O licitante deverá incluir no repositório do cadastro a documentação de habilitação exigida neste edital e alterar quando houver necessidade de atualização. **Contudo, para cada certame o licitante deverá selecionar os documentos de seu repositório e vincular ao certame/item de interesse, de acordo com as disposições estabelecidas no Edital de interesse.**

RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CAIXA está orientada a gerir seus negócios, processos, atividades e relacionamentos com as partes interessadas com base nos princípios e diretrizes de sua Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, de modo a assegurar a atuação e o desenvolvimento sustentável, prezando pelo respeito ao meio ambiente, pela proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos, da biodiversidade e da adaptação às mudanças climáticas do País.

Para o aprofundamento das práticas de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, a CAIXA estabeleceu as seguintes premissas para a gestão de seus negócios:

- ✓ Atuar de forma ética, com respeito aos direitos humanos universais e às leis dos países onde a CAIXA atua, e repudiar qualquer tipo de atitude ilícita nas suas operações e relacionamentos;
- ✓ Engajar e dialogar continuamente com as partes interessadas para estimular a adesão a boas práticas sociais, ambientais e climáticas, além da legislação inerente ao tema; no desenvolvimento, implementação e monitoramento de políticas, práticas e negócios;
- ✓ Atuar de forma colaborativa junto a clientes, fornecedores, concorrentes, governo e demais atores da cadeia de valor, a fim de promover, por meio de nossos serviços e relacionamentos, o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer as necessidades das futuras gerações;
- ✓ Fomentar, em toda a sua cadeia produtiva, o repúdio a todas as atitudes preconceituosas relacionadas à origem, raça, gênero, cor, idade, religião, ao credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação, estimulando a utilização dos meios de comunicação disponíveis para os registros de ocorrências que atentem contra o Código de Ética da CAIXA e a legislação específica em vigor;
- ✓ Contribuir para a conscientização dos danos causados ao ambiente em decorrência da intervenção humana, com abrangência a todas as partes interessadas da empresa;
- ✓ Formar parceria com fornecedores com foco na melhoria de processos para a redução e mitigação dos impactos econômicos, sociais, ambientais e climáticos diretos e indiretos em suas atividades de gestão socioambiental;
- ✓ Definir meios que contribuam para redução do consumo dos recursos naturais utilizados na empresa, adotando medidas adequadas à destinação de resíduos, sem prejuízo das condições de trabalho e sem alteração do padrão tecnológico atual;
- ✓ Incentivar a logística inversa e logística reversa;
- ✓ Atuar junto aos fornecedores para induzir a adoção de boas práticas de práticas que visem à mitigação das mudanças climáticas e à segurança hídrica, como a análise dos riscos e oportunidades e a ampliação de conhecimentos e experiências;
- ✓ Priorizar o consumo sustentável de recursos naturais e de materiais nos processos internos e nas contratações de bens e serviços;
- ✓ Incentivar a redução, reutilização, reciclagem e destinação adequada de resíduos, bem como à aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis, que favoreçam a economia de insumos e energia, produzam menos poluentes e utilizem o

conceito de tecnologia ou produção mais limpa, buscando minimizar os potenciais impactos ambientais negativos;

✓ Contribuir para a proteção e conservação dos ecossistemas, dos recursos hídricos e da biodiversidade e desenvolvimento de soluções que promovam uma economia de baixo carbono;

✓ Incluir na política de relacionamento com fornecedores, observadas as exigências legais, como variáveis de seleção e avaliação, questões sobre relações trabalhistas: não utilização de trabalho infantil em quaisquer atividades, nem mão de obra em condição de trabalho degradante ou análoga à escravidão. E ainda, questões que promovam melhorias nos processos de maneira a reduzir e/ou mitigar impactos ambientais diretos e indiretos em suas atividades; estimulando os fornecedores a replicarem essas considerações também em seus contratos, criando um círculo virtuoso de conscientização social;

✓ Priorizar a economia da manutenção e operacionalização da edificação e redução do consumo de energia e água nas contratações de obras e serviços de engenharia, por meio de tecnologias, práticas e materiais que reduzam o impacto ambiental;

✓ Priorizar, nos limites legais, os fornecedores que não comungam com práticas que infrinjam os direitos humanos e, também, que contribuam para a conservação ambiental e para a proteção à biodiversidade e que combatam a exploração ilegal e predatória das florestas;

✓ Contribuir para erradicação do trabalho infantil, do trabalho forçado ou análogo ao escravo, promovendo discussão acerca desses temas com fornecedores, estimulando-os a cumprirem a legislação;

✓ Definir meios que permitam a realização de campanhas de conscientização para todos os fornecedores, de forma que fique explicitado o repúdio da CAIXA à mão de obra infantil e à mão de obra escrava;

✓ Contribuir para a erradicação de políticas ilegais, imorais e antiéticas, promovendo a divulgação de iniciativas de combate à corrupção e propina, com ações de educação para todas as partes interessadas – como fornecedores, clientes e consumidores, entre outros –, disseminando o tema e orientando sobre a utilização de ferramentas correlatas.

NOSSOS VALORES ÉTICOS

A CAIXA elaborou o seu Código de Ética, que tem por objetivo sistematizar os valores éticos que devem nortear a condução dos negócios, orientar as ações e o relacionamento com os interlocutores internos e externos.

Compartilhamos com você, que poderá ser um parceiro da CAIXA, os valores éticos que nortearão a nossa relação.

RESPEITO

✓ As pessoas na CAIXA são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade.

✓ Exigimos de dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA absoluto respeito pelo ser

humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

✓ Repudiamos todas as atitudes de preconceitos relacionadas à origem, raça, sexo, cor, idade, religião, credo, classe social, incapacidade física e quaisquer outras formas de discriminação.

✓ Respeitamos e valorizamos nossos clientes e seus direitos de consumidores, com a prestação de informações corretas, cumprimento dos prazos acordados e oferecimento de alternativa para satisfação de suas necessidades de negócios com a CAIXA.

✓ Preservamos a dignidade de dirigentes, empregados e parceiros, em qualquer circunstância, com a determinação de eliminar situações de provocação e constrangimento no ambiente de trabalho que diminuam o seu amor-próprio e a sua integridade moral.

✓ Os nossos patrocínios atentam para o respeito aos costumes, tradições e valores da sociedade, bem como a preservação do meio ambiente.

HONESTIDADE

✓ No exercício profissional, os interesses da CAIXA estão em 1º lugar nas mentes dos nossos empregados e dirigentes, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros, de forma a resguardar a lisura dos seus processos e de sua imagem.

✓ Gerimos com honestidade nossos negócios, os recursos da sociedade e dos fundos e programas que administramos, oferecendo oportunidades iguais nas transações e relações de emprego.

✓ Não admitimos qualquer relacionamento ou prática desleal de comportamento que resulte em conflito de interesses e que estejam em desacordo com o mais alto padrão ético.

✓ Não admitimos práticas que fragilizem a imagem da CAIXA e comprometam o seu corpo funcional.

✓ Condenamos atitudes que privilegiem fornecedores e prestadores de serviços, sob qualquer pretexto.

✓ Condenamos a solicitação de doações, contribuições de bens materiais ou valores a parceiros comerciais ou institucionais em nome da CAIXA, sob qualquer pretexto.

COMPROMISSO

✓ Os dirigentes, empregados e parceiros da CAIXA estão comprometidos com a uniformidade de procedimentos e com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais.

✓ Temos compromisso permanente com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a nossa Instituição.

✓ Pautamos nosso relacionamento com clientes, fornecedores, correspondentes, coligadas, controladas, patrocinadas, associações e entidades de classe dentro dos princípios deste Código de Ética.

✓ Temos o compromisso de oferecer produtos e serviços de qualidade que atendam ou superem as expectativas dos nossos clientes.

✓ Prestamos orientações e informações corretas aos nossos clientes para que tomem decisões conscientes em seus negócios.

✓ Preservamos o sigilo e a segurança das informações.

✓ Buscamos a melhoria das condições de segurança e saúde do ambiente de trabalho, preservando a qualidade de vida dos que nele convivem.

✓ Incentivamos a participação voluntária em atividades sociais destinadas a resgatar a

cidadania do povo brasileiro.

TRANSPARÊNCIA

- ✓ As relações da CAIXA com os segmentos da sociedade são pautadas no princípio da transparência e na adoção de critérios técnicos.
- ✓ Como Empresa pública, estamos comprometidos com a prestação de contas de nossas atividades, dos recursos por nós geridos e com a integridade dos nossos controles.
- ✓ Aos nossos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia dispensamos tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento dos normativos a que estamos subordinados.
- ✓ Oferecemos aos nossos empregados oportunidades de ascensão profissional, com critérios claros e do conhecimento de todos.
- ✓ Valorizamos o processo de comunicação interna, disseminando informações relevantes relacionadas aos negócios e às decisões corporativas.

RESPONSABILIDADE

- ✓ Devemos pautar nossas ações nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a resguardar a CAIXA de ações e atitudes inadequadas à sua missão e imagem e a não prejudicar ou comprometer dirigentes e empregados, direta ou indiretamente.
- ✓ Zelamos pela proteção do patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens, equipamentos e demais recursos colocados à nossa disposição para a gestão eficaz dos nossos negócios.
- ✓ Buscamos a preservação ambiental nos projetos dos quais participamos, por entendermos que a vida depende diretamente da qualidade do meio ambiente.
- ✓ Garantimos proteção contra qualquer forma de represália ou discriminação profissional a quem denunciar as violações a este Código, como forma de preservar os valores da CAIXA.

Alô CAIXA

4004 0104 (Capitais e Regiões Metropolitanas)

0800 104 0104 (Demais Regiões)

SAC

0800 726 0101

Ouvidoria

0800 725 7474

EDITAL

CENTRALIZADORA NACIONAL CONTRATAÇÕES – CECOT
LICITAÇÃO CAIXA 063/2025 – CECOT – tipo MENOR PREÇO
AVISO DE LICITAÇÃO PUBLICADO NO DOU EM 06/03/2025

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, daqui por diante denominada simplesmente CAIXA, por intermédio da sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT/BR, representada por Licitador designado mediante portaria, divulga aos interessados a presente licitação na modalidade **LICITAÇÃO CAIXA**, do tipo **MENOR PREÇO**, cuja sessão pública será realizada via internet com objetivo de contratar empresa(s) para o fornecimento(s) descritos no item 1 abaixo, sendo os procedimentos da licitação e do(s) consequente(s) contratos regidos pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA – RLCC, Leis nº 13.303 de 30/06/2016 e nº 8.429 de 02/06/1992, pela LC nº 123 de 14/12/2006, pelo Decreto nº 8.538 de 06/10/2015 e pela Resolução Conjunta nº 6 de 21/05/2020 do Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal Superior Eleitoral e respectivas alterações, bem como pelas disposições deste Edital e Anexos.

O **CREDENCIAMENTO** para esta Licitação CAIXA deverá ser efetuado **até às 23:59 horas do dia 21/03/2025** – HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio do endereço eletrônico, conforme **item 3.4** deste edital.

As **PROPOSTAS COMERCIAIS** poderão ser enviadas depois de efetuado o CREDENCIAMENTO e serão recebidas **até às 09:00 horas do dia 24/03/2025**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, exclusivamente por meio eletrônico, conforme formulário disponibilizado no endereço eletrônico, conforme item 5.1 deste edital.

A abertura da **SESSÃO PÚBLICA**, para todos os efeitos, inclusive para o fim de impugnação do Edital, inicia-se após a data e horário limites para o recebimento das propostas, **às 11:00 horas do dia 24/03/2025**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>.

A etapa de **RECEBIMENTO DOS LANCES** na Internet será aberta **das 11:00 horas até às 11:30 horas do dia 24/03/2025**, HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF, no endereço eletrônico, conforme item 7.1 deste edital.

Poderá ser apresentada **IMPUGNAÇÃO** ao Edital desta Licitação CAIXA **até às 23:59 horas do dia 17/03/2025**, exclusivamente por meio eletrônico, por umas das formas a

seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link IMPUGNAÇÃO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR IMPUGNAÇÃO → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “IMPUGNAÇÃO” → selecionar o botão “CADASTRAR IMPUGNAÇÃO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR IMPUGNAÇÃO”.

Pedidos de **ESCLARECIMENTOS** poderão ser feitos **até às 23:59 horas do dia 17/03/2025**, exclusivamente por meio eletrônico, por uma das formas a seguir:

- a) Se tiver senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → digitar a SENHA → acionar o link LOGIN - FORNECEDOR E COMPRADOR, selecionar ACESSAR A ÁREA PESSOA FÍSICA ou ACESSAR A ÁREA PESSOA JURÍDICA → selecionar o CNPJ desejado → selecionar a MODALIDADE desejada → selecionar o link QUESTIONAMENTO → no certame/item desejado selecionar o link ENVIAR QUESTIONAMENTO → registrar os argumentos e confirmar.
- b) Caso não tenha senha de acesso ao sistema, acessar o endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br> → no quadro “PESQUISA DE CERTAME”, localizar a licitação desejada → clicar no Nº Certame → aba “QUESTIONAMENTO” → selecionar o botão “CADASTRAR QUESTIONAMENTO” → efetuar os preenchimentos devidos, anexar eventuais arquivos e para finalizar clicar em “ENVIAR QUESTIONAMENTO”.

Os pedidos de esclarecimentos serão respondidos até **2 (dois) dias úteis** antes da data da sessão pública.

O Licitador poderá suspender os prazos do certame, mediante motivação do ato, registrada em ata da sessão pública, para responder ao(s) esclarecimento(s) e à(s) impugnação(ões).

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa para o fornecimento de serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers) e transferência de conhecimento, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a serem executados em todo território nacional, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, conforme abaixo:

ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA
ANEXO I-A	FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO
ANEXO I-B	REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA FORNECEDORES DE NUVEM
ANEXO I-C	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO
ANEXO II	PROPOSTA COMERCIAL
ANEXO III	PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS
ANEXO IV	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO V	MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE
ANEXO VI	TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL e CLIMÁTICA
ANEXO VII	DECLARAÇÃO DO LICITANTE
ANEXO VIII	DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

1.1.1 As especificações do objeto, a quantidade total estimada, os locais de entrega e a forma de execução do contrato constam dos Anexos I ao I-C deste Edital.

2 DA PARTICIPAÇÃO

2.1 Podem participar desta Licitação CAIXA as empresas cujo objeto social seja

pertinente e compatível com o objeto desta licitação.

- 2.1.1 O licitante não cadastrado no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, mas que tenha interesse em fazer parte do referido Sistema, previamente à realização da licitação poderá providenciar tanto o credenciamento quanto o cadastramento em seus níveis por meio do site <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital>.
- 2.1.1.1 O Credenciamento da empresa no SICAF e o cadastramento em cada nível são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Regularidade Fiscal Federal e Qualificação Econômico-financeira.
- 2.1.1.2 Os documentos exigidos, bem como as instruções para efetuar o registro no SICAF constam do manual que pode ser obtido no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/sistemas/sicaf-digital> → Aba Manuais.
- 2.1.2 A documentação de habilitação deve ser anexada no repositório de documentos, dentro do Cadastro do Licitante (vide “*Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação*” localizado no sistema). Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de um certame.
- 2.1.2.1 A inserção da documentação de habilitação no REPOSITÓRIO DE DOCUMENTOS poderá ocorrer a qualquer tempo acessando o ícone MEU CADASTRO na Área Logada do Fornecedor, entretanto a vinculação dos documentos de habilitação ao certame de interesse deverá ser realizada até o momento de envio indicado no item 8.7.
- 2.2 O licitante enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, nos termos do art. 3º e §1º do Art. 18-A da LC 123/2006, desde que não esteja inserido nas hipóteses do §4º do mesmo artigo, terá assegurado o tratamento diferenciado previsto na LC, observadas as condições estabelecidas neste Edital.
- 2.2.1 Para fins deste Edital, as microempresas, as empresas de pequeno porte e o microempreendedor individual – MEI são identificados como MPE.
- 2.2.2 A empresa que se enquadra como MPE, deve apresentar declaração nos termos do Anexo V, para fins do tratamento diferenciado previsto na LC 123/2006, devendo ser encaminhada na forma do item 8.7.
- 2.3 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e da apresentação de suas propostas.
- 2.4 **Não é admitida nesta licitação a participação de empresa(s):**
 - 2.4.1 Em recuperação judicial ou extrajudicial, ou em processo de falência, sob

concurso de credores, em dissolução ou em liquidação; exceto aquelas que apresentem Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor; além de cumprir todos os requisitos do item 8.4 deste edital, estando dispensada apenas, nesses casos, a certidão negativa de falência e concordata;

- 2.4.2 Que estejam reunidas em consórcio, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- 2.4.3 Organizada sob a forma de cooperativa, tendo em vista que pela natureza do(s) serviço(s) existe a necessidade de subordinação jurídica entre o prestador de serviço e a contratada, bem como de pessoalidade e habitualidade, considerando, ainda, que, por definição, não existe vínculo de emprego entre as cooperativas e seus associados;
- 2.4.4 Que estejam com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- 2.4.5 Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja dirigente ou empregado da CAIXA;
- 2.4.6 constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.7 cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- 2.4.8 constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.9 cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- 2.4.10 que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
- 2.4.11 Aplica-se também a vedação prevista no item 2.4 acima:
 - I À contratação do empregado CAIXA ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;
 - II A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

- a) Dirigente da CAIXA;
- b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
- c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
- d) Cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

3 DO CADASTRO, DA RECUPERAÇÃO DE SENHA E DO CREDENCIAMENTO

- 3.1 Para participar desta Licitação CAIXA, o interessado deve providenciar o **Cadastro** no Portal de Compras Licitações CAIXA e efetuar o **Credenciamento** neste certame específico, seguindo os passos abaixo.
 - 3.1.1 O cadastramento para acesso ao Portal Licitações CAIXA é realizado obrigatoriamente para pessoa física, que após concluído o cadastro, pode vincular e cadastrar pessoas jurídicas as quais possua a qualificação de sócio, podendo este designar representantes e equipe de usuários.
 - 3.1.1.1 O Guia de Orientações de acesso ao Portal – manual de acesso, fica disponível na Área Pública do Portal, em FAQ e Tutoriais.
- 3.2 O **CADASTRO** é realizado no site da CAIXA, acessando o endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, conforme as seguintes etapas: acionar o botão ENTRAR → selecione o campo “CADASTRE-SE”, siga as telas informando o CPF, o NOME COMPLETO, o CELULAR, a DATA DE NASCIMENTO e o E-MAIL, na sequência defina a SENHA de 6 números, preencha os dados do PRÉ-CADASTRO, anexe a documentação de habilitação obrigatória de pessoa física utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecione as ÁREAS DE INTERESSE, confirme o aceite do TERMO DE ADESÃO e acione “CONCLUIR CADASTRO”.
 - 3.2.1 Para cadastrar pessoa Jurídica o SÓCIO de uma empresa deve acessar seu cadastro de Pessoa Física, e selecionar o campo “ACESSAR A ÁREA PESSOA JURIDICA”, na sequência, acionar o botão “VINCULAR NOVO CNPJ”, preencher o formulário para cadastro da pessoa jurídica a ser vinculada à pessoa física, anexar a documentação de habilitação obrigatória de pessoa jurídica utilizando a extensão de arquivo jpg ou pdf, selecionar as ÁREAS DE INTERESSE, confirmar o aceite do TERMO DE ADESÃO e acionar “CONCLUIR CADASTRO”.
- 3.3 Toda a validação cadastral é realizada com sincronia com o banco de dados da Receita Federal, portanto concluído o cadastro não é necessário se dirigir a agência da CAIXA.

- 3.4 Os procedimentos para **CADASTRO**, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados ainda não cadastrados no Portal Licitações CAIXA - www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 3.5 Para recuperar a senha de acesso ao sistema, acesse o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br → acionar o botão ENTRAR → digitar o CPF → acionar o botão RECEBER CÓDIGO → informar o CÓDIGO recebido no e-mail → definir a nova SENHA.
- 3.5.1 O usuário receberá no e-mail cadastrado mensagem com LINK PARA REDEFINIÇÃO DE SENHA, caso não seja recepcionado, pesquise também na pasta SPAM de sua conta de e-mail. Efetue o troca senha obrigatório informando nova senha com 6 dígitos numéricos.
- 3.6 Para participar desta LICITAÇÃO CAIXA, a interessada deverá providenciar o **CREDENCIAMENTO** ao certame até o dia e hora indicados no preâmbulo deste edital, exclusivamente por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, efetuar autenticação com *login e senha* acionando o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “**Credenciamento em Novos Certames**” e marcar Comprador “**CAIXA**”, selecionar o certame desejado e clicar na Atividade “**Credenciamento**”, selecionar a declaração de ciência e marcar a(s) opção(ões) de direito de preferência, caso se aplique, e finalizar o credenciamento clicando em “**Concordar**”.
- 3.6.1 Decorrido esse prazo não será possível o credenciamento para participação nesta Licitação CAIXA.
- 3.6.2 Para todos os efeitos legais, caso esteja enquadrada nas definições de MPE, nos termos do item 2.2, o licitante deve selecionar a opção “**ME/EPP**” na tela “**Credencia Pessoa Física/Pessoa Jurídica**”, constante da opção “**Credenciamento**”, no endereço eletrônico citado no item 3.6, para usufruir dos benefícios previstos na referida LC.
- 3.6.2.1 O sistema somente identificará o licitante como MPE caso faça a opção indicada no item 3.6.2 acima, sendo este o ÚNICO momento em que o sistema oportuniza ao licitante declarar sua condição de preferência, requisito indispensável para que possa exercer os benefícios estabelecidos na LC 123/2006 previsto neste edital.
- 3.6.2.2 Até o início da fase de lances, o licitante poderá alterar o seu credenciamento, as opções de preferência e até mesmo se descredenciar.
- 3.7 Os procedimentos para cadastramento, citados no item 3.2, devem ser adotados apenas pelos interessados não cadastrados no site “Licitações

CAIXA” no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.

- 3.7.1 Caso esteja cadastrado, adotar os procedimentos de Credenciamento para participar do presente conforme item 3.6.
- 3.8 O cadastro possibilita a participação em todas as Licitações CAIXA e Pregões Eletrônicos da CAIXA, sendo que a etapa de credenciamento é específica para cada certame, devendo a empresa se credenciar todas as vezes que tiver interesse em participar de uma Licitação CAIXA ou pregão eletrônico realizado pela CAIXA.
- 3.9 O link “*Credenciamento em novos certames*”, constante no endereço eletrônico mencionado no item 3.6, permite o acesso a todos certames que estão na fase de Credenciamento, possibilitando a visualização e impressão do Edital no link “*Edital*”.
- 3.9.1 Ao clicar em “Credenciar” no certame escolhido, serão apresentadas as seguintes opções: “Edital” e a atividade “Credenciamento” caso ainda esteja no prazo.

4 DO SISTEMA ELETRÔNICO

- 4.1 O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firme e verdadeira sua proposta e seus lances.
- 4.2 Se o portal de Licitações CAIXA ficar inacessível por problemas operacionais, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o certame será suspenso e retomado após comunicação, via e-mail ou sistema, aos participantes.
- 4.3 No caso de desconexão apenas do Licitador, no decorrer da etapa competitiva da Licitação CAIXA, o sistema eletrônico permanecerá acessível aos licitantes para recepção dos lances, retomando o Licitador, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 4.3.1 Quando a desconexão do Licitador persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão da licitação será suspensa e reiniciada após comunicação aos participantes.
- 4.4 Caberá à licitante:**
- 4.4.1 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 4.4.2 Comunicar imediatamente à CAIXA, por meio do **Help Desk – 4004 0104** –

Capitais e regiões metropolitanas ou 0800 104 0104 – Demais localidades, qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

- 4.4.3 Solicitar o cancelamento do cadastro ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 4.5 O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 4.6 O credenciamento junto à CAIXA implica a responsabilidade legal do licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes à Licitação CAIXA.
- 4.7 Manter a gestão da documentação de habilitação no repositório do cadastro do Fornecedor (“Guarda de Documentação de Habilitação”), no Portal Licitações CAIXA.

5 DA PROPOSTA COMERCIAL

- 5.1 A Proposta Comercial (Anexo II) deve ser enviada eletronicamente, até o dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, por meio do endereço Eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO”, no certame/item desejado, informar o valor proposto e anexar o arquivo acionando o botão “ANEXAR PROPOSTA” → confirme o upload do arquivo correspondente na coluna PROPOSTA e, para confirmar a participação no item, acione o botão “CONCLUIR/ENVIAR”.
- 5.2 A **Proposta Comercial com preço GLOBAL** deve ser anexada em arquivo **ÚNICO**, limitado às extensões doc/xls/docx/xlsx/rtf/pdf/txt/odt/ods/zip.
- 5.2.1 A **Proposta de Preço** é o valor que deve ser digitado após a anexação da **Proposta Comercial** (Anexo II) e corresponde ao **VALOR GLOBAL** que consta da **Proposta Comercial** (Anexo II).
- 5.2.2 O VALOR lançado na **Proposta de Preço** e o constante da **Proposta Comercial** (Anexo II) **deverão ser coincidentes**.
- 5.2.3 É de exclusiva responsabilidade do licitante dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado.
- 5.3 A **Proposta Comercial** (Anexo II) deverá ser apresentada em uma única via, sem emendas, ressalvas, rasuras ou entrelinhas em suas partes essenciais,

contendo os seguintes elementos:

- 5.3.1 Menção ao número do Edital, com a identificação da empresa proponente, CNPJ, endereço completo (rua, número, bairro, cidade, estado), número de telefone, fax e *e-mail*;
- 5.3.2 Preço **GLOBAL** para o fornecimento de serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers) e transferência de conhecimento, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a serem executados em todo território nacional, individualizado por Item do Anexo II, atentando-se para o disposto no item 5 e subitens.
 - 5.3.2.1 Os preços propostos deverão ser expressos, obrigatoriamente, em moeda corrente nacional, neles incluídas todas as despesas de qualquer natureza tais como frete, embalagens, transportes, seguros, impostos, taxas, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, e todos os demais custos necessários ao perfeito cumprimento das obrigações objeto desta licitação, conforme as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos;
 - 5.3.2.2 Não será admitido no preço o fracionamento de centavo que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente, sem arredondamentos;
- 5.3.3 Descrição detalhada de cada equipamento ofertado, abrangendo no mínimo, marca, modelo, fabricante;
- 5.3.4 Prazo de garantia dos equipamentos ofertados, não inferior a **60 (sessenta) meses**.
- 5.3.5 Declaração sob as penalidades da lei, de que o(s) equipamento(s) ofertado(s) é(são) novo(s), não recondicionado(s), não remanufaturado(s) ou reciclado(s);
- 5.3.6 Prazo de validade da proposta: não inferior a **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data limite fixada para recebimento das propostas;
- 5.3.7 **Declaração da licitante de que:**
 - I) Se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos

praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

II) Não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste edital.

III) Cumpre todos os requisitos exigidos no edital, inclusive quanto aos critérios de habilitação.

5.3.7.1 Local, data, nome e assinatura (com a devida identificação), por quem de direito.

5.4 Assim que a proposta for acatada pelo sistema, será enviado ao licitante, via e-mail, a confirmação do recebimento da proposta.

5.5 O licitante poderá retirar ou substituir a proposta comercial anteriormente apresentada até a data e hora marcadas para a abertura da sessão pública por meio do endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “ENVIAR/ALTERAR PROPOSTA PREÇO” → selecionar o certame/item desejado → excluir a proposta anterior clicando no ícone “X” → inserir a nova proposta, conforme procedimentos descritos no item 5.1.

5.5.1 Caso haja a substituição da **Proposta Comercial**, após a anexação do arquivo contendo a nova **Proposta Comercial**, a **Proposta de Preço** deve ser novamente digitada, conforme item 5.2.1.

6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 Após o encerramento do horário definido para a entrega de propostas, o sistema organizará automaticamente as propostas recebidas, que serão apresentadas em ordem crescente de preços.

6.2 Em seguida, o Licitador verificará as propostas apresentadas, desclassificando, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

6.3 As propostas classificadas pelo Licitador serão ordenadas automaticamente pelo sistema, para a participação da disputa por meio de lances eletrônicos, conforme item 7.

6.3.1 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso

após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.

- 6.4 Encerrada a etapa de lances, o Licitador solicitará do licitante detentor do menor preço o envio da proposta comercial referida no item 5.3, com os respectivos valores adequados ao preço do lance vencedor, e verificará a aceitabilidade do preço ofertado observando os seguintes critérios:

- Condições do item 6.5 e subitens e;
- Compatibilidade entre o preço ofertado e aqueles praticados no mercado, bem como a sua coerência com a execução do objeto desta licitação.

- 6.4.1 A proposta e a planilha de preços adequadas devem ser encaminhadas no prazo de até **2 (duas) horas** a contar da solicitação do Licitador por meio do endereço eletrônico <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → clicar em “ENCAMINHAR PROPOSTA AJUSTADA”, anexar os arquivos e confirmar.

6.5 Será desclassificada a proposta que:

- 6.5.1 Não atenda as especificações, os prazos e as condições definidos neste Edital;
- 6.5.2 Conttenham vícios insanáveis;
- 6.5.3 Apresente preço ou vantagem baseados em outras propostas;
- 6.5.4 Apresente preço excessivo ou não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela CAIXA;
- 6.5.4.1 Verificada a hipótese de preço inexequível, o Licitador concederá o direito de contraditório, solicitando que o licitante apresente nota explicativa para comprovar a regularidade de sua proposta, sob pena de desclassificação.
- 6.5.4.2 Transcorrida a etapa de lances e negociação, será considerado excessivo o preço global, e unitário(s), que se apresentem superior ao máximo admitido pela CAIXA, conforme a estimativa de custos constante do Anexo III.
- 6.5.4.2.1 No caso de não haver lances, serão considerados, para análise dos preços excessivos, os preços constantes na proposta comercial. Caso seja verificado que os preços global e unitário(s) estão acima do máximo admitido pela Caixa, ainda cabe negociação para redução dos valores apresentados
- 6.5.4.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo ordem de classificação, quando o primeiro colocado, após a negociação, for desclassificado por sua proposta permanecer superior ao orçamento estimado.

- 6.6 A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 6.7 O licitante cuja proposta for desclassificada ficará impedido de participar da sessão de lances, podendo fazer sua manifestação de intenção de recurso após a divulgação do vencedor do certame, conforme o item 11 deste edital.
- 6.8 No julgamento das propostas, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.
- 6.9 A CAIXA poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito da proposta, para fiel entendimento do Licitador, que servirão de subsídio ao julgamento, quando for o caso.
- 6.10 Se todas as propostas forem desclassificadas, o Licitador poderá fixar aos licitantes o prazo de **8 (oito) dias úteis** para a apresentação de novas propostas, escoimada(s) da(s) causa(s) da desclassificação.
- 6.10.1 Neste caso, o prazo de validade das propostas será contado a partir da nova data fixada para sua apresentação.

7. DA SESSÃO PÚBLICA DE LANCES ABERTOS

- 7.1 Classificadas as propostas, terá início a fase competitiva para recebimento de lances, no endereço eletrônico, selecionando a seguinte sequência em www.licitacoes.caixa.gov.br, acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link “**EFETUAR LANCES**”, no dia e horário informados no preâmbulo deste Edital, quando então os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, de valor correspondente ao **PREÇO GLOBAL**.
- 7.1.1 Assim que o lance for acatado, ele ficará registrado no próprio sistema, sendo vedada a desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante às penalidades constantes no item 16 deste Edital.
- 7.1.2 Após a apresentação da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo Licitador.
- 7.2 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado e as seguintes condições:
- 7.2.1 A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e

- registrado pelo sistema;
- 7.2.2 No caso de lances de mesmo preço, prevalecerá aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;
- 7.2.3 Os lances a serem ofertados devem corresponder ao **PREÇO GLOBAL**.
- 7.3 Durante o transcurso da sessão pública, o licitante será informado, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da detentora do lance.
- 7.4 Na fase de lances, no caso de evidente equívoco de digitação pelo licitante, em que este equívoco der causa a preço incompatível ou lance manifestamente inexequível, o preço incompatível ou lance manifestamente inexequível poderá, motivadamente, ser excluído do sistema.
- 7.5 Ao término do horário definido no preâmbulo deste edital para o recebimento dos lances, o sistema eletrônico emitirá aviso na página de *Lances*, informando que o certame entrou em horário randômico, com duração **de até 30 (trinta) minutos**, aleatoriamente determinado pelo sistema, sendo encerrada a recepção de lances.
- 7.5.1 O horário randômico tem por objetivo disponibilizar tempo extraordinário aos interessados para que possam registrar seu(s) último(s) lance(s).
- 7.5.2 Por isso, o horário randômico poderá ser suficiente ou não para o registro de um ou mais lances, uma vez que o seu encerramento será efetuado de forma automática pelo sistema.
- 7.6 Após o encerramento da etapa de lances, o sistema divulgará o nome do licitante detentor do melhor preço.
- 7.7 A desistência em apresentar lance eletrônico implicará a manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.8 Caso o menor preço seja ofertado por uma MPE, o Licitador abrirá a etapa de negociação em conformidade com o item 7.12.
- 7.9 Caso o menor preço não seja apresentado por uma MPE, observar-se-á o seguinte:
- 7.9.1 Se houver proposta apresentada por MPE de valor igual ou até **10% (dez por cento)** superior à melhor proposta, será oportunizado o exercício do direito de preferência à MPE.
- 7.9.1.1 O direito de preferência consiste na possibilidade do licitante apresentar proposta de preço inferior à do licitante melhor classificado que não se

enquadra como MPE.

- 7.9.2 O Licitador dará início à fase para oportunizar o direito de preferência à MPE, apta a exercê-lo, em data e horários a serem informados após o encerramento da etapa de lances.
- 7.9.2.1 O novo valor proposto pela MPE deve ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) minutos da convocação do Licitador, sob pena de perda do direito de preferência.
- 7.9.3 Havendo o exercício de preferência pela MPE, o licitador passa à etapa de negociação, em conformidade com o item 7.12, observando os demais procedimentos subsequentes estabelecidos para cada etapa deste certame.
- 7.9.4 Caso a MPE não exerça o direito de preferência ou não atenda às exigências do edital serão convocadas as MPE remanescentes, cujas propostas se enquadrem no limite de **10% (dez por cento)** estabelecido no item 7.9.1, obedecida a ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, e assim sucessivamente, até a identificação de uma empresa que preencha todos os requisitos do edital.
- 7.9.5 Se houver equivalência de valores apresentados por MPE, dentre as propostas de valor até **10% (dez por cento)** superior à proposta de menor preço ofertada pela empresa não enquadrada como MPE, o Sistema realizará sorteio eletrônico para identificação daquela que terá preferência na apresentação de nova proposta.
- 7.10 No caso de Propostas com valores iguais e depois de observado o exercício do direito de preferência previsto neste Edital, serão utilizados os seguintes critérios de desempate:
- 7.10.1 Disputa final, em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento.
- 7.10.2 Permanecendo o empate, será assegurada a preferência para o bem ou serviço, objeto dessa licitação, conforme abaixo:
- I Com tecnologia desenvolvida no País;
 - II Produzido de acordo com processo produtivo básico, na forma a ser definida pelo Poder Executivo;
 - III Produzido ou prestado por empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou

entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

- IV Produzido ou prestado por empresas brasileiras;
 - V Produzido ou prestado por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
 - VI Produzido ou prestado por empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 7.10.2.1 Para a conferência das ocorrências dos incisos acima, será realizada diligência e conferência do cadastro do licitante para ratificar as informações.
- 7.10.3 Na hipótese de persistir o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.
- 7.11 No caso de obras e serviços de engenharia, o percentual de redução do preço proposto na fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência, deve incidir de forma linear sobre os preços unitários propostos na planilha orçamentária apresentada na proposta comercial na forma deste Edital."
- 7.11.1 Para os demais objetos, o percentual de redução do preço global proposto, decorrente da fase de lances, bem como do preço proposto quando do exercício dos direitos de preferência ou, ainda, das negociações para desconto complementar, deve incidir, preferencialmente, de forma linear sobre os preços unitários propostos na planilha orçamentária apresentada na proposta comercial na forma deste Edital."
- 7.11.1.1 A impossibilidade de aplicação do desconto linear para demais objetos deverá ser justificada pelo licitante nos autos do procedimento licitatório, registrando qual (quais) custo (s) do item de serviço não linear determinaram a distorção do percentual, sendo vedadas alterações que presumam inexecutabilidade ou sobrepreço;
- 7.12 Esgotadas as etapas anteriores, o Licitador deverá **negociar** com a licitante melhor classificada para que seja obtido desconto sobre o valor ofertado, sendo essa negociação realizada no campo próprio para troca de mensagens exclusivamente por meio eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br - acionar o botão "ENTRAR" → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro "MINHAS ATIVIDADES" → acionar o link → "EFETUAR NEGOCIAÇÃO".
- 7.13 Quando da negociação o licitante vencedor deverá encaminhar, na forma do item 8.7, a proposta comercial, com os respectivos valores adequados ao preço

negociado.

- 7.13.1 Quando a proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Licitador poderá negociar com o licitante condições mais vantajosas, nos termos do subitem 6.5.4.2.
- 7.14 Se a proposta ou lance não for aceito ou se o licitante não atender às exigências do edital, o Licitador examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, observando o direito de preferência estabelecido, a sua aceitabilidade, assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

8 DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO

- 8.1 Para fins de habilitação no certame, o licitante terá de satisfazer os requisitos abaixo:
- habilitação jurídica;
 - qualificação técnica;
 - qualificação econômico-financeira;
 - regularidade fiscal federal;
 - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal
- 8.1.1 O licitante deverá anexar a documentação de habilitação no repositório de documentos localizado no Cadastro do Licitante. Na área logada do Fornecedor, acesse o link “Vincular Documentação de Habilitação” e selecione o item desejado, acione o botão VINCULAR DOCUMENTAÇÃO, selecione a documentação correspondente e conclua acionando o botão CONFIRMAR. A documentação vinculada fica disponível na coluna Documentação, confira e, para confirmar, acione o botão CONCLUIR/ENVIAR.
- 8.1.2 As instruções também constam do “Manual do fornecedor guarda da documentação de habilitação” que pode ser obtido na plataforma do usuário, no Portal de Licitações CAIXA (www.licitacoes.caixa.gov.br) ou na área pública do Portal em FAQ e TUTORIAIS. Toda a gestão da documentação no repositório é de plena responsabilidade do licitante, que deve se atentar para a conferência sempre que for participar de uma licitação da CAIXA.
- 8.1.3 O Credenciamento do Licitante no SICAF e o cadastramento em cada nível abaixo indicado são válidos para a comprovação dos requisitos da Habilitação Jurídica, Qualificação Econômico-Financeira e Regularidade Fiscal Federal e Trabalhista, caso exigida:

Nível I – O Credenciamento: nível básico e pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis;

Nível II – O registro regular nesse nível supre as exigências de Habilitação jurídica;

Nível III – O registro regular nesse nível supre as exigências de regularidade fiscal em âmbito federal e trabalhista;

Nível V – O registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação técnica em relação ao registro ou à inscrição na entidade profissional competente, quando for exigido para o exercício da atividade;

Nível VI – O registro regular nesse nível supre as exigências de Qualificação Econômico-Financeira, em relação à Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/Extrajudicial e à comprovação de boa situação financeira da proponente.

- 8.1.4 As certidões e documentações apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.1.5 Caso não seja possível efetuar a consulta de algum documento ou nível de cadastro no SICAF, ou na hipótese daquele estar vencido, o licitante deverá encaminhar o(s) documento(s) vencido(s)/faltante(s) na forma do item 8.7.
- 8.1.6 A comprovação do credenciamento e cadastramento em cada nível do SICAF, dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, por intermédio de consulta ‘*on line*’ no SICAF, opção “Situação do Fornecedor”, depois de verificada a aceitabilidade da proposta.
- 8.1.7 Para fins de habilitação, a verificação pela CAIXA nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 8.2 A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:
- 8.2.1 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- 8.2.2 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- 8.2.3 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.2.4 Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará

condicionada à verificação da autenticidade no sítio
<https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

- 8.3 A documentação relativa à **regularidade fiscal federal** consistirá em:
- 8.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 8.3.2 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), na forma da lei;
- 8.3.3 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.
- 8.3.4 O licitante que se declarar MPE, nos termos do Art. 3º da LC nº 123/06 e seu § 4º, deverá apresentar os documentos relativos à regularidade fiscal ainda que contenham restrição.
- 8.3.4.1 Será assegurado à MPE declarada vencedora, a pedido da interessada e a critério da CAIXA, o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, prorrogável por igual período, para comprovar a sua regularidade fiscal.
- 8.4 A documentação relativa à qualificação econômico-financeira consistirá em:
- 8.4.1 Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial/extrajudicial expedida pelo cartório distribuidor da Justiça Comum Estadual da sede da pessoa jurídica, com validade expressa no próprio documento ou, no caso de omissão, que tenha sido expedida, no máximo, há 30 (trinta) dias;
- 8.4.2 Comprovação da boa situação financeira da empresa, baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), obtidos a partir dos dados resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- 8.4.2.1 O licitante credenciado e cadastrado no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF terá sua qualificação econômico-financeira avaliada por meio desses índices econômicos registrados no referido Sistema.
- 8.4.3 A empresa que apresentar resultado igual ou menor que **1 (um)** em qualquer dos índices relativos à boa situação financeira (LG – Liquidez Geral; LC – Liquidez Corrente; SG – Solvência Geral), deverá comprovar possuir patrimônio líquido não inferior a **R\$ 2.546.786,62 (dois milhões, quinhentos e quarenta e seis mil, setecentos e oitenta e seis reais e sessenta e dois centavos)**, o equivalente a **6% (seis por cento)** do valor global estimado.
- 8.4.3.1 O patrimônio líquido exigido acima será calculado por meio da fórmula seguinte, cujos dados serão extraídos das informações do balanço da empresa, relativo ao último exercício, já exigíveis na forma da lei:
- Patrimônio Líquido = Ativo Total – Passivo Total (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)
- 8.4.3.1.1 Para a licitante credenciada e cadastrada no nível VI – Qualificação Econômico-Financeira no SICAF, o patrimônio líquido exigido acima será obtido a partir das informações do balanço do licitante, registrado no referido Sistema, relativo ao último exercício, exigíveis na forma da lei.
- 8.4.3.2 Na impossibilidade da obtenção no SICAF dos índices econômicos e das informações necessárias ao cálculo do patrimônio líquido, referidos nos itens 8.4.2 e 8.4.3, a licitante deverá apresentar Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício, exigíveis na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, na forma do item abaixo.
- 8.4.3.3 São considerados aceitos na forma da lei, o Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis assim apresentadas:
- 8.4.3.3.1 Publicado em Diário Oficial; ou
- 8.4.3.3.2 Publicado em jornal, ou
- 8.4.3.3.3 Por cópia ou fotocópia registrada, ou autenticada na Junta Comercial a sede ou domicílio da licitante; ou
- 8.4.3.3.4 Por cópia ou fotocópia do Livro Diário devidamente autenticada na junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ou outro órgão equivalente inclusive

com os Termos de Abertura e Encerramento.

8.4.3.3.5 Registrado no SPED – Sistema de Público de Escrituração Digital e/ou na ECD – Escrituração Contábil Digital, nos termos do Decreto nº 6.022 de 22/01/2007 e da Instrução Normativa RFB nº 2003 de 18/01/2021 e alterações.

8.4.3.3.5.1 Sendo apresentados o Balanço Patrimonial e a Demonstrações Contábeis na forma do subitem 8.4.3.3.5 o licitante deverá apresentar termo de autenticação digital na Junta Comercial respectiva ou outro documento que possibilite a comprovação dos documentos em site público.

8.4.4 As entidades Sem Fins Lucrativos estão dispensadas da apresentação da documentação referente à Qualificação Econômico-Financeira.

8.4.5 O licitante enquadrado como microempreendedor individual – MEI está dispensado da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.5 A **qualificação técnica** será comprovada mediante a vinculação dos seguintes documentos:

8.5.1 A qualificação técnica da licitante será comprovada mediante apresentação de atestados / certidões / declarações, fornecidas por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando ter desempenhado, de forma satisfatória, atividade pertinente e compatível em características, quantidade e prazos com o objeto desta licitação, conforme descrito no termo de referência.

8.5.1.1 Para fins de compatibilidade serão considerados os atestados / certidões / declarações que comprovem o fornecimento/prestação dos serviços de SIEM em nuvem, com no **mínimo 640GB/dia** de ingestão de logs, com as funcionalidades de SOAR, UEBA e Gerenciamento Centralizado devidamente habilitados por um **período mínimo de 6 (seis) meses de forma ininterrupta, nos últimos 5 (cinco) anos**.

8.5.1.2 Os atestados / certidões / declarações devem ser apresentados contendo a identificação do signatário e da pessoa jurídica emitente, indicando as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pelo licitante.

8.5.2 Os atestados deverão observar os seguintes requisitos de conteúdo, forma e validade, devendo conter:

- a) Nome, cargo ou função, dados de identificação, telefone e e-mail de contato do emissor;
- b) Descrição geral dos serviços prestados;

- c) Informação expressa de que o serviço foi ou está sendo executado de forma satisfatória;
 - d) Data de início da prestação dos serviços;
 - e) Data de término da prestação dos serviços (em caso de CONTRATO em vigor, indicar a data prevista e a etapa em que se encontra o projeto).
- 8.5.2.1 A empresa deverá cumprir todos os requisitos do ANEXO I-B – REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA FORNECEDORES DE NUVEM
- 8.5.2.2 Será vedado a participação de empresas consorciadas.
- 8.5.2.3 Será vedada a subcontratação dos serviços.
- 8.5.3 Os documentos de habilitação, quando escritos em língua estrangeira, deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por Tradutor Juramentado e também devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.3.1 Os documentos citados no subitem 8.5 e seguintes acima, quando de procedência estrangeira e emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 8.5.3.1.1 Para os documentos públicos estrangeiros não se aplica a exigência de legalização consular, ou seja, o reconhecimento de assinatura ou autenticação pela autoridade consular ou diplomática, sendo exigida tão-somente a aposição de Apostila que consiste em anotação, selo ou carimbo dado pela autoridade competente do país de onde o documento é originário, nos termos do [Decreto nº 8.660, de 29 de Janeiro de 2016](#).
- 8.5.4 Não são considerados válidos para fins de habilitação, atestados de prestação de serviços incompatíveis com as atividades econômicas previstas no contrato social do licitante. Os atestados devem demonstrar uma situação fática que tenha ocorrido em conformidade com a lei e com o contrato.
- 8.6 O cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal será suprido pela declaração do licitante de que não possui em seu quadro permanente menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.
- 8.6.1 Tal declaração deverá ser firmada eletronicamente pela licitante por meio de preenchimento do Termo de Responsabilidade, quando do seu

- credenciamento, na forma do item 3.
- 8.7 A documentação relacionada no item 8.7.1 ou 8.7.2 deverá ser encaminhada pelo Portal Licitações CAIXA, no prazo de até **2 (duas) horas** a contar da solicitação do Licitador.
- 8.7.1 Para licitante credenciada e cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - b) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - c) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
 - d) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (Anexo VI).
- 8.7.2 Para licitante NÃO credenciada e NÃO cadastrada em cada nível do SICAF:
- a) Documentação relativa à Habilitação jurídica;
 - b) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
 - c) Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial;
 - d) Documentação relativa à regularidade fiscal federal;
 - e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica;
 - f) Declaração de enquadramento como MPE, se for o caso (ANEXO V);
 - g) Termo de Compromisso de Combate à Corrupção e ao Conluio entre Licitantes e de Responsabilidade Socioambiental (ANEXO VI).
- 8.7.3 Os documentos de habilitação deverão ser enviados após abertura do prazo definido no item 8.7, que será comunicado via sistema na Área Logada do Fornecedor, em “**NOTIFICAÇÕES**”. Para tanto, a documentação deverá ser vinculada ao certame, pelo ícone “**VINCULAR DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**”, localizado na Área Logada do Fornecedor.
- 8.7.3.1 A documentação vinculada fica disponível na coluna “**DOCUMENTAÇÃO**”. Após vincular toda a documentação exigida, confira e acione o botão “**CONCLUIR/ENVIAR**”.
- 8.7.4 As certidões apresentadas como prova da regularidade dos requisitos de habilitação da licitante devem estar válidas ao tempo de sua apreciação pelo Licitador.
- 8.7.5 O Licitador, mediante decisão fundamentada, registrada em ata, poderá promover diligência para a complementação de informações necessárias que atestem condição de habilitação ou fato preexistente à abertura da sessão pública do certame, isto é, poderá requerer documento(s), que não altere(m) ou modifique(m) aquele(s) anteriormente encaminhado(s), garantindo-se a transparência e a isonomia aos demais licitantes.
- 8.8 Serão aceitos como autênticos os documentos do licitante vencedor enviados pelo Portal Licitações CAIXA, mediante envio do Anexo VIII – DECLARAÇÃO

DE AUTENTICIDADE assinado.

- 8.8.1 O Licitador poderá exigir para conferência a apresentação do documento em cópia autenticada, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original, caso exista dúvida a respeito da autenticidade do documento.
- 8.8.2 Os documentos que exigem assinatura podem ser assinados na forma do subitem 21.13 ou por assinatura física.
- 8.8.2.1 Em caso de dúvidas quanto à sua autenticidade/autoria dos documentos com assinatura física, o Licitador também poderá exigí-los a sua apresentação com firma reconhecida em cartório.
- 8.8.3 A entrega de documentos na forma física, caso necessária, deve ser no endereço da **CECOT/BR** – SBS Quadra 01, Lote 2, Bloco L, Matriz III (antigo Edifício Filial), 7º Andar, Asa Sul, Brasília/DF – CEP 70.070-110, no prazo de até **3 (três) dias úteis**, após a publicação da ata da sessão pública ou após solicitação do Licitador.

9 DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Prosseguindo, o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.7.
- 9.1.1 Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas, o Licitador verificará, caso o licitante vencedor seja uma MPE e tenha utilizado o direito de preferência previsto no item 7.9.1, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela empresa, relativas ao seu último exercício, já é suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido como condição para o benefício concedido à MPE, conforme previsto no Art. 3º ou §1º do art.18-A da LC 123/2006, no caso de microempresa e empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual – MEI, respectivamente.
- 9.1.1.1 A consulta também abrangerá o exercício corrente, para verificar se o somatório dos valores das ordens bancárias recebidas pela MPE, até o mês anterior ao da sessão pública da licitação, extrapola os limites acima referidos, acrescidos do percentual de 20% (vinte por cento) de que trata o art. 3º, §§ 9º-A, 10 e 12, da LC 123/2006.
- 9.1.2 A referida verificação será feita mediante consulta ao Portal da Transparência, no endereço eletrônico www.portaldatransparencia.gov.br.
- 9.1.3 Sendo constatada a ocorrência de qualquer uma das situações de extrapolação do faturamento máximo permitido, a MPE será inabilitada, sendo examinadas as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, conforme item 7.14.
- 9.2 Prosseguindo, o Licitador efetuará a consulta ‘on line’ ao SICAF, para verificação da situação da licitante credenciada e cadastrada em cada nível do

Sistema, se for o caso, ocasião que será impressa e rubricada pelo Licitador a Declaração de “Situação do Fornecedor”.

- 9.2.1 Nesse mesmo ato o Licitador verificará o atendimento das condições de habilitação do licitante vencedor, mediante a análise da documentação encaminhada na forma do item 8.7.
- 9.3 É assegurado ao licitante o envio de documentos complementares destinados a atualizar a validade daqueles com prazo expirado, ou para fins de confirmação de informações, conforme item 8.7.
- 9.3.1 O prazo para envio da documentação complementar será de **2 (duas) horas** a contar da solicitação pelo licitador por meio do sistema.
- 9.4 Será assegurado à MPE que apresentar alguma restrição na sua documentação fiscal, o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para a necessária regularização, prorrogável por igual período, a pedido da interessada e a critério do licitador.
- 9.4.1 A contagem do prazo acima será iniciada a partir do momento em que a proponente for declarada vencedora do certame, mediante comunicação eletrônica a todos os participantes.
- 9.4.2 Nessa circunstância, considerando a necessidade de comprovação da regularidade fiscal no prazo legal, a declaração do vencedor será feita em caráter provisório, após verificação da documentação de habilitação.
- 9.4.3 A não-regularização da documentação fiscal da MPE no prazo previsto no item 9.4, implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis, sendo facultado à CAIXA convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.
- 9.5 A fim de verificar se existe restrição do licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, serão efetuadas as seguintes consultas, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios:
- Ao CEIS/CNEP/CEPIM – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/Cadastro Nacional de Empresas Punidas/Cadastro de Entidades Privadas Sem Fins Lucrativos Impedidas, no endereço eletrônico do Portal de Transparência do Governo;
 - Ao CNCIA – Cadastro Nacional de Condenados por Ato de Improbidade Administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/92, constante no endereço eletrônico do CNJ – Conselho Nacional de Justiça – www.cnj.jus.br/, em “Sistemas”, no item “CONSULTAS PÚBLICAS – Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por ato de Improbidade Administrativa” e “Consulta Requerido / Condenação”, selecionar esfera “TODOS(AS)”;
 - Ao SICOW – Sistema interno da CAIXA, que permite verificar se há

impedimento de o interessado licitar e contratar com esta Empresa Pública.

- 9.6 Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o vencedor da licitação, iniciando-se a contagem do prazo para a intenção de recursos.

9.7 Não será habilitada a empresa que:

- 9.7.1 Esteja com algum documento vencido no SICAF, caso não tenha sido exercida a faculdade prevista no item 10.3 e ressalvada a possibilidade de regularização da documentação fiscal da MPE, na forma do item 9.4;
- 9.7.2 Não comprove a regularidade da documentação habilitatória por ocasião de sua verificação, ressalvado o tratamento diferenciado quanto à regularidade fiscal da MPE, na forma do item 9.4.
- 9.7.3 Esteja com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, no âmbito Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;
- 9.7.4 Deixe de apresentar a documentação solicitada, apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital;
- 9.7.5 Enquadre-se em uma das situações previstas no item 2.4 deste edital.
- 9.8 Se o licitante desatender às exigências do item 8 ou se enquadrar nas hipóteses do item 9.7, será inabilitado e o Licitador examinará as condições de habilitação das demais proponentes, na ordem de classificação e assim sucessivamente, até que um licitante atenda plenamente às exigências do Edital.
- 9.9 No julgamento da habilitação, o Licitador poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos habilitatórios e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos os participantes, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.

10 DOS RECURSOS

- 10.1 Após a divulgação do(s) licitante(s) vencedor(es), será disponibilizado interregno de tempo para o licitante interessado se manifestar, motivadamente, sobre a intenção de recorrer contra o resultado do certame, devendo, obrigatoriamente, ser registrada a síntese de suas razões no formulário eletrônico disponibilizado no endereço <http://licitacoes.caixa.gov.br>, – acionar o botão “ENTRAR” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “MINHAS ATIVIDADES” → acionar o link “INTENÇÃO DE RECURSO” → selecionar o botão “INCLUIR INTENÇÃO DE RECURSO” → inserir a descrição argumentos → clicar em “ENVIAR”, no prazo de até **30 (trinta) minutos** a partir da comunicação pelo sistema.

- 10.1.1 À recorrente que tiver sua manifestação de intenção de recurso aceita pelo Licitador será concedido o prazo de **5 (cinco) dias úteis** para apresentar razões de recurso, facultando-se às demais licitantes a oportunidade de apresentar **contrarrazões em igual número de dias**, que começarão a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 10.1.2 Os recursos e contrarrazões somente poderão ser encaminhados por meio eletrônico, no endereço citado no item 10.1.
- 10.1.3 Os recursos e contrarrazões redigidos pelos licitantes deverão ser registrados em campo específico do <http://licitacoes.caixa.gov.br>, acionar o botão “**ENTRAR**” → efetuar login → selecionar o fornecedor que deseja prosseguir → marcar a modalidade LICITAÇÃO CAIXA → no quadro “**MINHAS ATIVIDADES**” → acionar o link desejado RECURSO e/ou “**CONTRARRAZÃO**”, registrar os argumentos e confirmar.
- 10.2 A falta de manifestação motivada do licitante, no prazo estabelecido no item 10.1, importará a decadência do direito de recurso, ficando o Licitador autorizado a adjudicar o objeto à licitante declarada vencedora.
- 10.3 Qualquer recurso contra decisão do Licitador não terá efeito suspensivo, salvo nos casos de habilitação ou inabilitação do licitante ou julgamento das propostas, podendo a autoridade competente, motivadamente e presente as razões de interesse público, atribuir ao recurso interposto eficácia suspensiva.
- 10.4 O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.5 Decidido(s) o(s) recurso(s), e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto ao licitante vencedor.
- 10.6 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento aos interessados, por meio de comunicação por e-mail.

11 DA HOMOLOGAÇÃO E CONTRATAÇÃO

- 11.1 À vista do relatório do Licitador, o resultado da licitação será submetido à consideração da autoridade competente da CAIXA, para fins de homologação.
- 11.2 A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste Edital e da proposta vencedora, conforme a minuta do Contrato que integra este Edital (Anexo IV).
- 11.3 Fica impedida de ser contratada o licitante que se enquadre em qualquer das situações mencionadas nos itens 2.4 do edital.
- 11.4 O licitante que for declarado vencedor da licitação e que não for cadastrado no SICAF deverá providenciar o cadastramento e habilitação no referido sistema,

nos níveis exigidos como habilitação no edital, como condição para assinatura do contrato.

- 11.5 No ato da assinatura do instrumento contratual, o licitante vencedor deverá firmar a declaração de vedação ao nepotismo, que consta anexada ao final da minuta de Contrato (Anexo IV).
- 11.6 Caso a licitante vencedora seja MPE optante pelo Simples Nacional, para obter o benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, deverá firmar, no ato da assinatura do contrato, a Declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional – conforme Anexo IV da IN RFB 1.244/2012, que consta anexa a minuta de contrato (Anexo IV).
- 11.6.1 A assinatura do contrato pela adjudicatária dar-se-á no prazo de até **5 (cinco) dias úteis** a contar da data de sua convocação pela CAIXA.
- 11.6.2 O prazo de convocação **poderá ser prorrogado 1 (uma) vez**, por igual período.
- 11.6.2.1 Em situações excepcionais e a critério da CAIXA, poderá ser admitida a dilação do prazo de prorrogação, desde que devidamente formalizado e justificado pela adjudicatária.
- 11.6.3 A convocação será encaminhada ao licitante vencedor por e-mail, no endereço cadastrado no site da CAIXA na forma do item 3.
- 11.6.4 A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a às penalidades previstas no item 16 deste Edital.
- 11.7 Quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidas, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, a CAIXA poderá retomar a Licitação CAIXA e convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação e observadas as preferências previstas neste Edital, para depois de comprovados os requisitos habilitatórios negociar os preços e se acordado, tomar os demais procedimentos para contratação.
- 11.8 Poderá o licitante ser desclassificado até a contratação, se a CAIXA tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente que desabone sua regularidade fiscal federal, jurídica, qualificação técnica e/ou econômico-financeira.
- 11.8.1 Neste caso, será efetuada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, em conformidade com o disposto no item 11.7.1.

12 DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- 12.1 O contrato a ser firmado, cuja minuta (Anexo IV) integra o presente edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos desta licitação e da proposta vencedora, aplicando-se os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de

direito privado.

13 DA GARANTIA CONTRATUAL

- 13.1 O vencedor da licitação prestará garantia de execução do contrato, equivalente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.
- 13.2 A garantia deverá ser prestada em uma das modalidades abaixo, devendo o respectivo comprovante ser apresentado à CAIXA, como condição para assinatura do contrato:
- 13.2.1 A **Caução em dinheiro** consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;
- 13.2.1.1 Sobre a caução prestada em dinheiro incide, tão-somente, a atualização correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o 1º dia de cada mês, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento.
- 13.2.2 O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.
- 13.2.2.1 A apólice do seguro-garantia deve conter o prazo de validade, correspondente ao período de vigência do contrato, acrescido de mais **30 (trinta) dias**, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os 30 dias após a última data de vencimento do contrato;
- 13.2.2.2 O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive dos encargos trabalhistas e previdenciários, ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais;
- 13.2.2.2.1 No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.
- 13.2.2.3 A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais e/ou contratuais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
- 13.2.2.3.1 A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação)

ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;

13.2.2.3.1.1 A apólice não deverá estabelecer/impor prazo máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;

13.2.2.3.2 No caso de alterações efetuadas no objeto principal bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;

13.2.2.3.3 A apólice deverá manter o endereço eletrônico(e-mail) oficial para os casos de comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;

13.2.2.3.4 Os valores de LMG – Limite Máximo da Garantia e LMI – Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.

13.2.2.3.5 A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

13.2.2.3.6 Não serão aceitas apólices que excluam quaisquer das coberturas previstas no item 13.2.2.2.

13.2.2.3.7 Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- c) Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

13.2.2.3.8 Para a Reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

- a) Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;

- b) Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- c) Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- d) Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

13.2.2.3.9 A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a CAIXA interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

13.2.2.4 A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

13.2.3 A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

13.2.3.1 Somente é aceita Fiança Bancária apresentada em papel timbrado da instituição financeira emissora e que possua todos os requisitos a seguir:

- a) Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos), caso o registro seja feito pela via eletrônica, deve-se verificar a autenticidade do documento pela chave de acesso apresentada;
- b) Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais **30 (trinta) dias**.
- c) Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- d) Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 - Novo Código Civil;
- e) Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual, previsto no item 14.6 deste Edital;
- f) Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- g) Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- h) O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “c”, “d”, “f” e “g” acima.

- 13.3 A não apresentação do comprovante da garantia no ato da assinatura do contrato configura a recusa em assinar o contrato, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando o licitante às sanções administrativas cabíveis.
- 13.4 A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.
- 13.5 A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato.
- 13.6 A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de **10 (dez) dias**, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores, ou quando houver alteração contratual que implique aumento do valor contratado, de modo que corresponda a **5% (cinco por cento)** do valor global contratado.
- 13.7 A qualquer tempo, mediante prévia solicitação à CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas neste Edital.

14 DA FORMA DE PAGAMENTO

- 14.1 A CAIXA, após o fornecimento e o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas na minuta de contrato (Anexo IV).

15 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato objeto desta licitação e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, nos termos estabelecidos na minuta de contrato (Anexo IV):
- I Multa;
 - II Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até 2 (dois) anos.
- 15.1.1 A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados na minuta de contrato.
- 15.1.2 A CONTRATADA ficará sujeita a sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, quando desatender os termos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática dispostas no Contrato (ANEXO IV).
- 15.2 A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - II Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados.
 - IV Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
 - V Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
 - VI Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
 - VII Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
 - VIII Não manter a proposta;
 - IX Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - X Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- 15.3 As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.
- 15.4 As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e devidamente publicados para manter atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 15.5 A penalidade de suspensão aplicada alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.
- 16 DOS ILÍCITOS PENAIS**
- 16.1 As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal), aplicadas à licitação e ao(s) contrato(s), serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.
- 17 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**
- 17.1 As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da dotação orçamentária prevista no compromisso registrado no ERP/SAP sob o nº 8000034907 e itens de acompanhamento orçamentário nº 5704-03 e 5303-41.
- 18 DO ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE**

LICITAÇÃO

- 18.1 A CAIXA poderá revogar a presente licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba às licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.
- 18.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, e em decorrência dessa anulação as licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

19 DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 19.1 O contrato a ser firmado terá duração de **36 (trinta e seis) meses** podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº 13.303/2016.
- 19.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.
- 19.1.1.1 Quando a não conclusão decorrer de culpa da CONTRATADA:
- I A CONTRATADA será constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas;
- II A CAIXA poderá optar pela extinção do contrato.

20 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 20.1 A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital e Anexos.
- 20.2 Os licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas e lances.
- 20.3 Não será permitida a utilização do malote da CAIXA para envio dos documentos, nem sua entrega nas Agências e Escritórios de Negócios, ou outra unidade que não seja(m) a(s) indicada(s) na forma deste edital.
- 20.4 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 20.5 Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.
- 20.6 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início

- e incluir-se-á o do vencimento, exceto quando explicitamente disposto em contrário.
- 20.7 Só se iniciam e vencem os prazos, incluindo horário, referidos neste Edital, em dia de expediente na CAIXA, na localidade na qual se sedia a unidade promotora do certame – CECOT/BR, em Brasília/DF.
- 20.8 É facultada ao Licitador ou à autoridade superior da CAIXA, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório.
- 20.9 Ao final da sessão, o sistema eletrônico divulgará ata circunstanciada, na qual constará a indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública da Licitação CAIXA.
- 20.10 Eventuais retificações do Edital serão disponibilizadas no endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, por meio de consulta no quadro “*Pesquisa de Certame*” → definir comprador “CAIXA” → Modalidade “Pregão Eletrônico” (Licitação CAIXA) → definir Comprador CECOT informar o número e o ano do certame → Pesquisar → selecionar “Nº Certame” → Acessar aba “*Editais*”.
- 20.10.1 No caso de retificação do Edital que não implique em sua republicação, o credenciamento e as propostas porventura encaminhados continuam válidos.
- 20.10.2 Havendo republicação do edital, as propostas porventura encaminhadas serão canceladas, permanecendo válido apenas o credenciamento do(s) licitante(s).
- 20.11 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Licitador e os licitantes, no endereço eletrônico mencionado no item 20.11.
- 20.12 É de responsabilidade do licitante o acompanhamento do processo pelo site da CAIXA, no endereço www.licitacoes.caixa.gov.br.
- 20.13 É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados para participação neste certame, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira –ICP Brasil ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.
- 20.14 Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

21. DO FORO

21.1 Para dirimir as questões oriundas desta licitação e do futuro Contrato será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal no Distrito Federal, Subseção Judiciária do Distrito Federal.

Brasília/DF, 10 de março de 2025.

LORENA NASCIMENTO DOS SANTOS

Licitadora

ANEXO I**TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA****OBJETO**

Contratação de empresa para fornecimento de Serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers) e transferência de conhecimento, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses.

REQUISITOS GERAIS DA SOLUÇÃO

1. Licenciamento das ferramentas SIEM e SOAR: Fornecimento de licenças para a plataforma SIEM e SOAR, ambas desenvolvidas pelo mesmo fabricante.
2. Atualização Tecnológica: Para qualquer módulo da solução, a CONTRATADA deverá garantir a atualização de todos os itens novos inseridos na solução, durante todo o período contratado sem qualquer cobrança adicional por funcionalidades ou melhorias existentes, garantindo sempre que a CAIXA possua a versão mais atualizada possível da solução.
3. A solução deve ser capaz de ler, interpretar, padronizar e correlacionar eventos provenientes de registros de diferentes fontes com a finalidade de detectar eventos de segurança e vulnerabilidades.
4. Os dados, metadados, informações e conhecimentos produzidos ou custodiados pela CAIXA, transferidos para o provedor de serviço de nuvem, devem estar hospedados em território brasileiro, com pelo menos uma cópia atualizada de segurança também no Brasil.
5. Ser estruturada como um item integral e exclusivo voltado a suprir as necessidades de monitoramento, segurança, análise, investigação e proteção cibernética.
6. Ser composta pelas seguintes funcionalidades ou equivalentes:
 - 6.1.1. Console de administração, operação, monitoramento e pesquisa da solução;
 - 6.1.2. Coletores de eventos (LOG/FLOW);
 - 6.1.3. Correlacionador de eventos;
 - 6.1.4. Armazenador de eventos e registros processados;
 - 6.1.5. Análise de comportamento de usuário e dispositivos (UEBA);
 - 6.1.6. Orquestração, automação e resposta de incidentes de segurança (SOAR).
7. Deve possuir conformidade com as normas ISO 27001 e LGPD/GDPR

8. Deve possuir biblioteca de casos de uso do fabricante, que contenha conteúdo para download que inclua pacotes especializados de dashboards e coletores desenvolvidos pelo fabricante.
- 8.1. Deve possuir casos de uso disponíveis para as seguintes tecnologias em uso na infraestrutura tecnológica da CAIXA:
 - 8.1.1. Azure Active Directory Identity Protection.
 - 8.1.2. Microsoft Defender for Identity.
 - 8.1.3. Microsoft Defender for Office 365.
 - 8.1.4. Microsoft Defender for Cloud.
 - 8.1.5. Microsoft Defender for Cloud Apps.
 - 8.1.6. Prevenção Contra Perda de Dados - DLP; (MIP – Microsoft Information Protection e Microsoft Purview)
 - 8.1.7. Microsoft Intune.
 - 8.1.8. Microsoft Defender for Endpoint.
 - 8.1.9. Azure Firewall.
 - 8.1.10. Azure Key Vault.
 - 8.1.11. Microsoft 365 Insider Risk Management.
 - 8.1.12. Threat Intelligence Platforms.
9. Deve garantir disponibilidade de 99,9%.
10. A Solução deverá estar disponível para funcionamento ininterrupto (24X7).
11. Deve possuir suporte técnico para todos os itens da solução em língua portuguesa.
12. Deve possibilitar o desenvolvimento de scripts para integrar os alertas gerados na solução de SIEM com a solução de gerenciamento de incidentes cibernéticos da CAIXA.
13. Inteligência Artificial (IA) para aprimorar a detecção, análise e resposta a ameaças
 - 13.1. Deve integrar IA para Detecção Aprimorada de Ameaças:
 - 13.1.1. Empregar algoritmos de aprendizado de máquina para identificar padrões anormais e atividades suspeitas em logs e eventos de segurança em tempo real.
 - 13.1.2. Capacitar o sistema para detectar ameaças emergentes e desconhecidas, adaptando-se às características do ambiente de TI da CAIXA.
 - 13.1.3. Permitir a personalização da detecção de anomalias, ajustando a sensibilidade de acordo com os requisitos específicos.
 - 13.1.4. Listar incidentes baseados em datas, severidade ou através de algum metadado informado (IP, Hash, Conta de usuário etc.)
 - 13.1.5. Retornar informações para o enriquecimento de incidentes acionando serviços de Threat Intelligence
 - 13.1.6. Gerar sugestões de regras de automação de acordo com incidentes gerados na plataforma
 - 13.1.7. Gerar sugestões de melhorias baseando-se em pesquisas realizadas por usuários com base no uso de linguagens de manipulação de dados utilizadas na criação de queries para investigação ou hunting.
 - 13.2. Deve implementar IA para Análise Avançada de Ameaças:

- 13.2.1. Integrar técnicas de processamento de linguagem natural (PLN) para extrair informações relevantes de logs, relatórios de incidentes e outras fontes de dados.
- 13.2.2. Correlacionar eventos de diferentes fontes para mapear cenários de ataque, determinar o escopo do comprometimento e identificar a raiz das causas.
- 13.2.3. Facilitar a visualização gráfica dos eventos correlacionados para auxiliar na compreensão da linha do tempo do ataque e das interações entre os componentes da infraestrutura.
- 13.3. Deve implementar IA para Priorização Inteligente de Alertas:
 - 13.3.1. Implementar um sistema de pontuação de risco baseado em IA para priorizar alertas de segurança, considerando fatores como severidade da ameaça, histórico de ataques e potencial impacto no negócio.
 - 13.3.2. Permitir a personalização da pontuação de risco de acordo com as necessidades da CAIXA, ajustando a importância de cada fator.
 - 13.3.3. Notificar os analistas de segurança sobre alertas críticos em tempo real, facilitando a resposta imediata a incidentes graves.
- 13.4. Deve implementar IA para Investigação Automatizada:
 - 13.4.1. Automatizar tarefas repetitivas de investigação, como coleta de informações sobre ameaças conhecidas, busca por indicadores de comprometimento (IoCs) em logs e eventos de segurança e análise de arquivos suspeitos.
 - 13.4.2. Gerar insights sobre as investigações, incluindo detalhes sobre a natureza da ameaça, o escopo do comprometimento e recomendar ações a serem tomadas.
- 13.5. Deve implementar IA para Respostas Personalizadas a Incidentes:
 - 13.5.1. Auxiliar na definição de planos de resposta a incidentes personalizados, com base na natureza da ameaça, no contexto do ataque e nas características do ambiente de TI da CAIXA.
 - 13.5.2. Recomendar medidas de mitigação adequadas para conter o incidente, minimizar o impacto nos negócios e prevenir recorrências.
 - 13.5.3. Deve ser capaz de lidar com grandes volumes de dados de segurança e eventos em tempo real, adaptando-se ao crescimento da infraestrutura da CAIXA.
- 14. Deve permitir Automações para Triagem, Notificação, Enriquecimento, Sincronismo e Resposta automatizada.
- 15. A solução deve possuir conectores desenvolvidos e suportados pelo fabricante da solução que tem como função básica fazer a interface com o dispositivo monitorado, recebendo ou buscando eventos relevantes que serão inseridos na solução, contendo obrigatoriamente documentação de todos os coletores nativos com informações detalhadas de configurações de cada ativo suportado.
- 16. Os coletores da solução devem ser capazes de coletar, aplicar parsing, normalizar e categorizar os eventos dos dispositivos monitorados em tempo próximo ao real (near-real-time).
- 17. A solução deve possuir a funcionalidade de atualização, gerenciamento e configuração centralizados de todos os conectores distribuídos da solução.

REQUISITOS TÉCNICOS DA SOLUÇÃO

18. A solução deve coletar, aplicar parsing, normalizar, classificar, agregar informações, sumarizar, processar regras e armazenar os dados recebidos em tempo real.
19. Ser capaz de demonstrar perfil de tráfego normalizado em tempo real e traçar o comportamento padrão (baseline) dos ativos e fornecer alertas quando ocorrer eventos fora do baseline;
20. Correlacionar os eventos coletados objetivando evidenciar incidentes que possam ser caracterizados como ataque;
21. A correlação e o armazenamento dos logs e eventos devem ser realizados em processos paralelo;
22. Implementar regras avançadas que ligam eventos sem correlação direta e gerar incidentes caso seja constatado algum desvio;
23. Ser capaz de realizar contextualização, utilizando dados de diferentes origens (rede, servidor, aplicações) em uma única console, otimizando e auxiliando o processo de análise de resposta a incidentes;
24. Implementar a normalização e categorização de logs e flows de rede;
25. Armazenar os alertas, incidentes e os eventos, inclusive os normalizados, de forma indexada. Os eventos e flows devem ser sempre armazenados de forma comprimida;
26. A comunicação entre os componentes da solução deve ser efetuada de forma segura e com criptografia;
27. Funcionar em IPv4 e IPv6;
28. Possuir a capacidade de tratar eventos em formato compactado sem a necessidade de descompressão manual;
29. Realizar o filtro e a seleção dos eventos que deverão ser tratados pela equipe responsável pela segurança tecnológica frente aos incidentes detectados.
30. Ser capaz de tratar, no mínimo, os seguintes formatos, protocolos e fontes:
 - 30.1. SYSLOG, SYSLOG-NG, SYSLOG com TLS, SNMP (V1, V2 e V3), Microsoft Windows Event Logging API, Microsoft Windows RPC, LOG SMF, FTP, SCP, SFTP, arquivos de logs em texto formatado (vírgula/tabulação/delimitado) e logs em texto não formatado, JDBC e ODBC.
 - 30.2. Utilizar algoritmos para verificação de integridade e autenticidade dos eventos armazenados para fins de auditoria no mínimo SHA2 e HMAC;
 - 30.3. Ter capacidade de capturar, normalizar e realizar o tratamento de eventos em tempo próximo ao real;
 - 30.4. Ser capaz de exportar os eventos normalizados no mínimo em CEF (Common Event Format), LEEF (Log Event Extended Format), Syslog (RFC5424) ou CSV;
 - 30.5. Fazer a agregação de eventos semelhantes que ocorrem dentro de um limite de tempo ou quantidade de eventos específicos.
31. A solução deve possibilitar a ofuscação de campos sensíveis dos eventos (como senhas, identidade funcional, números de cartões de crédito e outros similares).
32. A solução deve ser capaz de coletar, no mínimo, os logs dos sistemas e ativos listados abaixo:
 - 32.1. Firewalls: CISCO, Checkpoint;

- 32.2. Switches: CISCO e Huawei;
- 32.3. Balanceadores de carga: F5, A10, Citrix;
- 32.4. Plataformas de Virtualização: VMware ESX, HyperV e Oracle VM;
- 32.5. Sistemas Operacionais: Linux (Debian, RedHat, Ubuntu, CentOS, Oracle Linux), Windows Server (2008, 2012, 2016) e FreeBSD;
- 32.6. Antivírus: McAfee, Microsoft Defender;
- 32.7. Servidores de E-mail: Microsoft Exchange, Office365;
- 32.7.1. Servidores de Aplicação e Web: Apache2, Squid, Nginx, HAProxy, Apache Tomcat, Jboss e Microsoft IIS7 (ou superior);
- 32.8. VPN: Cisco VPN e OpenVPN;
- 32.9. Essa lista é dinâmica e irá evoluir à medida que outros ativos forem demandados para a CONTRATADA.
33. Deve ser capaz de identificar nativamente e normalizar, no mínimo, os eventos dos logs dos sistemas e ativos listados:
- Active Directory
 - Apache
 - Cisco ISE
 - Cisco SourceFire Defense Center
 - ClearPass
 - LDAP
 - McAfee Endpoint Protection – Advanced Suite
 - McAfee ePolicy Orchestrator
 - Microsoft DHCP
 - Microsoft TMG
 - Mainframe
 - RRAS Server
 - OpenLDAP
 - Postfix
 - VDI (VMWare Horizon)
 - DNS
 - Guardium
 - Office 365
 - Microsoft Exchange
- 33.1. Essa lista é dinâmica e irá evoluir à medida que outros casos de usos forem demandados para a CONTRATADA.
34. Deve ser capaz de coletar logs de Mainframe z/OS de forma nativa ou com uso de agente externo (RACF, ACF2, Top Secret, DB2, CICS, dentre outros)
35. Os demais logs dos sistemas e ativos que não sejam nativamente suportados deverão ser customizados na ferramenta durante a implantação, bem como durante o período contratado para suporte pelo proponente.

CAPACIDADE

Ingestão de Logs	Retenção Quente	Retenção Longo Prazo (logs de Alertas e Incidentes e Auditoria do SIEM)
3200 GB/dia	90 dias	36 meses

Tabela 1 - Ingestão e Retenção

36. Para a capacidade citada no item acima, deve-se considerar a utilização atual de logs ingeridos e que deverão ser migrados para a nova ferramenta de SIEM, conforme detalhamento abaixo para 2000 GB/dia.

2000 GB/DIA UTILIZADOS ATUALMENTE	
TECNOLOGIAS	PERCENTUAL % DE INGESTÃO
Microsoft Defender for Endpoint	46,50
Active Directory	21,41
Cisco ASA	8,82
Oracle SunOne Directory Server	6,60
Azure - Syslog	4,31
Microsoft Defender for Cloud Apps	3,83
Mainframe z/OS events	2,07
Single Sign-On	1,51
McAfee Web Gateway	1,16
Microsoft Defender for Office 365	1,01
OpenLDAP	1,01
Microsoft Defender for Identity	0,60
Azure Active Directory	0,43
Azure Firewall e outros	0,25
Microsoft Forefront TMG	0,25
Cisco ISE	0,15
Microsoft DHCP Server Log	0,05
Bind DNS	0,05
TOTAL	100,00

Tabela 2 – Distribuição de logs ingeridos atualmente

37. Espera-se, no decorrer do contrato, um crescimento na ingestão de logs no SIEM de aproximadamente 1200 GB/dia totalizando, portanto, 3200 GB/dia na capacidade total contratada.
38. Deve ser capaz de INGERIR, processar, correlacionar e *armazenar* no mínimo 3200 GB/dia, sem perda de desempenho. Caso a solução ofertada seja contabilizada de outra forma, considerar o tamanho médio de bytes por EPS de 512 bytes;
39. Ter capacidade de provisionar recursos para tratar rajadas de no mínimo 100% do consumo diário (auto scaling) sem perda de desempenho.

40. Caso ocorra excesso de eventos que ultrapasse o limite contratado, não poderá ocorrer o descarte ou não aproveitamento dos logs;

CORRELACIONAMENTO

41. O Correlacionador deve ser capaz no mínimo de:
42. Inserir os alertas e incidentes gerados no próprio fluxo de correlacionamento ou no fluxo de eventos, possibilitando a detecção de padrões mais complexos de ameaças ou violações de conformidade;
43. Identificar anomalias baseada em eventos e dados temporais por período determinado pelo operador;
44. Realizar o correlacionamento de eventos e alertas utilizando lista de observação (watchlist);
45. Permitir a criação e alteração de lista de observação (watchlist);
46. Priorizar os eventos e alertas com base, pelo menos, nos seguintes critérios:
- 46.1. Severidade do evento;
- 46.2. Criticidade do ativo;
- 46.3. Existência de vulnerabilidade no ativo.
47. Possuir capacidade de correlacionar eventos de diferentes ativos do mesmo tipo e de ativos de diferentes tipos;
48. Possuir nativamente no mínimo 300 regras de correlacionamento;
49. As regras de correlacionamento devem ser passíveis de customização;
50. Permitir clonar as regras e renomear as mesmas para posterior alteração;
51. Possibilitar a criação de encadeamento de correlacionamentos. Uma ou mais regra de correlacionamento pode ser utilizado dentro de outra regra;
52. Tolerar atributos dinâmicos na construção de regras de correlacionamento.
- 52.1. Entende-se como dinâmicos objetos que sofrem alteração a cada iteração;
53. Permitir a criação de regras que identifiquem mudanças de comportamento, como surto ou ausência de eventos e tráfego, quando comparados a outros períodos similares;
54. Permitir o consumo de base de dados externas, através de feeds para a correlação com eventos coletados pela solução, gerando alertas para cada match em regra de correlacionamento nativa ou customizada.

Análise de comportamento de usuário e dispositivos

Tipo	Quantidade
Endpoints	120.000
Usuários	140.000

Tabela 3 - Quantidade de ativos UEBA

55. Implementar ferramenta de análise comportamental de dispositivo e usuários;
56. Utilizar algoritmos de inteligência artificial para categorizar e analisar o comportamento das entidades. Entende-se como algoritmos de inteligência artificial no mínimo:
- 56.1. Aprendizado não supervisionado e supervisionado;

- 57. Implementar geração de score de risco baseado em atributos das entidades e eventos coletados pela solução;
- 58. A solução deve ser capaz de realizar consultas de forma online em bases de usuários LDAP e Microsoft Active Directory para detectar potenciais ameaças para a criação de regras de correlação utilizando tais informações coletadas;
- 59. As importações deverão ser nativas ou de forma customizada via API. No caso de construção de customização o desenvolvimento e suporte devem ser efetuadas pelo proponente sem ônus para a CAIXA;
- 60. Permitir criação de lista de observação de entidades para monitoração e rastreamento;
- 61. Permitir criação de lista de não observação de entidades, ou seja, lista de exclusão, para computação de score e outros eventos;
- 62. Possuir dashboard dos usuários com risco alto e realizar drill down para detalhar o score;
- 63. Detectar anomalias no comportamento usual de determinado ente (dispositivo e usuário) e no mínimo detectar desvios:
 - 63.1. Relacionado ao tempo ou ações em tempos inexecutáveis;
 - 63.2. Relacionado a volumetria de dados;
 - 63.3. As fontes e destino dos eventos;
 - 63.4. Localização geográfica;
 - 63.5. Direcionamento e serviços de origem e destino;
 - 63.6. Usuário executando comandos em blacklist;
 - 63.7. Acesso a endereços considerados suspeitos via Threat Feed e IP reputation;
 - 63.8. Contas utilizadas de forma não compatível;
 - 63.9. Uso não compatível de contas de serviço;
 - 63.10. Acessos em arquivos sensíveis dos sistemas.
- 64. Ter conjunto de regras default para casos de uso de UEBA;
- 65. As regras padrões do UEBA devem ser passíveis de customização;
- 66. Ter funcionalidade de aprendizado de comportamento padrão dos entes de forma automatizada.
 - 66.1. O aprendizado deve ser passível de customização pelo operador da solução;
- 67. Ter capacidade de analisar comportamento baseado em aprendizado das ações de usuários de forma automática e ser capaz de detectar desvios de padrões através de regras automáticas;
 - 67.1. Implementar algoritmos de aprendizado supervisionado e não supervisionado.
 - 67.2. Aprendizado de máquina e análise de comportamento: Utilização de técnicas de aprendizado de máquina para detecção de anomalias e identificação de ameaças com base no comportamento.

FUNÇÃO ORQUESTRAÇÃO - SOAR (SECURITY ORCHESTRATION, AUTOMATION, AND RESPONSE) PARA APRIMORAR A CAPACIDADE DE RESPOSTA A AMEAÇAS DE SEGURANÇA E OTIMIZAR A OPERAÇÃO DO SIEM

- 68. As funções mínimas que a solução deve possuir incluem:

- 68.1. Orquestração de tarefas: Capacidade de automatizar ações de resposta a incidentes, como bloquear endereços IP, desativar contas de usuário ou isolar dispositivos comprometidos.
- 68.1.1. Gerar playbooks listando ações de tarefas para ataques conhecidos ou ocorridos na plataforma
- 68.2. Integração com fontes de dados: Conexão com várias fontes de dados, como logs de segurança, feeds de ameaças, ferramentas de análise de vulnerabilidades, para obter informações relevantes e contextuais.
- 68.3. Correlação de eventos: Análise de eventos e alertas de segurança para identificar incidentes significativos por meio de regras personalizadas ou IA.
- 68.4. Gestão de casos e incidentes: Registro e acompanhamento de incidentes de segurança, permitindo que as equipes de resposta colaborem e documentem suas atividades.
- 68.5. Automatização de fluxos de trabalho: Criação de fluxos de trabalho de resposta automatizada que podem acionar ações específicas com base em regras ou cenários de ameaça.
- 68.6. Enriquecimento de informações: Enriquecimento de dados de eventos com informações contextuais, como dados de ameaças conhecidas, informações sobre ativos e usuários.
- 68.7. Geração de relatórios e dashboards: Criação de relatórios personalizados e painéis de controle para monitorar o desempenho e a eficácia das atividades de segurança.
- 68.8. Notificação e alertas: Capacidade de gerar alertas e notificações em tempo real para as equipes de segurança em caso de incidentes críticos.
- 68.9. Extensibilidade: Possibilidade de adicionar novas integrações, criar scripts personalizados e personalizar as regras e a lógica de automação.
- 68.10. Gestão de políticas: Definição e implementação de políticas de segurança e conformidade por meio de automação.

INTELIGÊNCIA DE AMEAÇAS E SCANNER DE VULNERABILIDADE

- 69. Possuir integração com rede de inteligência (threat intelligence) para atualização constante de feeds de ameaças.
- 70. A nuvem de inteligência deve ter a capacidade de no mínimo consultas de reputação de IP, Georreferência, DNS, HASH e Nome de processos;
- 71. Os dados de georreferenciamento devem ser fornecidos pela solução de forma nativa;
- 72. Implementar coleta de dados de feeds externos para enriquecimento das análises;
- 73. Ser capaz de inserir nos eventos normalizados metadados sobre georreferência;
- 74. Ter capacidade de obter informações de georreferência e imputar essa informação nas correlações e pesquisas;
- 75. Implementar importação de STIX/TAXII e OpenIOC;
- 76. Utilizar informações obtidas por scanner de vulnerabilidade para geração de alertas na solução.

REQUISITOS TÉCNICOS DA CONSOLE DE GERENCIAMENTO

- 77. Requisitos operacionais
 - 77.1. Ter configuração de fuso horário e conexão com servidor NTP;
 - 77.2. Ser capaz de exportar configurações e regras do centralizador na forma de backup em arquivo e para servidor ftp, sftp e scp;
 - 77.3. Possuir funcionalidade de gerenciamento e configuração centralizados das partes distribuídas da solução;
 - 77.4. As funções de manutenção, operação, pesquisa e administração da solução devem estar integradas na mesma console;
 - 77.5. Implementar a categorização manual de eventos (já normalizados) inéditos não categorizados por padrão. Esta categorização deverá ser aplicada nos eventos futuros de mesma característica.
 - 77.6. A solução deve utilizar recursos como Node-Links para demonstrar ataques correlacionados de forma gráfica, facilitando a visualização do panorama de ameaças e a compreensão do fluxo de ataques.
- 78. Consultas e pesquisa
 - 78.1. Ter funcionalidade de consulta no mínimo das seguintes informações:
 - 78.1.1. Data Início e Fim;
 - 78.1.2. Hash;
 - 78.1.3. Nome do processo;
 - 78.1.4. Nome da Máquina;
 - 78.1.5. IP;
 - 78.1.6. Tipo de ataque/detecção;
 - 78.1.7. Nome do Evento;
 - 78.1.8. Categoria do Evento.
 - 78.2. Possibilitar exibição das consultas em gráfico ou tabelas;
 - 78.3. Permitir o uso de operadores lógicos, hashes, string ou frases;
 - 78.4. No campo de pesquisa deve permitir a construção de consulta em sintaxe similar a SQL com os operadores de consulta;
 - 78.5. Permitir a pesquisa nos eventos históricos, fornecendo capacidade de drill down, ou seja, visualizar os detalhes dos eventos, inclusive dados “raw”, quando aplicável, para análise forense e investigação de incidentes.
- 79. Alertas
 - 79.1. Mostrar a informação sobre os eventos que compõem um alerta ou incidente de segurança, identificado pelas regras de correlação da solução, referenciando tais eventos básicos a partir do evento alerta/incidente;
 - 79.2. Ter um sistema de alertas personalizável pelo administrador que poderá configurar o motivo do disparo do alerta, como ataques identificados;
 - 79.3. Ser capaz de enviar alertas e dados nativamente com opção de selecionar quais alertas serão enviados, via protocolo syslog, e de forma automatizada;
 - 79.4. A console do Gerenciador deverá ter a funcionalidade de apresentar automaticamente alertas pré-configurados em tempo real;
 - 79.5. Prover triagem dos alertas, auxiliando na priorização, investigação e evidenciar o estado dos alertas gerados pela ferramenta;

- 79.6. Fornecer a funcionalidade de geração de alertas (sonoros ou visuais) via dashboard e e-mail para incidentes de alta criticidade detectados no correlacionamento de eventos;
- 79.7. Prover notificação de administrador ou usuários cadastrados, caso algum dispositivo monitorado pare de enviar eventos.

RELATÓRIOS

- 80. Gerar relatórios a partir dos dados monitorados;
- 81. Gerar relatórios automatizados configuráveis em períodos, por hora, por dia, por semana, por mês e por ano com envio automático de e-mail, configuráveis pelo administrador;
- 82. Ser gerados em diversos formatos como: texto ou CSV, PDF e XLS;
- 83. Conter, no mínimo:
 - 83.1. Informações por usuário ou dispositivo;
 - 83.2. Informações de ataques identificados;
 - 83.3. Informações de ataques bloqueados;
 - 83.4. Informações de logs sources que não enviam eventos;
 - 83.5. Informações baseado em eventos (watchlist).

DASHBOARD

- 84. Apresentar painéis de controles gráficos (dashboards) que mostrem o status do ambiente, dos logs de eventos, comportamento dos usuários, comportamento de outras entidades (entity), incidentes e alertas gerados, fluxos de rede, ameaças e vulnerabilidades, além de permitir a customização com consultas ad-hoc, quando se fizerem necessárias;
- 85. Demonstrar ameaças de alta severidade para o ambiente;
- 86. Demonstrar os principais meios e tipos de ataques;
- 87. Identificar automaticamente e mostrar em destaque incidentes de alta prioridade.
- 88. Possuir capacidade de mapeamento de campos de forma manual e customizada de qualquer tipo de logs;
- 89. Após o mapeamento do campo, a solução deve ser capaz de efetuar correlacionamentos dos logs previamente existentes, extrair as informações necessárias e fazer os correlacionamentos existentes;
- 90. O mecanismo de extração e mapeamento dos campos deve possuir no mínimo uso de regex, json ou funcionalidade inerente e nativa da solução;
- 91. Ter interface GUI para mapeamento dos campos;
- 92. Ter capacidade de identificação dos tipos de campos conhecidos, durante a normalização, de forma automática de no mínimo: data, hora, ip, porta, usuário, nome do evento e serviço;
- 93. Permitir a coleta ativa de logs em servidores tftp, ftp e ssh com autenticação via credencial e certificado digital.

- 94. Permitir iteração básica de textos nas ameaças/eventos alarmados. Cada iteração anotada deve registrar no mínimo a data e o usuário que fez a anotação.
- 95. Remontagem de ataque (timeline)
- 95.1. Mapear, correlacionar e demonstrar na forma visual e em “linha do tempo” o incidente resultante de regra de correlação;
- 95.2. Mostrar as fases do ataque e as informações como hora, ip, usuário, nome do arquivo e link acessado.

ADMINISTRAÇÃO E AUTENTICAÇÃO DE USUÁRIOS E CONTROLE DE ACESSO

- 96. O Gerenciador deverá ser remotamente administrável por meio de interface gráfica (GUI), utilizando canais autenticados e criptografados;
- 97. Os acessos administrativos devem ser autenticados, criptografados e com registros mantidos;
- 98. Autenticar e autorizar usuários administrativos por meio dos protocolos LDAPS, e AD;
- 99. Ser capaz de segregar perfis de acesso, permitindo diferentes níveis de acesso à console de gerenciamento, onde cada perfil possa ter permissões específicas associadas à sua função. No mínimo:
 - 99.1. Admin;
 - 99.2. Operador;
 - 99.3. Leitura.
- 100. As atribuições de acesso e autorização devem permitir customização de diferentes visualizações/dashboard de informações e log sources;
- 101. Permitir que os perfis de acesso sejam relacionados a grupo de usuários para possibilitar, conceder ou revogar acessos conforme a inclusão ou exclusão de usuários desses grupos;
- 102. Permitir múltiplos acessos simultâneos à console de gerenciamento, seja para análise de informações ou aplicação de configurações.
- 103. Deve oferecer um mecanismo de segundo fator de autenticação para acesso ao console de gerenciamento, garantindo um nível adicional de segurança.

SERVIÇOS DE SUPORTE À SOLUÇÃO

- 104. Os serviços de suporte à solução compreendem a implantação, sustentação, atualização tecnológica durante todo o contrato, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura tecnológica.
- 105. Entende-se por serviços de suporte técnico a prestação de serviços visando à reparação de eventuais falhas ou inconsistências detectadas nos serviços (quer sejam produtos de hardware e/ou software), de forma a garantir o pleno, correto e seguro funcionamento dos serviços e seus módulos ou componentes e suas integrações com o ambiente CAIXA, assim como na prestação de informações necessárias ao esclarecimento de dúvidas sobre o funcionamento dos serviços e dos seus módulos e/ou componentes, promovendo sua perfeita operacionalização.

106. O Suporte Técnico consiste na atuação de caráter predominantemente reativo, com acionamento sob demanda, envolvendo o tratamento de falhas, interrupções ou redução de desempenho no uso dos serviços por parte da CAIXA, mas envolve também atuação proativa na medida em que trata situações de falhas que não cheguem a afetar a qualidade e/ou desempenho dos serviços consumidos pela CAIXA.
107. Compreendem ainda os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, API, scripts e interpretadores (parsers), abrangem todas as atividades de pesquisa no mercado, portais e comunidades de cibersegurança, mediante solicitação da CAIXA ou por identificação da CONTRATADA de forma proativa, de casos de uso e soluções adequadas às necessidades constatadas ou suscitadas, bem como a realização de customizações para que estes atendam às regras de negócios, a integração a outros sistemas em produção e aos padrões de segurança tecnológica da CAIXA, compreendendo as seguintes tarefas básicas:
- Desenvolvimento de parsers necessários para construção de casos de usos definidos pela CAIXA;
 - Desenvolvimento de scripts;
 - Aperfeiçoamento e customizações de soluções e serviços;
 - Planejamento de soluções e serviços;
 - Mentoring;
 - Adaptação evolutiva e customizações;
 - Implementação de novos casos de usos definidos pela CAIXA;
 - Definição e construção de integrações entre as soluções/tecnologias do produto com as demais soluções/ferramentas utilizadas pela CAIXA;
 - Criação e customização de relatórios personalizados.
108. As melhorias ou customizações solicitadas pela CAIXA deverão ser consultadas pela CONTRATADA junto ao fabricante e/ou comunidade oficial do produto para verificar a existência de esforços em curso para o assunto em questão.
109. Os serviços especializados serão solicitados, sob demanda e a critério da CAIXA, sendo validados conforme SLA acordado.
110. A construção de casos de uso, parsers, scripts, e demais componentes poderá, a critério da CAIXA, ser executado fora das instalações da CONTRATANTE de forma remota com acompanhamento e ponto de controle diário.
111. Todos os processos de customização de componentes, mesmo aqueles decorrentes da iniciativa da CONTRATADA, deverão ser previamente autorizados pela CAIXA.
112. As entregas terão garantia por um prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados a partir do aceite da CAIXA.
113. A CAIXA, a seu critério, fará abertura de chamado, convocará a CONTRATADA para, em reunião conjunta, fazer o planejamento de trabalho e ações a serem

- executadas com o objetivo de detalhar as atuações das respectivas equipes técnicas especializadas.
114. A CONTRATADA será responsável pela migração de todos os casos de uso existentes atualmente nas ferramentas de SIEM da CAIXA, LogRhythm para ambiente on premises e Microsoft Sentinel para o ambiente nuvem, seguindo as seguintes instruções:
- 114.1. Considerar o quantitativo de casos de uso a serem migrados de acordo com a sua complexidade descrito na Tabela 4.
- 114.2. Após o setup inicial da ferramenta, será agendado pela CAIXA reunião para estruturação e planejamento do projeto de migração dos casos de uso.
- 114.3. A CONTRATADA deverá realizar a migração dos casos de uso em um prazo de até 6 meses.
- 114.4. A CONTRATADA deverá disponibilizar equipe técnica e um Gerente ou Coordenador de Projetos para o acompanhamento das atividades ao longo do projeto.
- 114.5. Poderão ser aceitos casos de uso equivalentes na solução CONTRATADA, desde que mantenham o mesmo escopo e objetivo de monitoramento, e tenham sido validados pela CAIXA.

Quantidade de casos de uso a serem migrados de acordo com a complexidade			
	Alta	Média	Baixa
LogRhythm	0	2	21
Microsoft Sentinel	40	77	82
Total	40	79	103

Tabela 4 – Casos de uso por ambiente

115. Os casos de uso devem ser entregues, integrados à solução de gestão de incidentes cibernéticos definida pela CAIXA, salvo orientação contrária, e devidamente documentados, de acordo com padrão a ser acordado entre as partes.
116. A complexidade na elaboração de casos de usos e tamanho da demanda, para fins de categorização do serviço e definição do prazo de solução serão calculados de acordo com o esforço estimado, conforme parâmetros do ANEXO I-A – Forma de Execução do Contrato.

TREINAMENTO OFICIAL DA SOLUÇÃO DE GERENCIAMENTO E CORRELACIONAMENTO DE EVENTOS E INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA SIEM (SECURITY INFORMATION AND EVENT MANAGEMENT) BASEADAS EM NUVEM (SAAS)

117. O treinamento oficial do fabricante deverá ser de, no mínimo, 40 (quarenta) horas e ministrado por Analista Certificado pelo Fabricante na solução ofertada;
118. O treinamento deverá ser realizado preferencialmente no modelo presencial;

119. O treinamento poderá ser realizado no modelo telepresencial (online por videoconferência), preferencialmente em português, utilizando ferramenta própria disponibilizada pela fabricante, de acordo com autorização da CAIXA;
120. A empresa deverá disponibilizar material aos participantes e quaisquer conteúdos e ferramentas adicionais que venham a ser necessárias para o treinamento;
121. Caso não haja disponibilidade para realização nos modelos presencial ou telepresencial, a empresa deverá custear os gastos de passagens e estadia para o centro de treinamento mais próximo de Brasília.

ANEXO I-A**FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO****1 CONSIDERAÇÕES GERAIS**

- 1.1 A CAIXA indicará, formalmente, no ato da assinatura do CONTRATO, o(s) responsável(eis) pela gestão do CONTRATO e dos serviços contratados.
- 1.2 A CAIXA poderá indicar outro(s) responsável(eis), a qualquer momento, bastando apenas comunicar formalmente à CONTRATADA.
- 1.3 O relacionamento relativo à gestão do contrato será realizado nas dependências da CAIXA, exceto em situações excepcionais onde haja o entendimento e anuência da CAIXA para mudança de local.
- 1.4 A CONTRATADA deverá indicar, formalmente, no ato de assinatura do CONTRATO ou sempre que houver alteração/substituição, o(s) seu(s) representante(s) que será(ão) responsável(is) pelo acompanhamento da execução dos serviços contratados, atuando como Gerente(s) do Contrato.
- 1.5 A CONTRATADA deverá disponibilizar, sem custo adicional para a CAIXA, Gerente(s) de Serviços que será(ão) responsável(is) por garantir a qualidade dos serviços prestados, pelo acompanhamento dos chamados técnicos, pela emissão e entrega dos relatórios periódicos das atividades executadas, além da participação em reuniões sempre que convocado(s).
- 1.6 As funções de Gerente do Contrato e de Gerente de Serviços podem ser exercidas pelo(s) mesmo(s) profissional(is) da CONTRATADA, desde que essa condição não prejudique o perfeito atendimento às demandas da CAIXA.
- 1.7 As reuniões e demais atividades relacionadas ao planejamento, à gestão e à execução do contrato serão realizadas, preferencialmente, nas dependências da CAIXA, podendo ser realizada em formato remoto, mediante o entendimento e a anuência da CAIXA.
- 1.8 O acesso dos técnicos da contratada ou do fabricante dos produtos aos ambientes da CAIXA somente será admitido com prévia autorização e com observância aos padrões de segurança vigentes.
- 1.9 O acesso às informações do ambiente de produção do SIEM, a partir das instalações da CONTRATADA só será efetuado quando for possível restringir tal acesso apenas ao recurso objeto da contratação e em situações expressamente autorizada pela Caixa, obedecendo aos padrões em vigência na CAIXA.

- 1.10 A CONTRATADA se compromete a não divulgar dados ou informações relacionadas aos produtos objeto do presente contrato ou que venha a ter conhecimento durante a realização dos serviços, mantendo sigilo absoluto em relação aos dados acessados ou que venham a ser gerados, no processo de prestação dos serviços.
- 1.11 Para realização dos serviços especificados neste anexo, a CONTRATADA poderá utilizar ferramentas (software aplicativo) de sua propriedade, desde que autorizado pela CAIXA e destinado a facilitar a execução dos serviços e diagnósticos de problemas, sem ônus adicionais para a CAIXA.
- 1.12 Todas as despesas com mão de obra, deslocamentos, alimentação, estadia, hospedagem, impostos, encargos fiscais, encargos trabalhistas, margem de lucro e demais dispêndios que se fizerem necessários para a perfeita execução dos serviços contratados, em atendimento aos chamados técnicos ou em relação às demais atividades previstas, serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA.
- 1.13 Todo serviço de suporte técnico deverá ser executado somente mediante prévia autorização da CAIXA, com informações claras dos procedimentos que serão adotados/executados, nos horários estabelecidos no Termo de Referência e demais anexos.
- 1.14 A CONTRATADA será responsável pela execução dos serviços e seu acompanhamento diário da qualidade e dos níveis de serviço alcançados com vistas a efetuar eventuais ajustes e correções. Quaisquer problemas que venham a comprometer o bom andamento dos serviços ou o alcance dos níveis de serviço estabelecidos devem ser imediatamente comunicados por escrito a CAIXA.
- 1.15 Cabe à Contratada**
- 1.15.1 Manter consistentes e atualizados todos os artefatos produzidos e/ou disponibilizar acesso às informações relativas a problemas, falhas de segurança documentados pelo fabricante.
- 1.15.2 Manter documentação dos modelos alterados durante a execução dos serviços contratados.
- 1.15.3 Manter a consistência entre os modelos de dados adaptados e o modelo de dados corporativo da CAIXA.
- 1.15.4 Garantir que todas as entregas efetuadas estejam compatíveis e totalmente aderentes aos padrões tecnológicos utilizados pela CAIXA, cabendo à CAIXA

tomar ciência e autorizar o uso de produtos e/ou versões que sejam diferentes daqueles previstas e em uso na CAIXA.

- 1.15.5 Elaborar, sem ônus adicional para a CAIXA, toda a documentação necessária ao pleno conhecimento e operacionalização dos serviços de implantação, integração, desenvolvimento e serviço técnico especializado.

2 REGRAS DE ATENDIMENTO

- 2.1 O acionamento das equipes da CONTRATADA para a execução dos serviços de suporte técnico, implantação da solução, atualização tecnológica, administração, operação e serviços especializados, da solução de segurança SIEM, previstos neste contrato, se dará a partir da designação das requisições (chamados) por meio da ferramenta da CAIXA, mediante a disponibilização de ticket junto ao WebService/ITSM definido pela CAIXA.
- 2.2 Cabe à CONTRATADA a integração do seu sistema de atendimento com o da CAIXA.
- 2.3 Consiste em obrigação da CONTRATADA encaminhar o aceite de forma imediata quando da disponibilização do ticket respectivo no WebService/ITSM, quando solicitado pela CAIXA, bem como efetuar o fechamento dos chamados no instante da conclusão dos serviços com a imediata gravação dos tickets de fechamento no WebService/ITSM da CAIXA.
- 2.4 Para todos os efeitos e cálculos neste contrato, o prazo de solução dos chamados de atendimento inicia-se na data/hora em que for disponibilizado a partir dos sistemas da CAIXA o ticket no WebService/ITSM ou, no caso de se tratar de demanda com horário de intervenção necessariamente agendado pela CAIXA, iniciar-se-á na data e hora agendada, encerrando-se a contagem do prazo de solução, para ambos os casos, na data e hora em que o ticket de conclusão da CONTRATADA, disponibilizado por esta no WebService/ITSM da CAIXA, for sensibilizado neste ou em outra ferramenta que a CAIXA venha a utilizar.
- 2.5 Os dados oficiais para cálculo de SLA e respectivos descontos serão os dados baseados na integração do sistema da CAIXA com a CONTRATADA.
- 2.6 Em caso de indisponibilidade dos sistemas da CAIXA ou da CONTRATADA, poderão ser utilizados, a critério exclusivo da CAIXA, outros canais para encaminhar os chamados ou receber o fechamento contingencial, tais como e-mail protocolado, e-mail, serviço 0800 ou contato telefônico.
- 2.7 A CAIXA apresentará, após a assinatura do contrato, o layout dos registros dos bilhetes/tickets (abertura, aceite, atualizações e conclusão) e a CONTRATADA terá um prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da disponibilização

do layout, para desenvolvimento, testes e implementação da integração dos sistemas de atendimentos das partes.

- 2.7.1 Durante o período inicial de integração dos sistemas (30 dias corridos), para o período em questão, os descontos serão baseados nos dados da CAIXA mediante negociação com a CONTRATADA.
- 2.7.2 Caso a CONTRATADA não cumpra o prazo de integração valerão os dados da CAIXA de forma sumária.
- 2.7.3 Em caso de alteração do layout dos tickets/bilhetes, a CONTRATADA terá o prazo de **15 (quinze) dias corridos** para adequar sua ferramenta de WebService/ITSM para a devida recepção deles, a partir do momento da notificação de alteração e entrega do novo leiaute.
- 2.7.4 O atraso na integração e/ou nas adequações, com base nos prazos definidos acima, ensejará em aplicação de multas à CONTRATADA.
- 2.7.5 Estará sujeita a multa de 0,09% (nove centésimos por cento) por dia corrido de atraso, limitado a 10% (dez por cento), a ser calculado sobre o valor da fatura mensal do período corrente.
- 2.7.6 É obrigação da CONTRATADA, às suas expensas, a conexão dedicada para a troca de tickets com o WebService/ITSM disponibilizado pela CAIXA devendo adequar-se ao padrão utilizado por esta.
- 2.7.7 Os chamados abertos e/ou demandas encaminhadas deverão ser tratados com atendimento em português, com escalação e acompanhamento em tempo real.
- 2.7.8 A CONTRATADA deverá informar, em até **5 (cinco) dias** após assinatura do contrato, pelo menos uma caixa postal para acionamento e recebimento de mensagem eletrônica e um número de telefone para contingenciamento em caso de indisponibilidade da central de atendimento.
- 2.7.9 O termo forma corrido indica que a contagem de tempo se dará de maneira contínua sem interrupções, exceto aqueles que sejam provocados pela CAIXA.
- 2.7.10 A CONTRATADA deverá fornecer relatório detalhado, mensalmente, até o 5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço, em meio eletrônico, em português, referente as atividades prestadas, contendo dados gerenciais e estatísticos pertinentes à gestão dos serviços relativos ao mês anterior, cujo padrão e modelo incluirão, obrigatoriamente, os itens relacionados a seguir e poderão sofrer alterações conforme necessidade da CAIXA, acordados com a CONTRATADA:
- Data e hora de abertura do chamado técnico

- Identificação da unidade CAIXA
- Nome do responsável pela abertura do chamado
- Severidade do chamado
- Número identificador do chamado
- Data e hora de início do atendimento
- Data e hora da conclusão da solução operacional
- Data e hora da solução definitiva do chamado
- Data e hora da conclusão definitiva do chamado
- Detalhamento do tempo em que a ação ficou sob responsabilidade da CAIXA
- Quantidade de ocorrências (chamados) registradas no período
- Informações sobre eventuais escalações
- Resumo com a lista de chamados concluídos fora do prazo de solução estabelecido
- Total de chamados no mês e o total acumulado até a apresentação do relatório

2.7.10.1 Este relatório é uma obrigação contratual sujeita às sanções previstas no item 5 – CÁLCULO DO NÍVEL DE SERVIÇO E SANÇÕES, o qual deverá ser entregue no local de execução do contrato, conforme item 7 – LOCAL DE EXECUÇÃO.

2.7.11 A qualidade dos serviços será aferida na forma estabelecida no item 5 – CÁLCULO DO NÍVEL DE SERVIÇO E SANÇÕES.

3 VIGÊNCIA CONTRATUAL

3.1 O prazo para a prestação dos serviços objeto deste Termo de Referência será de 36 (trinta e seis) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da CAIXA e com a concordância da CONTRATADA, até o limite permitido na legislação.

4 FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1 A CAIXA realizará a remuneração dos serviços da seguinte forma:

4.2 O período de migração/implantação dos casos de uso deverá ocorrer em até 6 meses, podendo ser prorrogado mediante aceite da CAIXA.

4.3 O pagamento será mensal de acordo com o volume de dados ingeridos, em GB/dia, na ferramenta.

4.4 Ao final da implantação, o pagamento se dará conforme uso da solução de SIEM.

4.5 Na hipótese de atraso na entrega dos casos de uso será aplicado desconto de 0,1%, por caso de uso, na fatura mensal, a cada mês de atraso.

- 4.6 Quantidade de casos de uso e Tecnologias utilizadas atualmente que deverão ser migradas para o novo serviço de SIEM:

Quantidade de casos de uso a serem migrados de acordo com a complexidade			
	Alta	Média	Baixa
LogRhythm	0	2	21
Microsoft Sentinel	40	77	82
Total	40	79	103

2000 GB/DIA UTILIZADOS ATUALMENTE	
TECNOLOGIAS	PERCENTUAL % DE INGESTÃO
Microsoft Defender for Endpoint	46,50
Active Directory	21,41
Cisco ASA	8,82
Oracle SunOne Directory Server	6,60
Azure - Syslog	4,31
Microsoft Defender for Cloud Apps	3,83
Mainframe z/OS events	2,07
Single Sign-On	1,51
McAfee Web Gateway	1,16
Microsoft Defender for Office 365	1,01
OpenLDAP	1,01
Microsoft Defender for Identity	0,60
Azure Active Directory	0,43
Azure Firewall e outros	0,25
Microsoft Forefront TMG	0,25
Cisco ISE	0,15
Microsoft DHCP Server Log	0,05
Bind DNS	0,05
TOTAL	100,00

- 4.7 O período de faturamento será compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês.
- 4.8 A CAIXA, após a aceitação dos serviços, efetuará o pagamento a CONTRATADA, mensalmente, no 15º, (décimo-quinto) dia útil do mês subsequente ao da efetiva execução dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente em agência da CAIXA, devendo a emissão da correspondente nota fiscal ser antecipada, com apresentação à CAIXA, impreterivelmente, até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da efetiva execução dos serviços, prorrogando-se o prazo de pagamento na mesma proporção de eventual atraso ocorrido na entrega da fatura.

5 CÁLCULO DO NÍVEL DE SERVIÇO E SANÇÕES

- 5.1 O Nível de Serviço é um indicativo de qualidade da prestação do serviço.
- 5.2 A qualidade da prestação de serviços será apurada por meio de Indicadores, cuja finalidade é garantir o atendimento célere aos chamados, bem como a sua correta priorização.
- 5.3 Para garantir a adequação contínua dos serviços às necessidades dos negócios da CAIXA, bem como em decorrência da evolução tecnológica a CAIXA poderá propor a revisão de indicadores. Uma vez que tais propostas sejam aceitas pela CONTRATADA, o novo conjunto passará a ser considerado a partir da data acordada por ambas as partes.
- 5.4 A qualidade da prestação de serviços será apurada por meio de indicadores, cuja finalidade é garantir o atendimento célere aos chamados, relatórios obrigatórios, bem como a sua correta priorização.
- 5.5 Os descontos serão cumulativos para cada dia, hora ou fração de atraso de cada chamado fechado no mês de referência de acordo com sua severidade e deverão ser aplicados na fatura do mês seguinte ao período de apuração.
- 5.6 Para o último mês de vigência do contrato a apuração deverá ser antecipada de maneira que os descontos sejam aplicados na última fatura do contrato.
- 5.7 A CONTRATADA, imediatamente após receber o chamado da CAIXA, deverá prover atendimento e solução nos prazos estabelecidos neste item.

5.8 INDICADORES**5.8.1 Serviços de SIEM**

- 5.8.1.1 Pela inobservância de quaisquer exigências estabelecidas no ANEXO I – Termo de Referência – Especificação Técnica, a CONTRATADA estará sujeita a um desconto na fatura do período de 0,02% (dois centésimos por cento) por dia corrido de atraso e por ocorrência (subitem descumprido), a ser calculado sobre o valor da fatura mensal do período corrente.

5.8.2 Suporte técnico, Administração e Operação

- 5.8.2.1 Descrição das severidades dos indicadores de incidentes da infraestrutura de SIEM:

Severidade	Descrição
------------	-----------

1 – Crítica	Situação emergencial ou problema crítico que cause a indisponibilidade de sistema. A solução não está operante e não é possível nenhuma solução de contorno viável.
2 – Alta	Um ou mais componentes da solução parcialmente indisponíveis, causando indisponibilidade de funcionalidades, com alguns serviços funcionando.
3 – Média	Um ou mais componentes da solução apresentam erros ou alertas que não causam indisponibilidade das suas funcionalidades.
4 – Baixa	Demais incidentes que possam comprometer a infraestrutura do SIEM.

5.8.2.2. Tempo máximo de início de atendimento aos incidentes no SIEM:

TMIA – Tempo máximo de início de atendimento aos incidentes no SIEM		
Item	Tempo máximo para início do atendimento: tempo máximo requerido para o início do atendimento à solução.	
Finalidade	Garantir o início do atendimento conforme prazo acordado.	
Meta a cumprir	Severidade	Tempo previsto
	1 – Crítica	15 min
	2 – Alta	30 min
	3 – Média	2 horas
	4 – Baixa	4 horas
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	TMIA = Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula: (Data/hora fim do início do atendimento – data/hora início do chamado).	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Faixa de ajuste no pagamento	TMIA	0,25% de desconto na fatura mensal por hora (ou fração) da duração de atraso de cada chamado.
Observações	Quando a duração do atraso não for múltiplo exata de hora, será arredondado para múltiplo imediatamente superior.	

5.8.2.3. Tempo máximo de solução operacional aos incidentes no SIEM:

TMSO – Tempo máximo de solução operacional relacionados a infraestrutura de SIEM
--

Item	Tempo máximo de solução operacional: tempo máximo requerido para contornar o problema e deixar o sistema/serviço disponível	
Finalidade	Garantir a solução operacional conforme prazo acordado	
Meta a cumprir	Severidade	Tempo previsto
	1 – Crítica	4 horas
	2 – Alta	8 horas
	3 – Média	16 horas
	4 – Baixa	24 horas
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	TMSO = Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula: $((\text{Data/hora fim da solução operacional} - \text{data/hora início do chamado}) - \text{tempo sob responsabilidade da CAIXA})$	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Faixa de ajuste no pagamento	1 – Crítica	0,5% de desconto na fatura mensal por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.
	2 – Alta	0,4% de desconto na fatura mensal por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.
	3 - Média	0,2% de desconto na fatura mensal por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.
	4 - Baixa	0,1% de desconto na fatura mensal por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.
Observações	Quando a duração do atraso não for múltiplo exato de hora, será arredondado para múltiplo imediatamente superior.	

5.8.2.4. Tempo máximo de solução definitiva do chamado de incidente no SIEM:

TMSDC – Tempo máximo de solução definitiva do chamado de incidente relacionados a infraestrutura de SIEM		
Item	Tempo máximo de solução definitiva do chamado: tempo máximo requerido para solucionar em definitivo a causa do problema, calculado a partir da abertura do chamado	
Finalidade	Garantir a solução definitiva conforme prazo acordado	
Meta a cumprir	Severidade	Tempo previsto
	1 – Crítica	24 horas

	2 – Alta	36 horas
	3 – Média	48 horas
	4 – Baixa	72 horas
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	TMSDC = Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula: ((Data/hora fim da solução definitiva – data/hora início do chamado) – tempo sob responsabilidade da CAIXA)	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Faixa de ajuste no pagamento	1 – Crítica	0,05% de desconto na fatura mensal por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.
	2 – Alta	0,025% de desconto na fatura mensal por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.
	3 - Média	0,020% de desconto na fatura mensal por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.
	4 - Baixa	0,015% de desconto na fatura mensal por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.
Observações	Quando a duração do atraso não for múltipla exata de hora, será arredondado para múltiplo imediatamente superior.	

5.8.2.5. Tempo máximo para esclarecimento de dúvidas sobre o SIEM:

TMED – Tempo máximo para esclarecimento de dúvidas relacionados a infraestrutura de SIEM		
Item	Tempo máximo requerido para esclarecimento de dúvidas sobre os produtos; chamados para correções e parametrizações; e consultas técnicas.	
Finalidade	Garantir o esclarecimento de dúvidas sobre os produtos e consultas técnicas conforme prazo acordado	
Meta a cumprir	Tempo previsto	48 horas
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	

Mecanismo de cálculo	TMED = Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula: (Data/hora fim do chamado/requisição – data/hora início do chamado/requisição).	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Faixa de ajuste no pagamento	TMED	0,1% de desconto na fatura mensal por hora (ou fração) da duração do atraso de cada chamado/requisição.
Observações	Quando a duração do atraso não for múltipla exata de hora, será arredondado para múltiplo imediatamente superior.	

5.8.2.6. Tempo máximo para fornecimento de relatório consolidado dos chamados referentes a infraestrutura do SIEM:

Fornecimento de relatório consolidado dos chamados relacionados a infraestrutura de SIEM		
Item	Tempo máximo requerido para entrega do relatório consolidado dos chamados	
Finalidade	Garantir a entrega do relatório consolidado dos chamados	
Meta a cumprir	Entrega do relatório	5º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	(TMRCC) Conferência da data de entrega do relatório em conformidade com todas as especificações e dados exigidos.	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Faixa de ajuste no pagamento	Entrega	0,1% de desconto no valor global do contrato por dia de atraso.
Observações	-	

5.8.3 Serviços de suporte a solução

5.8.3.1. Descrição do esforço estimado nas demandas dos serviços de suporte a solução:

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS				
SERVIÇO	DESCRIÇÃO	MULTIPLICADOR	COMPLEXIDADE	TEMPO DE ATENDIMENTO EM HORAS

Desenvolvimento de parsers customizados	Desenvolver parsers que consigam identificar padrões nos logs não padronizados que chegam na solução de SIEM de forma a tornar esses campos indexáveis pela solução.	1	Baixa	96
		3	Média	
		5	Alta	
Desenvolvimento de scripts	Desenvolver scripts para integrar os alertas gerados na solução de SIEM com a solução de gerenciamento de incidentes cibernéticos da CAIXA ou outros scripts necessários na solução de SIEM.	1	Baixa	48
		3	Média	
		5	Alta	
Desenvolver regras de negócios especificadas pela CAIXA que irão compor os casos de uso	Desenvolver regras de correlação, filtragem, exclusão, agrupamento, ou duração para construção dos casos de uso especificados pela CAIXA	1	Baixa	48
		3	Média	
		5	Alta	
Criação e customização de relatórios personalizados	Criação e customização de relatórios personalizados, de acordo com a necessidade da CAIXA que não são facilmente criados com os parâmetros definidos previamente na solução	1	Baixa	72
		3	Média	
		5	Alta	
Desenvolvimento e customização de Playbooks	Desenvolver e customizar Playbooks para automatizar os processos de geração de alarme no	1	Baixa	96
		3	Média	
		5	Alta	

	tratamento de incidente cibernético			
Desenvolvimento e customização de integração com base de dados SQL ou NoSQL	Desenvolvimento e customização de integração com base de dados estruturadas ou não estruturadas com o objetivo de importação desses dados para a solução SIEM	1	Baixa	48
		3	Média	
		5	Alta	

5.8.3.2. Descrição dos fatores de complexidade

FATORES DE COMPLEXIDADE		
COMPLEXIDADE	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	MULTIPLICADOR
Baixa	Desenvolvimento de parsers, scripts ou regras de negócios de casos de uso de baixa complexidade, que na maioria das vezes são parametrizadas na solução; OU customizações de relatórios, customizações de playbook e integração de base de dados que não exigem um esforço complexo na construção.	1
Média	Desenvolvimento de parsers, scripts ou regras de negócios de casos de uso de média complexidade, que podem, em pequena parte ser parametrizados na solução, mas exigirá um esforço adicional de desenvolvimento; OU customizações de relatórios, customizações de playbook ou integração de base de dados que podem exigir um esforço de desenvolvimento na construção.	3
Alta	Desenvolvimento de parsers, scripts ou regras de negócios de casos de uso de alta complexidade, com necessidade comercial muito mais complexa que o usual, requerendo conhecimento de especialistas; OU customizações de relatórios, customizações de playbook e integração de base de dados que exigem grande esforço no desenvolvimento da solução;	5

- 5.8.3.3. Devido a evolução tecnológica da solução e a diversidade de componentes, o rol das atividades descritas não é exaustiva e poderá ser ajustado no decorrer do contrato.
- 5.8.3.4. Tempo máximo para atendimento das demandas definidas pela CAIXA nos serviços de suporte a solução

Tempo máximo para atendimento das demandas definidas pela CAIXA nos serviços de suporte a solução		
Item	Tempo máximo para atendimento das demandas definidas pela CAIXA nos serviços de suporte a solução	
Finalidade	Atendimento das demandas de serviços de suporte	
Meta a cumprir	Complexidade	Tempo previsto Tempo de atendimento em horas x Multiplicador de complexidade ex.: (96*1, 72*3, 48*5)
	Alta	
	Média	
	Baixa	
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir	
Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	Considera-se a duração do atraso de cada chamado, que será calculado por meio da fórmula: ((Data/hora fim do atendimento – data/hora início do atendimento) – tempo sob responsabilidade da CAIXA)	
Início da vigência	Data da assinatura do contrato	
Faixa de ajuste no pagamento	0,04% de desconto no pagamento do serviço especializado sob demanda, por dia (ou fração) da duração do atraso de cada chamado.	
Observações	Quando a duração do atraso não for múltipla exata de um dia, será arredondado para múltiplo imediatamente superior.	

- 5.8.3.5. Quantidade de defeitos nos serviços entregues

Defeitos nos serviços entregues	
Item	Quantidade de chamados abertos para corrigir um serviço especializado
Finalidade	Garantir qualidade nas entregas dos serviços especializados
Meta a cumprir	0 (zero) defeitos
Instrumento de medição	Procedimentos, rotinas, ferramentas de gerenciamento adotadas pela CAIXA ou que a CAIXA vier a definir

Forma de acompanhamento	Por intermédio dos instrumentos de medição	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de cálculo	Quantidade de chamados abertos no período para correção de defeitos dos serviços especializados entregues	
Início da Vigência	Após a fase de inicialização do contrato	
Faixa de ajuste no pagamento	$x \leq 0$	0,000%
	$0 < x \leq 2$	0,300%
	$2 < x \leq 4$	0,400%
	$4 < x \leq 6$	0,600%
	$X > 6$	0,900%
Base de cálculo	Valor da fatura mensal do respectivo período	

- 5.9. Considera-se um problema definitivamente solucionado quando os serviços relacionados à solução forem restabelecidos sem restrições e de forma plena, ou seja, quando não se tratar de uma solução de contorno (workaround).
- 5.10. Os prazos estabelecidos para fechamento dos atendimentos não se aplicam a ocorrências que, pela sua natureza, envolverem atividades relacionadas a desenvolvimento de patches específicos, admitindo-se para todos os casos a adoção de solução de contorno (workaround). Para a solução de contorno devem ser respeitados os prazos definidos para cada severidade informada.
- 5.11. Em caso de impossibilidade de fechamento do atendimento dentro dos prazos estabelecidos, a CONTRATADA deverá, ainda dentro dos prazos definidos, emitir um parecer com previsão do novo prazo para atendimento da demanda, contendo o histórico de maior abrangência possível das atividades desenvolvidas desde a abertura do respectivo chamado/requisição.
- 5.12. Após a avaliação deste parecer, a CAIXA decidirá sobre a periodicidade da emissão de pareceres ou laudos posteriores, até o fechamento final do atendimento.
- 5.13. No descumprimento de atendimento aos níveis de serviços, a contratada será penalizada conforme definido no item 5 deste anexo.
- 5.14. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a previa defesa em processo regular, a CONTRATADA sujeitar-se-á às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:
- multa;
 - suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CAIXA;
 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até

que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a pena;

- 5.15. Para o descumprimento de quaisquer outras obrigações contratuais será aplicado multa no valor de 0,1% (um décimo por cento) do valor da fatura mensal, por dia de atraso que perdurar o descumprimento, exceto quando a resolução depender de ação da CAIXA.
- 5.16. As multas serão descontadas do valor da garantia contratual, da fatura ou cobradas diretamente da CONTRATADA ou judicialmente.
- 5.17. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia apresentada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CAIXA ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.
- 5.18. A penalidade de declaração de suspensão temporária de licitar e contratar com a CAIXA pelo prazo de até 05 (cinco) anos poderá ser aplicada em casos de reincidências, em descumprimento de prazo contratual, descumprimento parcial ou total de obrigação contratual ou, ainda, em caso de rescisão contratual, mesmo que desses fatos não resulte prejuízo à CAIXA.
- 5.19. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta se a CONTRATADA:
- a) descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à CAIXA;
 - b) sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
 - c) tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.
- 5.20. As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicadas pela competente autoridade da CAIXA ou ministerial, respectivamente, após a instrução do pertinente processo, no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, serão lançadas no SICAF.
- 5.21. A penalidade de declaração de inidoneidade implica a inativação do cadastro no SICAF, impossibilitando o fornecedor ou interessados de relacionar-se com a Administração Pública Federal e demais órgãos/entidades integrantes desse Sistema.
- 5.22. A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento e manutenção incumbe à CONTRATADA, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento objeto deste contrato e

não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

- 5.23. Caso a CAIXA não se utilize da prerrogativa de rescindir o contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução, suspendendo o pagamento da respectiva fatura, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.
- 5.24. O descumprimento das obrigações relacionadas com confidencialidade e segurança de dados, de informações e sistemas, mediante ações ou omissões, intencionais ou acidentais, que impliquem em perda, destruição, inserção, cópia, acesso ou alterações indevidas, independentemente do meio no qual estejam armazenados, em que trafeguem ou do ambiente em que estejam sendo processados, determinará a responsabilização, na forma da lei, de seus dirigentes e funcionários envolvidos.

6 TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO

- 6.1 Deverá ser disponibilizado para a CAIXA treinamentos de até 5 (cinco) turmas de 15 (quinze) pessoas (sob demanda), durante a execução do contrato.
- 6.2 Os treinamentos deverão possuir conteúdos suficientes para que o treinando passe a conhecer os produtos ora fornecidos neste contrato, seu funcionamento e sua arquitetura de modo a estarem aptos a:
- Implementar suas funcionalidades e configurá-las de forma a atender às necessidades da Caixa;
 - Avaliar situações que envolvam aspectos de performance /desempenho propondo ações de melhoria;
 - Realizar o planejamento de capacidade e desempenho.
- 6.3 A critério da CAIXA a turma poderá ser presencial ou remota, e deverão ser ministrados em Brasília com turma mínima de **5 (cinco)** pessoas.
- 6.4 Ao final de cada evento, os participantes com o mínimo de 80% (oitenta por cento) de presença deverão receber certificados de participação, e ainda:
- 6.4.1 Deverá ser realizada pesquisa de satisfação entre os participantes.
- 6.4.2 Caso o curso não atinja a avaliação mínima, como de nível satisfatório, a contratada deverá tomar providências de realização de nova transferência de conhecimento dentro de um prazo de até **45 (quarenta e cinco) dias**.
- 6.5 A CAIXA emitirá, em até **10 (dez) dias úteis** após o final da realização das atividades de transferência de conhecimento, um Termo de Aceite da transferência de conhecimento.

7. ENCERRAMENTO DO CONTRATO

- 7.1. A Contratada deve garantir que todos os dados - incluindo chaves criptográficas e os backups armazenados e que não sejam mais necessários na execução do Contrato - serão descartados de acordo com os padrões do mercado, de maneira que os requisitos de confidencialidade não sejam violados.
- 7.2. A Contratada deverá disponibilizar os backups de dados e configurações dos casos de uso implantados na ferramenta por no mínimo 90 dias antes do encerramento do contrato.
- 7.3. A Contratada deve reter os dados por até 90 dias para a migração para ambiente interno ou outro fornecedor indicado pela CAIXA.
- 7.4. Portanto, a CAIXA poderá avaliar durante esse período que compreende no total 180 dias, a melhor maneira de realizar a migração dos dados e configurações relacionadas.
- 7.5. Os dados, após transferência e validação da integridade, devem ser excluídos pelo antigo fornecedor.
- 7.6. A exclusão dos dados após o término do contrato e o período de retenção de 180 dias deve obedecer aos padrões definidos no NIST SP 800-88 Guidelines for Media Sanitization, com fornecimento de relatório para a CAIXA certificando a conformidade dos processos realizados com a norma indicada.

8. LOCAL DE EXECUÇÃO

- 9.1. Os serviços contratados, descritos no objeto deste Termo de Referência, serão realizados nas dependências da CAIXA, na seguinte localidade:

CESET – CENTRALIZADORA NACIONAL SEGURANÇA CIBERNÉTICA
ASA NORTE
BRASILIA – DF | CEP 70760-706

- 7.1.2. A CAIXA se reserva ao direito de alterar os locais de execução dos serviços, de acordo com suas necessidades, sem ônus adicionais para a CAIXA.
- 7.1.3. Qualquer mudança de local, que venha a implicar em alteração de endereço, cidade ou estado, deverá ser comunicada pela CAIXA à CONTRATADA, com no mínimo 30 (trinta) dias corridos antes da efetiva mudança.
- 7.1.4. A CONTRATADA deverá ajustar seus processos, realocar seus recursos e pessoas no período de 5 (cinco) dias úteis após a efetiva mudança.

8. UNIDADE RESPONSÁVEL PELA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1 Aspectos financeiros do contrato, tais como: faturamento, consolidação das contestações e aplicações de descontos, glosas e multas, bem como outras atividades pertinentes à gestão econômico-financeira serão realizadas pela CESET – CENTRALIZADORA NACIONAL SEGURANÇA CIBERNÉTICA ou outra unidade que a CAIXA venha a definir.

8.2 Unidade responsável pela gestão e fiscalização do contrato:

CESET – CENTRALIZADORA NACIONAL SEGURANÇA CIBERNÉTICA
ASA NORTE
BRASILIA – DF | CEP 70760-706

ANEXO I-B**REQUISITOS DE SEGURANÇA TECNOLÓGICA PARA FORNECEDORES DE NUVEM****1. REQUISITOS DE NUVEM**

- 1.1. A CAIXA entende como PROVEDOR DE SERVIÇOS EM NUVEM, as empresas que disponibilizam serviços em nuvem pública ou privada sob demanda em hiperescala. A hiperescala é a capacidade de uma arquitetura ser dimensionada de forma adequada conforme a demanda é aumentada e adicionada ao serviço.
- 1.2. Os serviços em nuvem consistem em infraestrutura como Serviço (IaaS), plataforma como Serviço (PaaS) e Software como Serviço (SaaS).
- 1.3. O PROVEDOR deverá fornecer os serviços de computação em nuvem em aderência seguintes princípios elencados pelo NIST:
- 1) Auto-provisionamento sob demanda (“on-demand self-service”): o consumidor pode ter a iniciativa de provisionar recursos na nuvem, e ajustá-los de acordo com as suas necessidades ao decorrer do tempo, de maneira automática, sem a necessidade de interação com cada provedor de serviços.
 - 2) Acesso amplo pela rede (“broad network access”): os recursos da nuvem estão disponíveis para acesso pela rede por diferentes dispositivos (tais como: estações de trabalho, tablets e smartphones) através de mecanismos padrões.
 - 3) Compartilhamento através de pool de recursos (“resource pooling”): Os recursos computacionais do provedor são agrupados para servir a múltiplos consumidores (modelo multi-tenant), com recursos físicos e virtuais sendo alocados e realocados dinamicamente, de acordo com a demanda dos seus consumidores. Há uma ideia geral de independência de localização, uma vez que o cliente geralmente não possui controle ou conhecimento sobre a localização exata dos recursos providos. No entanto, é possível especificar este local em um nível mais alto de abstração (por exemplo: país, estado ou data center). Os serviços são concebidos como um padrão, com a finalidade de atender à demanda de vários consumidores de maneira compartilhada, não sendo focados em necessidades customizadas de um único consumidor.
 - 4) Rápida elasticidade: os recursos podem ser elasticamente provisionados e liberados, e, em alguns casos, de maneira automática, adaptando-se à demanda. Do ponto de vista do consumidor, os recursos disponíveis para provisionamento parecem ser ilimitados, podendo ser alocados a qualquer hora e em qualquer volume.

5) Serviços medidos por utilização (“measured service”): os serviços de computação em nuvem automaticamente controlam e otimizam a utilização de recursos, através de mecanismos de medição utilizados em nível de abstração associado ao tipo de serviço utilizado (por exemplo: armazenamento, processamento, largura de banda, e contas de usuário ativas). A utilização dos recursos pode ser monitorada, controlada e reportada, fornecendo transparência tanto para provedores como para consumidores. Portanto, a precificação, se houver, será balizada pelo uso dos serviços.”

- 1.4. Os requisitos deste capítulo se aplicam às empresas que prestarão serviços em nuvem para a CAIXA, ou que irão manter a estrutura de atendimento para a CAIXA em nuvem pública, incluindo o armazenamento de arquivos corporativos que tenham relação com o trabalho desempenhado na CAIXA. As empresas Contratadas para prestação de serviços em nuvem também devem observar os controles relatados nos demais capítulos deste documento.
- 1.5. Os serviços em nuvem do tipo SaaS poderão ser provenientes tanto do marketplace ou do catálogo de serviços do provedor de nuvem, oriundos de um contrato de Multinuvem e fornecidos pelo provedor; quanto serviços de SaaS contratados a parte e provenientes de contratos específicos com a empresa fornecedora da solução.

2. Gestão de Identidade e Controle de Acessos

- 2.1. A Contratada deve ter uma política de controle de acesso dos seus colaboradores baseada no princípio do menor privilégio, que defina um processo formal de concessão, alteração e revogação de acesso.
- 2.2. A Contratada deve manter rígido controle de acesso de seus colaboradores baseado nas informações de contratação, dispensa e controle de ausências (férias, licenças, atestados, admissão, demissão etc.) impedindo o acesso ao ambiente computacional, local ou remoto, quando o colaborador não estiver em pleno exercício de suas atividades.
- 2.3. A Contratada deve utilizar mecanismos de autenticação e autorização utilizando credenciais corporativas.
- 2.4. A Contratada deve dispor de recursos que garantam múltiplos fatores de autenticação do usuário (MFA), a serem utilizados de acordo com a criticidade ou classificação da informação/recurso a ser acessado. Esses múltiplos

fatores devem ser implementados, no mínimo, por meio de biometria, OTP ou autorização por notificações de push em celulares.

- 2.5. A Contratada deve dispor de mecanismo de garantia de identidade, o qual deve ser realizado previamente à execução das requisições dos usuários.
- 2.6. Todas as contas de usuário devem ser identificadas por um ID de usuário exclusivo e todas as ações de um ID de usuário devem ser associadas a um único indivíduo ou proprietário registrado.
- 2.7. As contas do usuário devem ser criadas e configuradas pelo administrador de segurança do usuário.
- 2.8. Os controles de acesso em nível de aplicativo devem fazer uso da identidade autenticada do usuário, conforme estabelecido no login.
- 2.9. A Contratada deve permitir criar e gerenciar perfis e credenciais de segurança para seus usuários.
- 2.10. A Contratada deve permitir que somente os usuários por ela autorizados tenham acesso aos recursos, em conformidade aos respectivos perfis de uso.
- 2.11. A Contratada não deve usar contas padrões, contas genéricas, contas não pessoais ou convidadas, a menos que a CAIXA tenha dado aprovação prévia por escrito para tais contas.
- 2.12. Uma conta não pessoal deve ser atribuída exclusivamente a uma única aplicação ou serviço e não pode ser utilizada para qualquer outra finalidade além daquela para a qual ela foi criada.
- 2.13. A Contratada deve informar os logins de usuário e senhas iniciais por meio de canais separados.
- 2.14. A Contratada deve implementar mecanismo de comunicação ao usuário em caso de alteração ou pedido de recuperação de sua senha.
- 2.15. A Contratada deve revisar os direitos de acesso existentes nos seus ativos pelo menos a cada dois anos. Em caso de dados pessoais, os direitos devem ser revisados pelo menos uma vez por ano.
- 2.16. A Contratada deve revisar as contas não pessoais mantidas em seu ambiente pelo menos duas vezes por ano, independentemente da classificação ou da confidencialidade da informação tratada.

- 2.17. A Contratada deve revisar os acessos privilegiados ao seu ambiente pelo menos a cada três meses.
- 2.18. A Contratada deve gerar e armazenar as evidências de aprovação ou rejeição dos direitos de acesso, resultantes das revisões acima, e disponibilizá-las para a CAIXA sempre que solicitado.
- 2.19. As contas de acesso privilegiado não devem conter a indicação dos privilégios, a posição do indivíduo ou a organização a que pertence o indivíduo (por exemplo, "administrador" ou "diretor" não pode fazer parte de qualquer nome de utilizador) no logon do usuário.
- 2.20. A Contratada deve implementar a separação entre a administração do sistema (acesso privilegiado) e as atividades de negócios (acesso não privilegiado), por meio de níveis de acesso separados para atender a segregação entre as funções.
- 2.21. A Contratada deve permitir e fornecer utilitários para o monitoramento de contas privilegiadas.
- 2.22. Cabe à Contratada decidir pelo fornecimento do acesso remoto aos seus colaboradores. Uma vez fornecido, a Contratada deverá prover esse acesso por meio de canais seguros/VPN, utilizando múltiplos fatores de autenticação.
- 2.23. A Contratada deve implementar trilha de auditoria para todo e qualquer acesso realizado aos seus ativos, tornando possível identificar, de forma cronológica e inequívoca, os seguintes registros:
O tipo de evento (inclusão, alteração, exclusão, consulta);
O autor do evento;
A data e hora do evento;
O endereço lógico do equipamento de origem do tipo do evento.
- 2.24. A Contratada deve proteger os registros de trilha de auditoria contra adulteração.
- 2.25. A Contratada deve implementar o monitoramento dos acessos privilegiados às bases de dados, que fazem parte do objeto do contrato por meio de solução independente dos bancos de dados em uso.
- 2.26. Devem ser observadas as boas práticas de segregação e diferenciação entre ambientes de não produção e produtivo, estabelecendo-se acessos

pertinentes para cada etapa do ciclo de desenvolvimento/manutenção e alinhado com o princípio do privilégio mínimo.

- 2.27. A monitoração dos acessos privilegiados às bases de dados deve ocorrer em tempo-real e deve ser possível configurar respostas automatizadas para eventos específicos.
- 2.28. A Contratada deve desenvolver políticas e implementar soluções para garantir que o acesso remoto por parte dos seus funcionários – seja utilizando dispositivos da Contratada, seja utilizando dispositivos de propriedade pessoal - seja fornecido de forma segura e adequada. Tais políticas e procedimentos devem definir como a Contratada fornece acesso remoto e quais os controles necessários para oferecer este acesso de forma segura.
- 2.29. A Contratada deve usar métodos de autenticação robustos, baseados em múltiplos fatores de autenticação, para viabilizar o acesso remoto de seus funcionários à sua rede interna e deve empregar criptografia para proteger os dados em trânsito, considerando os requisitos descritos na seção 2.4.
- 2.30. A Contratada deverá prover os recursos necessários para que os seus funcionários acessem remotamente o ambiente da CAIXA, se for o caso. Nesse caso, é responsabilidade da Contratada prover certificados digitais ou outros tokens de acesso conforme definido pela CAIXA, sem ônus adicionais para a CAIXA.

3. Controles Criptográficos

- 3.1. Os requisitos apresentados nesta seção devem ser obedecidos pela Contratada ou, caso os dados estejam sendo armazenados ou processados no ambiente do Provedor de Serviço em Nuvem, pelo Provedor. Neste último caso, a Contratada deverá comprovar por relatório de auditoria (Due Dilligence Remoto) que o armazenamento/processamento dos dados ocorre somente em ambiente de nuvem e o Provedor deve atender, além dos requisitos a seguir, as regras descritas no item 6 deste Guia.
- 3.2. A Contratada deve implementar e manter controles criptográficos para armazenamento, tráfego e tratamento da informação, de acordo com o nível de criticidade e grau de sigilo da informação definido pela CAIXA.
- 3.3. A Contratada deve implementar um processo de gestão de chaves criptográficas que deve considerar todo o ciclo de vida da chave, o qual envolve: geração, armazenamento, distribuição, utilização, recuperação, renovação, exclusão e destruição da chave.

- 3.4. A Contratada deve utilizar algoritmos, tamanhos de chave e prazos de validade de chaves aprovados pelo NIST.
- 3.5. A Contratada deve gerar, controlar e distribuir chaves criptográficas simétricas e assimétricas usando processos e tecnologias de gerenciamento de chaves aprovados pelo NIST.
- 3.6. A Contratada deve fazer a geração e a renovação de certificados digitais expostos na Internet junto a autoridades certificadoras reconhecidas internacionalmente, cujas raízes de cadeias utilizadas na emissão dos certificados digitais façam parte do repositório de cadeias confiáveis dos principais navegadores e versões de sistemas operacionais, como: iOS 7 e superiores; Android 4 e superiores; Microsoft Edge 12 e superiores; Mozilla Firefox 45 e superiores; Google Chrome 49 e superiores; Apple Safari 8 e superiores; Linux Ubuntu 14 e superiores; Linux Mint 15 e superiores; MAC OS X 10.10 e superiores; e Windows 7 e superiores.
- 3.7. A Autoridade Certificadora deve possuir o selo Web Trust dentro do prazo de validade e a certificação Web Trust deve estar de acordo com, no mínimo, os Princípios e Critérios para Autoridades Certificadoras – versão 2.2.1, disponível em <https://www.cpacanada.ca/-/media/site/operational/ms-member-services/docs/webtrust/wt100awebtrust-for-ca-221-110120-finalaoda.pdf?la=en&hash=0FDB6C541E7A61976625B9EAC55474D260A7E6FD> para todas as raízes de cadeias utilizadas na emissão dos certificados digitais.
- 3.8. Após a instalação desses certificados, todas as URLs publicadas deverão obter nota “A” nos testes realizados pela ferramenta Qualys SSL Labs (<https://www.ssllabs.com/ssltest>).
- 3.9. As chaves criptográficas geradas pela Contratada devem ser utilizadas com a finalidade exclusiva de atender às necessidades do objeto contratado.
- 3.10. Caso haja a necessidade do compartilhamento de chaves simétricas entre a CAIXA e a Contratada, essas chaves devem ser geradas pela CAIXA e levadas para o ambiente da Contratada, onde devem ser armazenadas por meio de soluções FIPS 140-2 nível 3, sem possibilidade de exportação das chaves. Nesse caso, a Contratada deve prover meios que permitam a inserção das chaves da CAIXA no seu ambiente de forma segura, sem a necessidade de manipulação de chaves em um único componente em texto-claro.

- 3.11. No caso de utilização de um Provedor de Serviços em Nuvem, as certificações FIPS exigidas estão descritas na seção 6.
- 3.12. A Contratada deve permitir a criptografia de dados em repouso, considerando volumes (por exemplo: a criptografia de um disco inteiro) e estruturas de dados específicas (por exemplo: arquivos ou registros específicos de uma tabela de banco de dados).
- 3.13. A Contratada deve prover a criptografia de dados em repouso utilizando, no mínimo, algoritmo AES com chaves de 128 bits.
- 3.14. A Contratada deve permitir recursos para trilha de auditoria, permitindo visualizar quem usou determinada chave para acessar um objeto, qual objeto foi acessado, quando ocorreu esse acesso e qual endereço de origem do acesso.
- 3.15. A Contratada deve permitir visualizar ou gerar relatório, a critério da CAIXA, de tentativas malsucedidas de acesso por usuários sem permissão para decifrar os dados.
- 3.16. A Contratada deve permitir que dados criptografados e chaves de criptografia sejam armazenadas e protegidas em hosts separados e protegidos por várias camadas de proteção.
- 3.17. A Contratada deve permitir a auditoria da segurança de chaves criptográficas.
- 3.18. A Contratada deve possibilitar comunicação criptografada e protegida para a transferência de dados por meio do TLS 1.3, ou, quando não for suportado, 1.2.
- 3.19. A Contratada deve possuir a capacidade de configuração das cifras criptográficas e das versões de TLS utilizadas pela CAIXA, suportando, no mínimo, TLS 1.2 e as cifras a seguir:
- TLS_ECDHE_ECDSA_WITH_AES_128_GCM_SHA256
TLS_ECDHE_ECDSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384
TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_128_GCM_SHA256
TLS_ECDHE_RSA_WITH_AES_256_GCM_SHA384
- 3.20. Os parâmetros TLS Renegotiation e TLS Resumption devem estar desabilitados.
- 3.21. Quando da necessidade de validação do cliente por meio de certificado digital – numa conexão mTLS, por exemplo – a Contratada deve fazer todas as

validações previstas no método X509_verify_cert, existente na estrutura do Openssl.

- 3.22. O certificado de cliente só deve ser aceito se o método X509_verify_cert retornar OK para todas as validações previstas.

4. CONTROLE DE ACESSO AO AMBIENTE DE NUVEM

- 4.1. Quando viável tecnicamente, o acesso de empregados CAIXA à nuvem deverá ser integrado com ferramenta de SSO da CAIXA, ou com o AD, para garantir o uso das credenciais internas, isso deve garantir que o usuário não acesse o ambiente do parceiro, caso seja desligado ou esteja ausente da CAIXA por qualquer motivo por período determinado.
- 4.2. Como apresentado no item 2.4, quando a autenticação for provida pela Contratada ou pelo Provedor de Serviços em Nuvem, deverá ser realizada autenticação por múltiplos fatores para o acesso dos empregados da CAIXA, que precisem acessar os recursos em nuvem.
- 4.3. O acesso aos recursos da CAIXA deverá ser realizado em tenant designado especificamente, sem que estes recursos sejam compartilhados com qualquer outra entidade, bem como a camada de dados da aplicação não pode ser compartilhada com outros clientes do Provedor de Serviços em Nuvem.
- 4.4. O Provedor de Serviços em Nuvem deve permitir que somente os usuários autorizados pela CAIXA tenham acesso aos recursos em conformidade aos respectivos perfis de uso.
- 4.5. Os acessos administrativos aos recursos do Provedor de Serviços em Nuvem, nos tenants que atendam à CAIXA, deverão ser feitos através de rede privada, tanto para empregados CAIXA quanto para representantes do Provedor.

5. REQUISITOS DE AUTORIZAÇÃO DE ACESSO AOS DADOS PELO BACEN

- 5.1. A Contratada deve garantir que a prestação dos serviços não causará prejuízo ao funcionamento regular da CAIXA nem embaraço à atuação da Banco Central do Brasil, assegurando que a legislação e a regulamentação nos países e nas regiões em cada país onde os serviços serão prestados não restringem nem impedem o acesso da CAIXA nem do Banco Central do Brasil aos dados e às informações.

- 5.2. A Contratada deve assegurar que os dados sujeitos a limites geográficos não serão migrados para além das fronteiras definidas em contrato, incluindo dados de backup, dados em produção, dados em repouso, contingência ou recuperação de desastre sem prévio conhecimento da CAIXA por meio comunicação formal.
- 5.3. Deve ainda garantir acesso à CAIXA, a qualquer tempo, aos dados e às informações processadas, armazenadas e geradas pela atividade de processamento, Log, sob responsabilidade da Contratada;
- 5.4. Esta mesma Contratada deve assegurar que os dados da CAIXA processados e armazenados na Contratada são de propriedade exclusiva da CAIXA.
- 5.5. A Contratada deve assegurar também que o acesso aos dados processados e armazenados na Contratada é de acesso exclusivo da CAIXA, não sendo autorizado acesso da Contratada ou terceiros sem autorização formal da CAIXA.
- 5.6. A Contratada deve assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e a recuperação dos dados e das informações processadas e/ou armazenadas em nuvem.
- 5.7. Também deve assegurar à CAIXA acesso aos relatórios e documentos elaborados por empresa de auditoria especializada independente, contratada pelo provedor de serviço em nuvem, relativos aos procedimentos e aos controles utilizados na prestação dos serviços contratados a qualquer tempo.
- 5.8. A Contratada deve assegurar à CAIXA, acesso a toda documentação comprobatória, em nome do provedor, que esclareça a Região/Zona de Disponibilidade escolhidos pela CAIXA para hospedagem de seus recursos.
- 5.9. A Contratada deve assegurar a permissão de acesso do Banco Central do Brasil aos contratos e aos acordos firmados para a prestação de serviços, à documentação e às informações referentes aos serviços prestados, aos dados armazenados e às informações sobre seus processamentos, às cópias de segurança dos dados e das informações, bem como aos códigos de acesso aos dados e às informações.
- 5.10. A Contratada deve garantir, em caso de decretação de regime de resolução da CAIXA pelo Banco Central do Brasil, acesso pleno e irrestrito aos contratos e acordos firmados para a prestação de serviços, à documentação e às informações referentes aos serviços prestados, aos dados armazenados e às informações sobre seus processamentos, às cópias de segurança dos dados

e das informações, bem como aos códigos de acesso aos dados e às informações.

- 5.11. A Contratada deve garantir notificação prévia ao responsável pelo regime de resolução sobre a intenção da empresa Contratada interromper a prestação de serviços, com pelo menos 30 (trinta) dias de antecedência da data prevista para a interrupção, observado que:
- 5.12. A Contratada assegura o atendimento de eventual pedido de prazo adicional de (30) trinta dias para a interrupção do serviço, feito pelo responsável pelo regime de resolução;
- 5.13. Caso haja subcontratação do serviço em nuvem, desde que explicitamente autorizado pela CAIXA, é obrigatório a Contratada apresentar a garantia formal do atendimento das cláusulas deste item 3.2 por parte da Provedor de Serviços em Nuvem, seja por meio de declaração própria durante o processo de contratação, seja por meio de aditivo contratual, caso não previsto inicialmente no contrato original.

6. PROTEÇÃO DOS DADOS ARMAZENADOS EM NUVEM

- 6.1. Além dos requisitos descritos na seção 3, a Contratada também deve permitir trabalhar com chaves simétricas e assimétricas geradas e armazenadas pela CAIXA. Para tanto, ela deve prover meios que permitam o envio das chaves da CAIXA para o seu ambiente de forma segura, sem a necessidade de manipulação de chaves em um único componente em texto-claro.
- 6.2. Caberá à CAIXA decidir quem fará a geração e a gestão de cada chave: se a própria CAIXA ou a Contratada.
- 6.3. Caso a CAIXA decida fazer a geração de chaves assimétricas, ela definirá a Autoridade Certificadora que será utilizada na emissão dos certificados digitais e fornecerá a cadeia certificadora para a Contratada sempre que necessário. Após a instalação desses certificados, todas as URLs publicadas deverão obter nota “A” nos testes realizados pela ferramenta Qualys SSL Labs (<https://www.ssllabs.com/ssltest>).
- 6.4. O modelo Third Party Certificates pode ser oferecido para o caso de certificados digitais utilizados no estabelecimento de conexões TLS. Nesse caso específico, as chaves devem ficar armazenadas exclusivamente em repositórios de chaves da Contratada e esta deve emitir o CSR (Certificate Signing Request) e enviá-lo para a CAIXA, que providenciará a emissão dos certificados digitais correspondentes. Após a instalação desses certificados,

todas as URLs publicadas deverão obter nota “A” nos testes realizados pela ferramenta Qualys SSL Labs (<https://www.ssllabs.com/ssltest>).

- 6.5. Quando a Contratada for diferente do Provedor de Serviços em Nuvem e estiver agindo em nome deste, as chaves devem ser compartilhadas diretamente entre o Provedor e a CAIXA e a Contratada não deverá ter qualquer acesso às chaves envolvidas.
- 6.6. Quando se tratar de contratação no modelo IaaS, exige-se a certificação FIPS 140-2 nível 3.
- 6.7. Quando se tratar de contratação no modelo PaaS ou SaaS, exige-se a certificação FIPS 140-2 nível 2.
- 6.8. O Provedor de Serviços em Nuvem deve permitir que os usuários criptografem seus dados e objetos antes de enviá-los para o serviço de armazenamento.
- 6.9. A Contratada, assim como o Provedor de Serviços em Nuvem, deve tratar com rigor as informações sigilosas, não podendo ser usadas ou fornecidas a terceiros, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal da CAIXA.
- 6.10. A Contratada deverá assinar Termo de Confidencialidade resguardando que os recursos, dados e informações de propriedade da CAIXA, e quaisquer outros, repassados por força do objeto desta licitação e do contrato, constituem informação privilegiada e possuem caráter de confidencialidade.
- 6.11. Os dados, metadados, informações e conhecimento tratados pela Contratada, não poderão ser fornecidos a terceiros e/ou usados por esta para fins diversos do previsto, sob nenhuma hipótese, sem autorização formal da CAIXA.
- 6.12. A CAIXA e a Contratada obrigam-se por seus empregados, sócios, diretores e mandatários, manter total sigilo e confidencialidade no que se refere a não divulgação, por qualquer forma, de toda ou parte das informações ou documentos a ela relativos, e aos quais venha a ter acesso, em decorrência da prestação dos serviços executados.

7. MONITORAÇÃO DOS DADOS TRATADOS EM NUVEM

- 7.1. A Contratada deverá fornecer, sempre que solicitado pela CAIXA, cópias dos logs de segurança de todas as atividades de todos os usuários dentro da conta, além de histórico de chamadas de APIs para análise de segurança e auditorias.

- 7.2. A trilha de auditoria deve conter, minimamente, itens descritos no item 2 deste documento.
- 7.3. O Provedor de Serviço em Nuvem, deve dispor de recurso que permita o gerenciamento centralizado de eventos e envio para a CAIXA, sempre que solicitado, de logs/informações de trilha.
- 7.4. Os registros do Provedor de Serviço em Nuvem deverão incluir ainda todos os acessos, incidentes e eventos cibernéticos, no ambiente do mesmo, pelo período 5 (cinco) anos.

8. SEGURANÇA DO TRÁFEGO DE DADOS COM A NUVEM

- 8.1. A comunicação entre a CAIXA e a Contratada deve suportar criptografia TLS, com autenticação mútua, na versão 1.3.
- 8.2. Caso a aplicação não suporte TLS 1.3, será admitida a compatibilidade para TLS 1.2.
- 8.3. A necessidade de TLS também se aplica a qualquer comunicação entre a Contratada e o Provedor de Serviços em Nuvem ou entre a CAIXA e o Provedor de Serviços em Nuvem, para todos os casos em que a Contratada e o Provedor forem entidades distintas.
- 8.4. O Provedor de Serviços em Nuvem deverá prover segurança relacionada ao tráfego de dados, provendo aplicações de firewall, IPS e CASB para garantir a segurança de todos os fluxos, sejam externos ou em trânsito com a CAIXA.
- 8.5. O Provedor de Serviços em Nuvem não deverá ter permissão de uso ou acesso direto ao ambiente de autenticação da CAIXA.
- 8.6. Os dados, metadados, informações e conhecimentos produzidos ou custodiados pela CAIXA, transferidos para o provedor de serviço de nuvem, devem estar hospedados em território brasileiro, com pelo menos uma cópia atualizada de segurança também no Brasil.

9. OUTROS CONTROLES DE SEGURANÇA NO AMBIENTE DA CONTRATADA DO SERVIÇO DE NUVEM

- 9.1. O Provedor de Serviços em Nuvem deve habilitar o registro completo do Hypervisor que suporta os serviços da CAIXA, e deve suportar o uso de máquinas virtuais (Trusted VM) fornecidas pela CAIXA, desde que estas

máquinas estejam em conformidade com as políticas e práticas de segurança de rede exigidas pelo Provedor.

10. EVIDÊNCIAS DE CONFORMIDADE E PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS PARA A FISCALIZAÇÃO DO FORNECEDOR

- 10.1. Com a existência de vários controles de segurança, muitos deles de caráter técnico, torna-se necessário que as áreas gestoras de Segurança da Informação, Segurança Cibernética, Arquitetura de TI e Risco de TI definam os procedimentos adequados de como realizar e registrar a fiscalização.
- 10.2. A seguir são definidas as formas de validação dos requisitos de segurança cibernética listados neste Guia e a etapa do ciclo de vida do fornecedor em que elas devem ser aplicadas. Trata-se de uma série de certificações reconhecidas no mercado, aplicáveis a fornecedores de solução em nuvem.
- 10.3. Para serviços de nuvem, caso a Contratada pela CAIXA e o Provedor de Serviços em Nuvem sejam empresas diferentes, a referida Contratada terá a responsabilidade de obter as documentações exigidas do Provedor, para apresentação à CAIXA.
- 10.4. Os documentos exigidos devem ter a sua primeira versão entregue antes da assinatura do contrato, e devem ser reiterados de acordo com a vigência indicada nos quadros abaixo. O Due Diligence presencial é facultativo e será feito a critério da CAIXA.
- 10.5. Caso o prazo de validade da certificação ainda esteja vigente com relação à última apresentação, não é necessária uma nova apresentação.

REQUISITOS	OBJETIVO	DESCRIÇÃO	FORMA DE CONTROLE	VIGÊNCIA
Due Diligence Presencial	Sempre que a CAIXA julgar necessário, poderá realizar visitas in-loco às zonas de disponibilidade da Contratada para verificar os requisitos de segurança do presente Guia	A CAIXA, por iniciativa própria, fará due diligence presencial em função de discrepâncias identificadas em relatórios de auditoria entregues ou dúvidas onde apenas a documentação não seja suficiente.	A visita poderá ser realizada por equipe própria da CAIXA ou empresa designada pela CAIXA	SOB DEMANDA

Due Diligence Remoto	Constatar que os processos determinados pela CAIXA estão sendo seguidos, conforme descrição do Guia	<p>Conjunto de documentos listados na seção 5, combinados com qualquer outro que se faça necessário para comprovar atendimento dos requisitos do Guia.</p> <p>Quando não comprovados por certificação, os itens exigidos no Guia devem ser certificados por empresa de auditoria independente.</p>	<p>Relatórios próprios da empresa para comprovação do atendimento aos itens do Guia, desde que ratificados por empresa de auditoria independente</p> <p>Relatório de empresa de auditoria independente, a ser apresentado pela Contratada</p>	SOB DEMANDA
----------------------	---	--	---	-------------

10.6. CERTIFICAÇÕES APLICÁVEIS AOS FORNECEDORES DE SERVIÇOS EM NUVEM:

REQUISITOS	OBJETIVO	DESCRIÇÃO	FORMA DE CONTROLE	VIGÊNCIA
FIPS 140-2 Nível 2 para SaaS e PaaS e FIPS 140-2 nível 3 para IaaS	Garantir que o provedor tenha mecanismo seguro para proteção de chaves criptográficas que sustentem os seus processos	Certificação do NIST que atesta um nível elevado de segurança para o HSM	Apresentar certificado FIPS 140-2 para equipamento utilizado no Provedor de Serviços em Nuvem	ANUAL

Certificação SOC 2 – Tipos 1 e 2	Garantir acesso a uma avaliação independente, por meio de relatório de auditoria, sobre o ambiente de controle do provedor, relevante para a segurança, disponibilidade, confidencialidade e privacidade	SOC TYPE 2 Fornece relatórios com descrição do ambiente de controles do provedor e da auditoria externa dos controles que atendem aos princípios e critérios de segurança, disponibilidade e confidencialidade dos serviços de confiança do AICPA	Disponibilizar relatório de auditoria em nome do Provedor de Nuvem	SEMESTRAL
----------------------------------	--	--	--	-----------

11. GLOSSÁRIO

- 11.1. AICPA (American Institute of Certified Public Accountants) - Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados - É a associação profissional nacional dos contadores dos Estados Unidos, com mais de 330.000 membros, incluindo contadores com atuação em negócios, indústria, governo e educação, estudantes e associados estrangeiros.
- 11.2. Atividades críticas - atividades que devem ser executadas de forma a garantir a consecução dos produtos e serviços fundamentais, de tal forma que permitam atingir os seus objetivos mais importantes e sensíveis ao tempo (Adaptado da portaria PR/GSI nº 93, de 26 de setembro de 2019).
- 11.3. BYOD (Bring Your Own Device) – política que prevê a utilização de recursos do próprio empregado para realização das atividades laborais.
- 11.4. CASB (Cloud Access Security Broker) – Agente de segurança em nuvem que monitora as atividades e aplica políticas de segurança.
- 11.5. Dados estratégicos – dados que subsidiam a tomada de decisão, planos estratégicos, planejamentos, diretrizes, análise de riscos, oportunidades e ambições da CAIXA, podendo estar relacionados a processos e/ou produtos estratégicos/prioritários para a empresa. A perda, modificação ou divulgação não autorizada desses dados pode afetar a competitividade e a governança corporativa da CAIXA.

- 11.6. Fornecedor – pessoa física ou jurídica contratada para fornecer bens ou serviços para a CAIXA, o qual se encontra integrado à cadeia produtiva da empresa.
- 11.7. FIPS (Federal Information Processing Standards) – padrões desenvolvidos pelo NIST para uso em sistemas de computador por agências do governo americano não-militares e contratantes do governo.
- 11.8. Gestor de TI – empregado com atribuições gerenciais designado pela Unidade Executora para coordenar e comandar a utilização e execução no tocante aos aspectos técnicos do contrato, conforme TE165.
- 11.9. Hardening - é um processo de mapeamento das ameaças, mitigação dos riscos e execução das atividades corretivas, com foco na infraestrutura e objetivo principal de torná-la preparada para enfrentar tentativas de ataque.
- 11.10. HSM (Hardware Security Module) – equipamento para o armazenamento seguro de chaves criptográficas.
- 11.11. Informação Corporativa - informação não pública que possui valor para o negócio da CAIXA e sua perda, modificação ou divulgação não autorizada pode gerar impactos para a CAIXA.
- 11.12. Informação Pessoal - informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável, relativa à intimidade, vida privada, honra e imagem abrangendo clientes ou empregados da CAIXA.
- 11.13. Key Vault – Estrutura segura de armazenamento para chaves criptográficas e certificados.
- 11.14. LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados, no 13.709 de 14 de agosto de 2018.
- 11.15. MAM (Mobile Application Management) – Solução que permite controlar os dados de negócios nos dispositivos pessoais dos usuários.
- 11.16. MDM (Mobile Device Management) – Solução que permite configurar políticas de proteção de dados em seus dispositivos móveis. Quando um dispositivo está sob o gerenciamento de dispositivo móvel, é possível controlar todo o dispositivo, apagar dados dele e também redefini-lo para as configurações de fábrica.
- 11.17. NAC (Network Access Control) – Tecnologia que viabiliza a implementação de políticas para controlar o acesso à rede corporativa. Tais políticas podem

ser baseadas em autenticação do dispositivo, configuração do endpoint (postura) ou identidade do usuário.

- 11.18. NIST (National Institute of Standards and Technology) – Instituto de padrões de tecnologia do governo dos Estados Unidos da América.
- 11.19. OTP (One Time Password) – Senha de uma única utilização.
- 11.20. OWASP (Open Web Application Security Project) – Fundação que orienta internacionalmente ações para melhoria da segurança de software.
- 11.21. Regime de Resolução - quando uma instituição financeira apresenta grave comprometimento do seu patrimônio ou dificuldade de honrar seus compromissos, o Banco Central (BC) pode determinar aos seus controladores que aportem os recursos necessários, transfiram o controle, reorganizem a sociedade ou adotem medidas de recuperação.
- 11.22. Relacionamento com Fornecedor – conjunto de ações realizadas previamente e durante a vigência dos contratos que favoreçam a gestão dos mesmos, mantendo-se um clima de parceria, sem prejuízo do acompanhamento do cumprimento das cláusulas contratuais.
- 11.23. Tratamento de Dados - toda operação realizada com dados pessoais ou corporativos, como as que se referem à coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- 11.24. SOC (Service Organization Controls) – Serviço de auditoria independente que avalia requisitos de conformidade e geração de relatórios.
- 11.25. SSO – Ferramenta de Single Sign-On

ANEXO I-C

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

GRAU DE CRITICIDADE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – Máximo

1. Cláusulas Gerais de Segurança da Informação:

1.1 A CONTRATADA deve conhecer e cumprir a Política de Segurança e Informação da CAIXA, disponibilizada no site da CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixagovernanca/politica-seguranca-informacao.pdf>), dando conhecimento aos seus funcionários no âmbito da prestação dos serviços objeto do contrato.

1.2 A CONTRATADA deve proteger as informações corporativas da CAIXA e de seus clientes contra acesso, modificação, destruição ou divulgação não autorizada, mantendo a sua confidencialidade.

1.3 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores tratem de forma estritamente confidencial todas as informações obtidas durante a prestação dos serviços ou em função deles e somente as utilizem no âmbito dos serviços contratados.

1.4 A CONTRATADA deve garantir que seus empregados e colaboradores respeitem os ambientes físicos e demais locais sinalizados como área restrita, cumprindo todas as definições e proibições de registros fotográficos, gravações de áudio, vídeo, bem como as restrições de compartilhamento desses materiais em qualquer mídia ou rede social.

1.5 A CONTRATADA deve garantir que as práticas de segurança da informação por ela executadas sejam divulgadas e exigidas de todos os componentes de sua cadeia de suprimento.

1.6 A CONTRATADA deve assegurar que os recursos e informações da CAIXA colocados à sua disposição sejam utilizados apenas para a finalidade contratada.

1.7 A CONTRATADA deve atender às Leis que regulamentam a atividade da CAIXA e seu mercado de atuação.

1.8 A CONTRATADA fica ciente de que deve guardar o mais completo e absoluto SIGILO em relação às informações e dados que tiver conhecimento em razão do serviço a ser prestado, observadas as solicitações de órgãos de regulação, fiscalização, supervisão e de controle, bem como as determinações judiciais que deverão ser comunicadas imediatamente, pois ambas somente poderão ser atendidas mediante prévia autorização da área jurídica da CONTRATANTE.

1.9 A CONTRATADA fica ciente que, por força da lei, é responsável civil e criminalmente pela divulgação indevida, descuidada ou incorreta utilização das informações

corporativas da CAIXA e de seus clientes, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que derem causa e das cominações contratuais impostas.

1.10 A CONTRATADA deve comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer descumprimento às cláusulas acima, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade.

2. Cláusulas Específicas de Segurança da Informação

2.1 A CONTRATADA deve garantir que o(s) seu(s) dirigente(s), empregado(s) e colaborador(es) com acesso às informações da CAIXA assinem o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, anexo.

2.2 A CONTRATADA deve enviar, anualmente, à CONTRATANTE a versão vigente do(s) Termo(s) de Responsabilidade de Segurança da Informação – Exclusivo para Prestador de Serviço, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato, devidamente assinado(s) por seu(s) dirigente(s), empregados(s) e colaborador(es).

2.3 A CONTRATADA deve realizar ou contratar, treinamento para seus dirigentes, empregados e colaboradores, visando a sensibilização e conscientização em relação à segurança da informação e privacidade de dados, abordando no mínimo 80% do seguinte conteúdo:

Grau de Criticidade em SI Alto ou Máximo		
Domínio Temático	Conteúdo	Carga Horária Anual
Política de Segurança da Informação	- Conhecimento da política de segurança da informação da empresa e da Política de Segurança e Informação da CAIXA	8 horas
Tratamento da Informação	- Uso seguro de informações corporativas a que tiver acesso; - Adoção da política de "mesa limpa", "tela limpa" e "impressora limpa"; - Descarte seguro de informação.	
Reporte de Incidentes	- Formas de reporte de incidentes de segurança da informação na empresa e na CAIXA	
<i>Privacy by Design e Secure by Design</i>	- Metodologia e princípios	
Fundamentos para Segurança Digital	- Conceitos básicos de segurança digital; - Uso da Internet	
Segurança de Dispositivos Digitais Pessoais	- Proteção e privacidade em dispositivos digitais pessoais; - Conhecendo, configurando e usando o dispositivo; - Mantendo o dispositivo;	

	- Vulnerabilidades e ameaças
Segurança em Redes	- Segurança na Internet; - Segurança em redes wi-fi públicas; - Proteção de redes pessoais; - Computação em nuvem
Segurança do Usuário	- Autenticação no acesso a sistema e a serviços; - Proteção de contas pessoais; - Mídias sociais; - Segurança com e-mails; - Armazenamento e compartilhamento de dados; - Qualidade de vida digital; - Segurança de dados do usuário em viagens
Segurança e Comportamento em Mídias Sociais	- Netiqueta; - Construindo seu perfil na Internet; - Segurança em mídias sociais; - Administrando seu rastro digital; - Uso saudável de mídias sociais; - Fake News; - Jogos online
Comunidades Digitais	- Educação na Internet; - Construindo comunidades digitais cidadãs; - Empreendedorismo na Internet
Criptografia	- Criptografia; - Certificação Digital; - Assinatura Digital
Direito Digital	- Conceitos jurídicos e legislação relacionada à segurança da informação; - Direitos autorais; - Fraudes; - Assédio virtual; - Crimes cibernéticos; - Crimes na Internet; - *Hacktivismo
Prevenção à fraude	- Engenharia social (formas defensivas contra **Phishing e ***Smishing)

2.3.1 O treinamento referido no item 2.3 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.

2.4 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 2.3.

2.5 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do período, relatórios de acompanhamento dos controles de segurança executados pela CONTRATADA.

2.6 A CONTRATADA deve se adequar às normas e a legislação vigente inerentes à Segurança da Informação relacionadas às atividades da CONTRATANTE, enquanto empresa pública e instituição financeira.

2.7 A CONTRATANTE poderá exercer o direito de exigir alterações nos controles de segurança da CONTRATADA, à medida que os ambientes externos e internos se modifiquem.

2.8 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores:

a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, treinados em SI, conforme item 2.3 no último ano dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

b) Quantidade de empregados que assinaram o Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, previsto no item 3.1, dividido pela Quantidade total de empregados, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

2.9 O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em:

a) Multa de 0,25% do valor global do contrato por item até o limite de 1% do valor global.

b) Rescisão contratual em caso de impacto grave que gere prejuízos financeiros e/ou de imagem para a CAIXA

2.10 Em caso de indisponibilidade parcial ou total do serviço contratado, a CONTRATADA se compromete a comunicar a CAIXA e providenciar a solução tempestivamente.

2.11 Quaisquer materiais ou documentos com informações confidenciais que tenham sido fornecidos à CONTRATADA pela CONTRATANTE serão devolvidos, acompanhados de todas as cópias, em até 5 (cinco) dias, a partir da formalização de solicitação de devolução das informações confidenciais pela CONTRATANTE.

2.12 No encerramento/extinção do contrato a CONTRATADA se compromete a:

a) entregar todos documentos/manuais técnicos sob sua custódia;

b) executar a exclusão e sanitização de dados e informações confidenciais após a devida cópia/transferência para a CONTRATANTE ou a quem ela indicar, observada a regulamentação vigente;

c) devolver ou transferir a quem for designado pela CONTRATANTE todos os ativos que lhe foram cedidos no mesmo estado que estavam no momento da cessão.

d) Fornecer todo histórico de informações e vulnerabilidades sobre os ativos vinculados as licenças vigentes na data de encerramento.

3. Cláusulas Específicas de Segurança da Informação

3.1 A CONTRATADA é responsável por realizar o tratamento das informações da CAIXA e as sob sua responsabilidade, observando sua classificação de sigilo, bem como as demais regras internas da CAIXA estipuladas na versão vigente do manual normativo OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.

3.2 A CONTRATADA, durante a execução dos serviços contratados, deve adotar a mesma classificação da informação adotada pela CONTRATANTE, observar e cumprir as regras internas da CONTRATANTE quanto ao tratamento de informações sensíveis e confidenciais da CAIXA, previstas no OR016 – Tratamento da Informação, a ser disponibilizado pela área gestora do contrato.

3.3 A CONTRATADA é responsável pelas informações que obtiver, em razão de acesso aos recursos computacionais da CAIXA e se compromete a tomar conhecimento e cumprir as regras de uso aceitável e não aceitável da informação.

3.4 O treinamento de segurança da informação e proteção de dados referido no item 2.3 será integralmente de responsabilidade da CONTRATADA, inclusive no que se refere aos custos, podendo ser de forma presencial ou virtual, com carga horária mínima anual de 08 horas.

3.5 A CONTRATADA deve apresentar anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, a documentação comprobatória de cumprimento do treinamento referido no item 3.4 e, caso estabelecido pela CONTRATANTE.

3.6 A CONTRATADA deve emitir relatório, anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao término do ano base, relacionados aos seus riscos de segurança da informação e cibernéticos identificados, medidos, mitigados e monitorados e que possam trazer algum impacto à CONTRATANTE.

3.7 O relatório referido no item anterior deve proporcionar à CAIXA identificar até que ponto os riscos de segurança da informação e cibernéticos aos quais a CONTRATADA está submetida pode impactar os negócios da CAIXA.

3.8 A CONTRATADA garantirá que a CONTRATANTE, ou a auditoria independente indicada pela CONTRATANTE, ou os órgãos de regulação/fiscalização das atividades de atuação da CAIXA tenham acesso físico e lógico ao seu ambiente e às informações relacionadas ao objeto do contrato, para realizar verificações relativas aos padrões de segurança da informação.

3.9 A CONTRATADA deve manter processo de monitoramento e resposta a incidentes de segurança da informação adequado ao objeto contratual.

3.10 A CONTRATADA deve reportar imediatamente à CONTRATANTE os incidentes de segurança da informação identificados em seu ambiente ou operação e em toda sua cadeia produtiva.

3.11 A CONTRATADA deve enviar à CONTRATANTE, em até 05 dias úteis da detecção da ocorrência, relatório detalhado sobre o incidente de segurança da informação identificado, seus impactos, medidas corretivas implantadas e a implantar.

3.12 A CONTRATADA deverá informar ao CONTRATANTE periodicamente, os resultados dos indicadores mencionados no item 2.10 e dos demais a seguir:

a) Quantidade de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, que obtiveram nota mínima de aprovação no treinamento relacionado a Segurança da Informação mencionado no item 2.3 /Quantidade total de empregados e colaboradores, que atuam na prestação de serviço objeto do contrato, em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

b) Quantidade de relatórios, referidos no item 3.6, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base;

c) Quantidade de relatórios, referidos no item 3.11, enviados à CONTRATANTE dentro do prazo estipulado / Quantidade esperada de relatórios a serem emitidos pela CONTRATADA em percentual, medido anualmente e informado à CONTRATANTE anualmente, até o último dia útil do mês subsequente ao ano base.

3.13 A CONTRATADA deve garantir a continuidade do processamento das informações críticas de negócios, no caso de contratação de bem ou serviço de suporte às atividades críticas da CAIXA.

3.14 A CONTRATADA deve garantir que os sistemas e as informações sob sua responsabilidade estejam adequadamente protegidos.

3.15 A CONTRATADA deve cumprir as Leis e normas que regulamentam a propriedade intelectual e direitos autorais.

4. Cláusulas Específicas de Segurança da Informação

4.1 A CONTRATADA deve apresentar, sempre que requerido pela CONTRATANTE, relatórios emitidos por empresas de auditoria especializada independente que tenha realizado trabalho de auditoria em segurança da informação na CONTRATADA e

certificações que atestem o nível de confiança nos princípios de segurança da informação.

4.2 A CONTRATADA se responsabiliza pelos incidentes de segurança detectados em sua infraestrutura ou na infraestrutura de empresa subcontratada.

ANEXO II
PROPOSTA COMERCIAL**LICITAÇÃO CAIXA Nº 063/2025**

NOME DA PROPONENTE:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

E-MAIL:

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers) e transferência de conhecimento, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a serem executados em todo território nacional, em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos.

Item	Descrição	Quantidade	Valor	Valor Total (36 meses)
1	Serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte	2000GB/dia – Inicial, após a migração dos casos de uso existentes atualmente	Valor por GB/dia	
		1200GB/dia – previsão de crescimento durante o contrato		

	técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers)			
2	Transferência de conhecimento	Até 5 turmas de até 15 pessoas (sob demanda) 40hs por turma	Valor Turma	
			TOTAL GLOBAL	R\$

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA: R\$.....(valor por extenso)

Forma de licenciamento da solução ofertada:

TABELA DE PREÇO SAAS:

Preço Mensal	Preço Anual

RELAÇÃO DE SOFTWARES/COMPONENTES QUE FAZEM PARTE DA SOLUÇÃO OFERTADA

Fabricante/Software	Versão	Tipo de Licenciamento
---------------------	--------	-----------------------

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: () dias, contados da data de sua apresentação. (OBS.: Não inferior a 60(sessenta) dias, conforme Edital).

PRAZO DE GARANTIA DO SERVIÇO/EQUIPAMENTO: No mínimo 60 (sessenta) meses.

PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA: Conforme definido na NT Forma de Execução Contratual.

DESCRIÇÃO DETALHADA: Para cada equipamento ofertado incluir informações, abrangendo, no mínimo: marca, modelo, fabricante, módulos, licenciamentos e, se houver indicação de endereço do sítio de internet onde a CAIXA poderá, caso considerar necessário, buscar mais informações acerca dos equipamentos, ou manual/folder do fabricante e respectivos itens, onde poderão ser obtidas/capturadas informações técnicas dos produtos ofertados, que, de forma inequívoca, identifiquem as configurações cotadas, em aderência com a NT de Especificações Técnicas e demais documentações deste edital.

A empresa, por intermédio de seu representante legal abaixo identificado, para todos os efeitos legais e administrativos, sob as penas da lei, **DECLARA:**

1. Que se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2. Que seu(s) sócio(s), dirigente(s) ou administrador(es) não é(são) empregado(s) ou dirigente(s) da CAIXA e não possui(em) vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, nos termos dos artigos 1.591 a 1.595 da Lei nº 10.406/2002 – Código Civil) com:

- Empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente licitação;
- Empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área demandante da licitação;
- Empregado(s) detentor(es) de cargo comissionado que atue(m) na área que realiza a licitação;
- Autoridade da CAIXA hierarquicamente superior às áreas supramencionadas.

3. Que não tem e que não contratará prestador(es) para a execução de serviço objeto desta licitação com vínculo familiar (cônjuge, companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau) com empregado(s) CAIXA que exerça(m) cargo em comissão ou função de confiança ou com dirigente(s) CAIXA:

- Em área da CAIXA com gerenciamento sobre o contrato ou sobre o serviço objeto da presente licitação e/ou contrato;
- Na área demandante da licitação;
- Na área que realiza a licitação.

4. Se responsabiliza pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo à CAIXA responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

5. Não se enquadra em nenhuma das restrições previstas no item 2.4 e subitens deste edital.

6. Cumpre todos os requisitos exigidos no edital, inclusive quanto aos critérios de habilitação.

7. Declara ainda que para a apresentação de proposta ao referido Edital, NÃO houve ocorrência de “Registro de Oportunidade”, de modo a garantir o princípio constitucional da isonomia e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, conforme disposto na Instrução Normativa Nº 1 de 4 de abril de 2019 e na Lei nº 8.666, de 1993.

Local e data

Assinatura do representante legal da empresa
Nome/RG/CPF

INSTRUÇÕES:

1. A PROPOSTA DE PREÇO corresponde ao VALOR GLOBAL, o qual deve ser digitado, obrigatoriamente, após a anexação desta **Proposta Comercial**, e que representa o valor que será considerado para o julgamento da proposta.

2. A PROPOSTA COMERCIAL deve ser preenchida conforme modelo acima, em arquivo único, sem caracteres tais como figuras e com tamanho limitado a 8Mb (oito megabytes), e anexada no endereço eletrônico www.caixa.gov.br, no quadro **“SOBRE A CAIXA”**, localizado no canto inferior esquerdo, clicar em **“Compras CAIXA”**, no quadro **“Compras da CAIXA”**, escolher a opção **“Pregão Eletrônico”**, no link

“Propostas”, escolher a **“Abrangência (OK)”** e enviar a proposta por meio do ícone **“\$”**, na coluna **“Enviar Proposta”** referente a este Pregão Eletrônico.

3. Não será admitido no preço unitário o fracionamento de centavo(s) que ultrapassar duas casas decimais, desprezando-se, sumariamente, a fração remanescente.

ANEXO III
PREÇOS MÁXIMOS ESTIMADOS

Item	Descrição	Quantidade	Valor	Valor Total (36 meses)
1	Serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers)	2000GB/dia – Inicial, após a migração dos casos de uso existentes atualmente	Valor por GB/dia: R\$ 12,27	R\$ 42.405.120,00
		1200GB/dia – previsão de crescimento durante o contrato		
2	Transferência de conhecimento	Até 5 turmas de até 15 pessoas (sob demanda) 40hs por turma	R\$ 8.264,73	R\$ 41.323,65
			TOTAL GLOBAL	42.446.443,65

ANEXO IV**MINUTA DE CONTRATO**

CONTRATO N.º _____, PARA O FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE GERENCIAMENTO E CORRELACIONAMENTO DE EVENTOS E INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA SIEM (SECURITY INFORMATION AND EVENT MANAGEMENT) E SOAR (SERVIÇO DE ORQUESTRAÇÃO, AUTOMAÇÃO E RESPOSTA DE SEGURANÇA) BASEADA EM NUVEM (SAAS), COM GARANTIA E SUPORTE 24X7, INCLUINDO SERVIÇOS DE SUPORTE À SOLUÇÃO QUE COMPREENDEM A IMPLANTAÇÃO, ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA, SUPORTE TÉCNICO, ADMINISTRAÇÃO E OPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA E OS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PROSPECÇÃO, CONSTRUÇÃO, CUSTOMIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DE CASOS DE USO, SCRIPTS E INTERPRETADORES (PARSERS) E TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, PELO PRAZO DE 36 (TRINTA E SEIS) MESES, A SEREM EXECUTADOS EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL, QUE ENTRE SI FIRMAM, DE UM LADO, A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E, DE OUTRO, A EMPRESA _____.

Pelo presente instrumento, a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF**, instituição financeira sob a forma de empresa pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 759, de 12/08/1969, regida pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e pelo Estatuto Social da Caixa Econômica Federal, por intermédio de sua Centralizadora Nacional Contratações – CECOT em Brasília, CNPJ(MF) nº 00.360.305/5614-83, situada no Setor Bancário Sul, Quadra 1, Lote 2, Bloco L, 7º andar - Asa Sul – Brasília, - CEP 70070-110, neste ato representada pelo(a) _____ *[informar nome e CPF do representante da CAIXA, informando também os dados da procuração que concede poderes de representação]*, daqui por diante designada **CAIXA**, de um lado e, de outro, a empresa _____, inscrita no CNPJ(MF) sob o nº _____ com sede na _____ *[indicar o endereço completo,*

inclusive CEP], neste ato representada por _____ [*informar nome e CPF do representante da contratada*], doravante designada **CONTRATADA**, em face da autorização do(a) _____ [*indicar o nome e cargo do autor da autorização*] _____ da CAIXA *ou nos casos de autorização colegiada informar o ato/nº da Resolução e/ou Ata, p. ex.:* em face da autorização do Conselho Diretor da CAIXA, conforme Ata nº____, de ____/____/____, constante do **Processo Administrativo nº 5688.01.0169.0/2025, LICITAÇÃO CAIXA 063/2025**, têm justo e contratado o fornecimento objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo edital e seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA, sujeitando-se as partes contratantes às normas constantes da Lei nº 13.303, de 30/06/2016 e suas alterações posteriores, do Regulamento de Licitações e Contratos da CAIXA e aos preceitos de Direito Privado, bem como às cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers) e transferência de conhecimento, pelo prazo de 36 (trinta e seis) meses, a serem executados em todo território nacional.

Parágrafo Único – A especificação pormenorizada do objeto contratado, o quantitativo, a forma de execução do contrato, o(s) local(is) de entrega, bem como as obrigações específicas da Contratada estão indicadas no Termo de Referência – Anexo I a I-C, que integra e complementa este contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São obrigações da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

- I Obedecer rigorosamente ao(s) prazo(s) e o(s) local(is) de entrega, bem como as demais disposições deste contrato;
- II Prestar os esclarecimentos que lhe forem solicitados, atendendo prontamente a todas as reclamações e convocações da CAIXA;

- III Dar ciência à CAIXA, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução do objeto;
- IV Dispor-se a fiscalização da CAIXA no tocante ao objeto contratado;
- V Estruturar-se de modo compatível e prover toda a infraestrutura necessária ao fornecimento objeto deste contrato, com a qualidade e rigor exigidos;
- VI Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da CAIXA, inclusive de acesso as suas dependências;
- VII Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais da CAIXA de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;
- VIII Manifestar-se quanto a aceitação ou não, nas mesmas condições contratuais, de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado deste contrato, podendo a supressão exceder o limite estabelecido quando houver acordo entre as partes;
- IX Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de licitação;
- X Manter perante a CAIXA, durante a vigência do contrato, seu endereço comercial completo (logradouro, cidade, UF, CEP) e eletrônico, telefone, fax e nome dos seus representantes sempre atualizados, para fins de comunicação e encaminhamento de informações e documentos, inclusive os relativos a tributos, em face da condição da CAIXA de substituta tributária;
- XI Não manter relação de emprego/trabalho, de forma direta ou indireta, com menor de 18 anos de idade em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos;
- XII Assegurar a não utilização de trabalho em condições degradantes ou em condições análogas à escravidão, bem como a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e discriminatórias em razão de crença religiosa, raça, cor, sexo, deficiência, orientação sexual, partido político, classe social, nacionalidade;
- XIII Observar estritamente a vedação ao nepotismo, nos termos da declaração anexa, que integra este contrato;

- XIV Observar a reserva de cargos prevista em lei para pessoas com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação;
- XV Manter uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação e o interesse público, observando com rigor as premissas norteadoras de comportamento estabelecidas no Código de Conduta do Fornecedor CAIXA, entregue à Contratada no ato da assinatura deste instrumento contratual;
- XVI Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e de suas regulamentações, zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores conheçam e observem o disposto na LGPD no exercício de suas atividades.
- XVII Providenciar assinatura de Termo de Responsabilidade de Segurança da Informação, anexo a este contrato, de todos os seus prestadores que tiverem acesso a sistemas e informações internas da CAIXA e entregar na CESET – CENTRALIZADORA NACIONAL SEGURANÇA CIBERNÉTICA – SEPN Comércio Residencial Norte 512 - Ed. Jose de Alencar, Brasília – DF, CEP: 70760-706, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, devendo comunicar a CAIXA e realizar o mesmo procedimento quando houver novos prestadores na execução do serviço.
- XVIII Aceitar alterações das condições de fornecimento inicialmente pactuados no caso de eventuais mudanças estruturais da CAIXA quando essas não trouxerem impactos no equilíbrio financeiro do contrato.
- XIX Indenizar a CAIXA, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização, quando não atendidas as disposições deste contrato, sendo que a responsabilização estender-se-á aos danos causados a terceiros;
- XX Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe integralmente os ônus decorrentes de sua omissão;
- XXI Prover todos os meios necessários à garantia da plena execução do contrato, inclusive nos casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- XXII Assumir defeitos do bem produzido com matéria-prima que o torne impróprio ao uso e sem observância dos requisitos técnicos indispensáveis à boa qualidade e utilização de acordo com a legislação específica;
- XXIII Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente, bem como adotar as medidas pertinentes no seu âmbito de

atuação e influência, para combater a prática de atos lesivos à Administração Pública;

- XXIV Comprometer-se a não suspender o fornecimento no caso de devolução do documento fiscal não aprovado pela CAIXA;
- XXV Atuar de acordo com Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo da CAIXA (PLDFT), disponível em: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-Prevencao-Lavagem-Dinheiro-e-Financiamento-Terrorismo.pdf> e dar ciência a seus empregados do folder (flyer) sobre a PLDFT disponível no Portal de Licitações da CAIXA <http://licitacoes.caixa.gov.br>.
- XXVI Atender às obrigações da Responsabilidade Social, Ambiental e Climática, dispostas na Cláusula Quinta.
- XXVII Tomar conhecimento da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação, disponível no site da CAIXA, no endereço: <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”), zelando pela sua estrita observância, assim como garantindo que seus prestadores a conheçam e a observem no exercício de suas atividades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

São responsabilidades da CONTRATADA, além das demais previstas neste contrato e anexos:

- I Responder por todo e qualquer dano que causar à CAIXA ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela CAIXA, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- II Responder por qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento contratado, eximindo a CAIXA de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III Arcar com quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas à CAIXA, por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução do contrato pela CONTRATADA, as quais serão reembolsadas à CAIXA;
- IV Responder, por força da lei, civil e penal, pela indevida divulgação e descuidada ou incorreta utilização dos dados, informações ou documentos de

qualquer natureza, exibidos, manuseados, os quais deve guardar sigilo, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CAIXA

A CAIXA obriga-se a:

- I Indicar os locais e horários em que deverá ser entregue o objeto contratado, permitindo, quando for o caso, o acesso dos empregados da CONTRATADA nas dependências da CAIXA;
- II Notificar formalmente a CONTRATADA de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento contratado, oportunizada a defesa prévia;
- III Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste contrato.
- IV Exercer a fiscalização e acompanhamento do contrato por meio do representante especialmente designado pela CAIXA.

Parágrafo Único – No caso de supressão de bens, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser ressarcidos pela CAIXA pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

CLÁUSULA QUINTA: DA RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E CLIMÁTICA

A CONTRATADA deve incorporar a responsabilidade social, ambiental e climática na estratégia, gestão, negócios, produtos, serviços, processos, operações, atividades e no relacionamento com as partes interessadas, no intuito de promover a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável e obriga-se à:

- I Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.
- II Cumprir as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas Federais, Estaduais e Municipais, instruções e resoluções, direta e indiretamente, aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas, no que tange as atividades voltadas à responsabilidade social, ambiental e climática e ao gerenciamento do risco social, ambiental e climático.

- III Observar os impactos decorrentes das suas atividades, processos, produtos e/ou serviços, com relação à(ao):
- a) Combate ao trabalho análogo a escravo, ao trabalho infantil, à exploração sexual e à violação dos direitos e garantias fundamentais e atos lesivos ao interesse comum;
 - b) Promoção de práticas de diversidade e inclusão;
 - c) Utilização de fontes renováveis de energia;
- IV Participar das iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.
- a) A CAIXA realizará convite formal para que a CONTRATADA se comprometa a participar, como forma de incrementar os seus conhecimentos sobre responsabilidade social, ambiental e climática, e possa incorporar progressivamente tais políticas à estratégia e gestão de seus negócios, produtos, serviços e processos.
- V Responder a pesquisa implementada pelo CDP – CARBON DISCLOSURE PROJECT, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente, sempre que convocado pela CAIXA.
- a) A CAIXA viabilizará, junto ao CDP, agenda(s) anuais com a CONTRATADA para esclarecimentos sobre o preenchimento do questionário.
- VI Atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.
- VII Proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.
- VIII Autorizar a CAIXA a realizar visitas de vistoria às instalações da CONTRATADA, quando solicitado pela CAIXA ou em decorrência de suspeita e/ou denúncia relativas ao descumprimento de obrigações de responsabilidade social, ambiental e climática, assumidas pela CONTRATADA para a execução do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

Pela perfeita prestação dos serviços, objeto deste contrato, e obedecidas as demais condições estipuladas neste instrumento, a CAIXA pagará o preço mensal de R\$ [REDACTED] (**valor por extenso**), perfazendo o valor global de R\$ [REDACTED] (**valor por extenso**), pelo período de vigência do contrato.

Item	Descrição	Quantidade	Valor	Valor Total (36 meses)
1	Serviço de gerenciamento e correlacionamento de eventos e informações de segurança SIEM (Security Information and Event Management) e SOAR (Serviço de Orquestração, Automação e Resposta de Segurança) baseada em nuvem (SaaS), com garantia e suporte 24x7, incluindo Serviços de Suporte à Solução que compreendem a implantação, atualização tecnológica, suporte técnico, administração e operação da infraestrutura e os serviços especializados de prospecção, construção, customização e integração de casos de uso, scripts e interpretadores (parsers)	2000GB/dia – Inicial, após a migração dos casos de uso existentes atualmente	Valor por GB/dia	
		1200GB/dia – previsão de crescimento durante o contrato		
2	Transferência de conhecimento	Até 5 turmas de até 15 pessoas (sob demanda) 40hs por turma	Valor Turma	
			TOTAL GLOBAL	R\$

Parágrafo Primeiro – Os valores contratados poderão ser alterados para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da CAIXA, para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, diante dos seguintes motivos:

- I Quando necessário assegurar a equivalência entre o objeto contratual e a remuneração do contratado por meio do restabelecimento do equilíbrio contratual, desde que objetivamente demonstrado, mediante acordo entre as partes;
- II Para compensar os efeitos das flutuações decorrentes da majoração dos custos, será aplicado índice geral ou setorial ou cesta de índices **Índice de Custo da Tecnologia da Informação (ICTI)** para a parcela do objeto contratual cuja execução esteja prevista para ocorrer após 12 (doze) meses a contar da data da última proposta homologada na licitação.
- III No caso da primeira revisão, o índice a ser aplicado será a variação apurada dos últimos 12 (doze) meses anteriores à data do direito.
- IV Nas revisões subsequentes, a anualidade será contada da data do fato gerador que deu ensejo à última revisão.
- V Ocorrerá a preclusão do direito à revisão se o pedido for apresentado depois de extinto o contrato.
- VI Em nenhuma hipótese será permitida a majoração superior ao índice ou à cesta de índices previstos em contrato, sendo, portanto, o limitador da revisão.

Parágrafo Segundo – A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato dispensa a celebração de termo aditivo, podendo ser formalizado por apostilamento.

Parágrafo Terceiro – A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

Parágrafo Quarto – Havendo alteração do contrato que aumente ou reduza os encargos do contratado, a CAIXA deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

Parágrafo Quinto – É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados na Matriz de Riscos como de responsabilidade da contratada.

Parágrafo Sexto – A contratada pode interpor recurso administrativo, sem efeito suspensivo, sobre os cálculos efetuados pela CAIXA para a concessão da revisão de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CAIXA, após recebimento do documento fiscal e verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais, efetuará o pagamento à CONTRATADA, no **15º (décimo**

quinto) dia útil do mês subsequente ao da efetiva execução dos serviços, mediante crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, obrigatoriamente, em agência da CAIXA.

Parágrafo Primeiro – O documento fiscal deve conter todos os elementos exigidos na legislação aplicável, cabendo à CONTRATADA a sua correta emissão, em conformidade com a legislação tributária pertinente, devendo, ainda, constar no seu corpo:

- I A identificação completa da CAIXA, para o CNPJ informado pelo gestor operacional do contrato no momento de solicitação do faturamento, na qualidade de contratante, bem como o número do processo administrativo que originou a contratação e número do contrato;
- II Descrição de todos os serviços/itens que compõem o respectivo documento fiscal de forma clara, indicando, inclusive, os valores unitários e totais, o período a que se refere, bem como a(s) unidade(s) da CAIXA contemplada(s) com os serviços e o Município, com respectiva Unidade Federativa – UF, onde é prestado o serviço;

Parágrafo Segundo – O documento fiscal não aprovado pela CAIXA será devolvido à CONTRATADA para correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo de pagamento da data de sua reapresentação.

Parágrafo Terceiro – A CAIXA fará as retenções dos tributos, quando exigidas legalmente, em conformidade com a legislação vigente. As retenções não serão efetuadas caso a CONTRATADA, comprovadamente, se enquadre em hipótese excludente prevista na legislação, devendo, para tanto, apresentar a documentação pertinente ou declaração que comprove essa condição. Também não ocorrerá a retenção caso a CONTRATADA esteja amparada por medida judicial, que determine a suspensão do pagamento dos referidos tributos, devendo apresentar à CAIXA, a cada pagamento, a documentação que comprove essa situação.

Parágrafo Quarto – Os encargos sofridos pela CAIXA por atraso no repasse de obrigações tributárias de qualquer natureza, decorrentes do atraso na entrega da nota fiscal/fatura pela CONTRATADA, serão cobrados diretamente da CONTRATADA.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA, além de manter as condições de habilitação durante toda a vigência do contrato, deverá se manter regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificação da sua regularidade fiscal, no âmbito Federal, exigidas no procedimento de contratação.

Parágrafo Sexto – A critério e conveniência da CAIXA, será efetuada consulta ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, para verificação da regularidade da CONTRATADA.

Parágrafo Sétimo – Constatada a situação de irregularidade, a CAIXA efetivará o pagamento devido pelos serviços prestados, contudo, a CONTRATADA será comunicada por escrito para que regularize sua situação no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sendo-lhe facultada a apresentação de defesa, no mesmo prazo, sob pena das sanções cabíveis e, não havendo regularização, rescisão contratual.

Parágrafo Oitavo – O não pagamento do documento fiscal, por culpa exclusiva da CAIXA, no prazo estabelecido neste contrato, enseja a atualização do respectivo valor pelo IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

IDI

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV na data inicial

IDF = IGP-M/FGV na data final

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá a duração de 36 (trinta e seis) meses a contar de da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos nos limites definidos na Lei nº. 13.303/2016.

Parágrafo Único – O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato.

I Quando a não conclusão decorrer de culpa da contratada:

a) A contratada será constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as sanções administrativas;

b) A CAIXA poderá optar pela extinção do contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

No curso da execução deste contrato caberá a CAIXA, diretamente ou por quem vier a indicar, o direito de fiscalizar a fiel observância das disposições deste instrumento.

Parágrafo Primeiro – A CAIXA, sempre que entender pertinente, realizará consulta ao Registro do CEIS/CNEP/CEPIM (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e Cadastro Nacional das Empresas Punidas/ Cadastro de Entidades

Privadas sem fins Lucrativos Impedidas), para verificar se existe ocorrência de sanções que restrinjam o direito de a empresa participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública ou a existência de penalidades aplicadas pela Administração Pública com base na Lei 12.846/2013;

Parágrafo Segundo – A CAIXA poderá promover as diligências que entender necessárias para verificar a aderência da CONTRATADA à legislação anticorrupção.

Parágrafo Terceiro – A ausência de fiscalização por parte da CAIXA não eximirá a CONTRATADA das responsabilidades previstas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO RESSARCIMENTO

A CONTRATADA autoriza a CAIXA a descontar o valor correspondente aos danos ou prejuízos apurados diretamente dos documentos fiscais pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato ou da garantia contratual, independentemente de qualquer procedimento judicial, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA concorda, em casos de prejuízos sofridos pela CAIXA em condenações trabalhistas originadas por seus funcionários, que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA concorda com o desconto de valores apurados a crédito da CAIXA em razão de ato lesivo que tenha praticado, tais como o valor de dano apurado no âmbito da Lei Anticorrupção e multa que lhe tenha sido aplicada com base na Lei 12.846/2013, e que tais valores sejam glosados das faturas em quaisquer contratos mantidos com a CAIXA, independente de processo administrativo.

Parágrafo Terceiro – O valor a ser ressarcido à CAIXA, nos casos de danos ou prejuízos em que a CONTRATADA for responsabilizada, será atualizado pelo índice de variação do IGP-M – Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, obtido no período compreendido entre a data da ocorrência do fato que deu causa ao prejuízo e a data do efetivo ressarcimento à CAIXA, utilizando-se a seguinte fórmula:

$$\text{VAT} = \frac{\text{VIN}}{\text{IDI}} \times \text{IDF}, \text{ onde:}$$

VAT = valor atualizado

VIN = valor inicial

IDI = IGP-M/FGV do mês em que ocorreu o prejuízo (índice inicial)

IDF = IGP-M/FGV do mês do ressarcimento (índice final)

Parágrafo Quarto – Caso o acumulado dos índices de correção monetária seja negativo (deflação) para o período referenciado, esse não deverá ser considerado no cálculo de atualização, prevalecendo o valor nominal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA:

- I Todos os tributos que forem devidos em decorrência do objeto deste contrato, bem como as obrigações acessórias deles decorrentes;
- II As contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL

A CONTRATADA presta garantia contratual no valor de R\$ (**valor por extenso**), que corresponde a **5% (cinco por cento)** do valor global contratado, apresentando à CAIXA, no ato da assinatura do contrato, o correspondente comprovante, em uma das modalidades a seguir:

- I Caução em dinheiro;
- II Seguro-garantia;
- III Fiança bancária

Parágrafo Primeiro – A caução em dinheiro consiste em depósito em conta bancária remunerada específica, com o fim especial de se garantir o integral cumprimento do contrato, devendo ser efetuado em uma Agência da CAIXA, utilizando-se a operação 008, tendo como beneficiário a CAIXA;

- I Correspondente ao índice de variação do rendimento da caderneta de poupança para o **1º (primeiro) dia de cada mês**, excluídos os juros, calculada proporcionalmente, quando for o caso, a contar da data do depósito, até o seu efetivo levantamento;

Parágrafo Segundo – O **Seguro-garantia** é um tipo de seguro com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas, conforme descrito na apólice.

Parágrafo Terceiro – A apólice do seguro-garantia deve conter prazo de validade igual ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 (trinta) dias, devendo ser tempestivamente renovado, se estendida ou prorrogada a vigência do contrato, sempre se mantendo os **30 (trinta) dias**, após a última data de vencimento do contrato;

- I O seguro deve efetuar a cobertura, até o limite da garantia, de quaisquer prejuízos sofridos pela CAIXA em decorrência de inadimplemento da contratada, inclusive quanto aos encargos trabalhistas e previdenciários e ao ressarcimento das multas, bem como prejuízos advindos de atos, fatos ou indícios de violação pela Contratada às normas anticorrupção, devendo constar nas condições especiais.
 - a) No tocante aos encargos trabalhistas e previdenciários, é permitida a ressalva que condiciona o reembolso de prejuízos ao trânsito em julgado de sentença condenatória.
- II A apólice de seguro deve vir acompanhada de cópia das condições gerais, particulares e/ou especiais convencionais e demais documentos que a integram;
- III A notificação de Expectativa de Sinistro pela CAIXA se dará tão logo seja realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador e o processo de Comunicação (Reclamação) ocorrerá mediante comunicação pela CAIXA à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, logo após o conhecimento de sua caracterização;
- IV A apólice não deverá estabelecer/impor prazo máximo para a comunicação dos procedimentos acima citados pela CAIXA, bem como para caracterização do sinistro;
- V No caso de alterações efetuadas no objeto principal bem como para renovações, as apólices não deverão estabelecer/impor prazo máximo para a CAIXA comunicar o ato;
- VI A apólice deverá manter o endereço eletrônico (e-mail) oficial para os casos de comunicação da CAIXA nos procedimentos acima sinalizados;
- VII Os valores de LMG – Limite Máximo da Garantia e LMI – Limite Máximo de Indenização (caso o LMI seja descrito na apólice) deverão ser coincidentes e de acordo com o percentual correspondente ao valor global contratado, indicado no caput desta cláusula, para as coberturas elencadas no contrato.
- VIII A apólice deverá continuar em vigor mesmo quando o tomador não houver pago o prêmio nas datas convencionadas.

Parágrafo Quarto – Para a Reclamação do Sinistro no processo administrativo, a apólice poderá elencar a apresentação dos seguintes documentos:

- I Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;

- II Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador;
- III Cópias de atas, notificações, contranotificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- IV Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- V Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos.

Parágrafo Quinto – Para a Reclamação do Sinistro nas coberturas previdenciárias e trabalhistas, poderão ser exigidos os documentos a seguir relacionados:

- I Certidão(ões) de trânsito em julgado das sentenças proferidas e com os valores homologados;
- II Acordo devidamente homologado pelo Poder Judiciário, quando for o caso;
- III Comprovante(s) de pagamento dos valores constantes na condenação do segurado;
- IV Documentos comprobatórios de que o autor/reclamante trabalhou para o réu/tomador no contrato principal dentro do período de vigência da apólice.

Parágrafo Sexto – A apólice não poderá apresentar como condição para pagamento da indenização a exigência de que a CAIXA interponha recurso ordinário em ações trabalhistas quando o valor da condenação for inferior ao valor do depósito recursal.

Parágrafo Sétimo – A Seguradora, ao emitir a apólice, obriga-se a arcar com eventuais prejuízos que possam ser impostos à CAIXA em decorrência da má execução do contrato.

Parágrafo Oitavo – A **Fiança bancária** consiste na prestação de garantia, mediante a expedição da respectiva carta, emitida por instituição financeira idônea, devidamente autorizada a funcionar no Brasil, que, em nome da contratada, garante a plena execução do contrato e responde diretamente por eventuais danos que possam ser causados na execução contratual.

Parágrafo Nono – Somente é aceita Fiança Bancária na via original e que apresente todos os requisitos a seguir:

- I Registro no Cartório de Títulos e Documentos, conforme exigido no art. 129 da Lei 6015/73 (Lei de Registros Públicos);
- II Cláusula estabelecendo prazo de validade, que deverá corresponder ao período de vigência do contrato, acrescido de mais 30 dias;

- III Expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário, fará o pagamento à CAIXA, independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- IV Cláusula de renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827, 835 e 838 da Lei nº 10.406/2002 – Novo Código Civil;
- V Cláusula que assegure a atualização do valor afiançado, de acordo com a atualização do valor contratual;
- VI Cláusula com a eleição de foro da Justiça Federal, para dirimir questões entre fiadora e credora referentes à fiança bancária;
- VII Declaração da instituição financeira de que a carta fiança é concedida em conformidade com o disposto no art. 34 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, nos termos do art. 2º da Resolução CMN nº 2.325, de 1996, do Conselho Monetário Nacional;
- VIII O subscritor da carta de fiança bancária deverá comprovar poderes para atendimento às exigências contidas nas alíneas “III”, “IV”, “VI” e “VII” acima.

Parágrafo Décimo – A garantia poderá ser liberada após o perfeito cumprimento do contrato, no prazo de até **30 (trinta) dias**, contados após a data do vencimento do contrato, desde que cumpridos todos os seus termos, cláusulas e condições.

Parágrafo Décimo Primeiro – A perda da garantia em favor da CAIXA, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independentemente de qualquer procedimento judicial e sem prejuízo das demais sanções previstas neste contrato.

Parágrafo Décimo Segundo – A garantia deverá ser integralizada, num prazo máximo de 10 (dez) dias, sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores ou quando houver alteração contratual que implique em aumento do valor contratado, de modo que corresponda sempre ao percentual pactuado.

Parágrafo Décimo Terceiro – A Contratada deve providenciar a renovação ou prorrogação da fiança bancária sempre que a vigência do contrato for estendida ou prorrogada, mantendo-se o atendimento ao prazo de validade exigido no item II do parágrafo nono acima.

Parágrafo Décimo Quarto – A qualquer tempo, mediante negociação prévia com a CAIXA, com as devidas justificativas, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas nos incisos I, II e III do caput desta cláusula.

- I A substituição da garantia, após aceitação pela CAIXA, será registrada no processo administrativo por simples apostilamento, dispensando-se aditamento contratual.

Parágrafo Décimo Quinto - Em caso de decretação de liquidação extrajudicial ou qualquer hipótese de cessação das operações da Seguradora, a Contratada deve proceder imediatamente a substituição da respectiva garantia contratual por outra que seja eficaz.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DOS BENS FORNECIDOS

O FORNECEDOR providenciará por sua conta e sem ônus para a CAIXA, a substituição das peças, componentes e acessórios que apresentem qualquer defeito de fabricação durante o período de **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato e/ou pelo atraso injustificado na sua execução, garantida a prévia defesa, a CONTRATADA ficará sujeita às seguintes sanções, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- I Multa;
- II Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA, pelo prazo de até **2 (dois) anos**.

Parágrafo Primeiro – A multa será aplicada nas situações, condições e percentuais indicados a seguir:

- I Pelo descumprimento da legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático: multa de **0,1% (um décimo por cento)** do valor global do contrato, por violação;
- II Pela violação do Código de Conduta do Fornecedor: multa de **0,1% (um décimo por cento)** do valor global do contrato, por violação;
- III O não atendimento pela CONTRATADA de qualquer requisito de segurança definido no presente instrumento contratual, implicará em multa de **0,1% (um décimo por cento)** do valor global do contrato, por violação.

As multas citadas acima serão cumulativas e limitadas a **10% (dez por cento)** do Valor Global do Contrato.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA autoriza à CAIXA descontar o valor da multa diretamente das notas fiscais/faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos em relação a este contrato e/ou de quaisquer outros contratos que porventura mantenha com a CAIXA, da garantia contratual e, se não for suficiente, será cobrado judicialmente, depois de assegurada a prévia defesa em processo administrativo para apuração dos fatos.

Parágrafo Terceiro – A penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a CAIXA poderá também ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

- I Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- II Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- III Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CAIXA em virtude de atos ilícitos praticados;
- IV Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;
- V Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- VI Apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- VII Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- VIII Não mantiver a proposta;
- IX Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- X Comportar-se de modo inidôneo, incluindo a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013 e desatender e/ou violar o Código de Conduta do Fornecedor CAIXA.
- XI Descumprir a legislação pertinente à responsabilidade social, ambiental e climática e gerenciamento do risco social, ambiental e climático;

Parágrafo Quarto – As sanções previstas nos incisos I e II poderão ser aplicadas concomitantemente.

Parágrafo Quinto – As penalidades indicadas nesta cláusula, com exceção da multa de mora, aplicadas pela autoridade competente da CAIXA, após regular processo administrativo e garantida a defesa prévia, serão lançadas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

Parágrafo Sexto – As penalidades serão devidamente publicadas no DOU e lançadas no sistema CGU-PJ, mantendo, desta forma, atualizado o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

Parágrafo Sétimo – A penalidade de suspensão aplicada à CONTRATADA alcança a figura dos sócios, administradores e dirigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS ILÍCITOS PENAIIS

As infrações penais tipificadas nos artigos 337-E a 337-P do Decreto-Lei nº 2.848/40 (Código Penal) serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

A rescisão do contrato se dá:

- I De forma unilateral, assegurada a prévia defesa;
- II Por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a CAIXA e para o contratado.
- III Por determinação judicial;
- IV De forma antecipada pela CAIXA, mediante comunicação escrita à contratada, com antecedência mínima de **30 (trinta) dias**.

Parágrafo Primeiro – Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato:

- I O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- III O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- IV A prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/2013;
- V Inobservância da vedação ao nepotismo;
- VI Prática de atos que prejudiquem ou comprometam à imagem ou reputação da CAIXA, direta ou indiretamente;
- VII Razões de interesse público, de alta relevância, amplo conhecimento e devidamente justificadas.

Parágrafo Segundo – A rescisão decorrente dos motivos elencados nos incisos acima será efetivada após o regular processo administrativo, quando for o caso.

Parágrafo Terceiro – Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

Parágrafo Quarto – Caso a descontinuidade do contrato traga prejuízos à CAIXA, a decisão poderá prever que os efeitos da rescisão ocorrerão em data futura.

Parágrafo Quinto – Havendo a rescisão do contrato, cessarão todas as atividades da CONTRATADA, relativamente ao fornecimento contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação prevista no compromisso registrado no ERP/SAP sob o nº 8000034907e itens de acompanhamento orçamentário nº 5704-03 e 5303-41.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nos seguintes casos:

- I Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos pela Lei nº. 13.303/2016;
- III Quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- IV Quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- V Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, subordinadas às seguintes disposições:

- I Em razão de eventuais alterações estruturais da CAIXA, poderá haver modificações nos locais do fornecimento, caso em que a CAIXA comunicará a CONTRATADA para promover as mudanças necessárias;
- II É vedado à CONTRATADA caucionar ou ceder os créditos do presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da área da CAIXA responsável pela operação pretendida;
- III Nos casos de utilização deste contrato como garantia para concessão de crédito ou formalização de negócio para a CONTRATADA junto à CAIXA, a autorização caberá à área comercial responsável pelas tratativas;

- IV Na cessão de créditos para outras instituições financeiras, que não a CAIXA, a autorização caberá à área gestora do contrato;
- V O pagamento de salários, benefícios e demais verbas trabalhistas, previdenciárias e sociais, referentes aos empregados alocados na execução do objeto deste contrato, bem como multas e ressarcimentos por prejuízos sofridos pela CAIXA terão preferência sobre a cessão dos créditos;
- VI É vedada a subcontratação para o fornecimento objeto deste instrumento.
- VII No caso de MPE optante pelo Simples Nacional, a declaração de Empresas Optantes do Simples Nacional, constante deste contrato, permite a contratada a obtenção do benefício da dispensa de retenção dos tributos federais, na forma da IN RFB 1.244/2012.
- VIII É admitida como válida a assinatura de forma eletrônica dos documentos apresentados, bem como para assinatura do presente contrato, utilizando Certificado Digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP Brasil - ou Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos, na forma do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001.

CLÁUSULA VIGÉSIMA– DO FORO

Para dirimir as questões oriundas deste Contrato, será competente a Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Distrito Federal, na cidade de Brasília.

Em caso de assinatura eletrônica, conforme previsão legal, o título se reveste de eficácia executiva, dispensando-se a assinatura de testemunhas.

Local/data

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Nome: _____

CPF(MF): _____

DENOMINAÇÃO DA CONTRATADA

Nome: _____

CPF(MF): _____

ANEXO XX DO CONTRATO Nº**DECLARAÇÃO DE VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E IMPEDIMENTOS**

A Contratada DECLARA, sob as penas da Lei, que:

1. Não está com o direito de licitar e contratar com a CAIXA suspenso, ou impedida de licitar e contratar com a União, ou que não tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a União, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
2. Não é constituída por administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja dirigente ou empregado da CAIXA;
3. Não é constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
4. Não tem administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
5. Não é constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
6. Não tenha administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
7. Não há nos seus quadros de diretoria pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
8. Não é empregado ou dirigente CAIXA na condição de licitante;
9. Não possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
 - a) Dirigente da CAIXA;
 - b) Empregado da CAIXA cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação, contratação ou pela gestão operacional do contrato e pela autoridade da CAIXA hierarquicamente superior as áreas mencionadas;
 - c) Autoridade do ente público a que a CAIXA esteja vinculada.
10. Não é proprietário, mesmo na condição de sócio, de empresa que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CAIXA há menos de 6 (seis) meses.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....
Assinatura do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante

Nome do representante legal da empresa ou Pessoa Física licitante:

(_____)

Nome/CPF

ANEXO XX DO CONTRATO Nº**DECLARAÇÃO DE EMPRESAS OPTANTES DO SIMPLES NACIONAL**
ANEXO IV DA IN RBF 1.244/2012

Ilmo. Sr.
Gerente da Caixa Econômica Federal

(nome da pessoa jurídica), com sede na (sede e endereço completo), inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da Contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I – Preenche os seguintes requisitos:

- a) Conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial; e
- b) Cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II – O signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

_____, de _____ de _____
Local/Data

Assinatura do Responsável

ANEXO XX DO CONTRATO Nº

CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

1 OBJETIVO

1.1 Este Código estabelece premissas norteadoras de comportamento que devem ser observadas pelo fornecedor, com o objetivo de orientá-lo para uma conduta pautada por elevados padrões de ética e integridade, capaz de assegurar relações sustentáveis, compatíveis com a legislação, o interesse público e as aspirações da sociedade.

1.2 Deverá o fornecedor influenciar positiva e proativamente os demais envolvidos na cadeia produtiva, estendendo essa mesma conduta para as partes com quem se relaciona comercial e contratualmente, em especial, fornecedores e prestadores de serviços.

1.3 As condutas levam em consideração não somente o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente o honesto e o desonesto, bem como o sustentável, tendo como fim o bem comum.

1.4 Este Código de Conduta poderá ser alterado pela CAIXA dentro dos parâmetros legais e, consequentemente, as alterações terão de ser acompanhadas e seguidas pelo Fornecedor.

2 PADRÕES GERAIS DE CONDUTA

2.1 Este Código de Conduta vincula o Fornecedor da CAIXA a assumir os seguintes compromissos:

2.1.1 Adotar medidas necessárias e efetivas para combater a corrupção e a fraude em todas as instâncias, prevenindo a ocorrência de qualquer tipo de comportamento ilegal.

2.1.2 Adotar as melhores práticas e comportamento ético no exercício das atribuições profissionais ou fora dele, atuando com dignidade, decoro, zelo, eficácia e consciência dos princípios morais, condutas que também devem ser repassadas para toda a sua cadeia de fornecedores.

2.1.3 Tomar conhecimento dos termos da Lei nº 12.846/2013 e de suas regulamentações, reconhecendo sua responsabilidade objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, por qualquer pessoa que o represente.

2.1.4 Adotar mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e a aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta no âmbito da pessoa jurídica, nos termos do § 2º do art. 8º, do Decreto nº 11.129/2022, que regulamenta a Lei 12.846/2013.

2.1.5 Adotar mecanismos, procedimentos internos, capacitação e sensibilização para a adoção e incorporação de critérios e práticas de sustentabilidade na oferta de produtos e serviços, nos termos do Decreto nº 7.746/2012, que regulamenta o artigo 3º da Lei nº 8.666/1993.

2.1.6 Cumprir e fazer cumprir as determinações da legislação ambiental e climática vigente, bem como atuar na prevenção de impactos ambientais e climáticos gerados por seus processos, produtos e serviços e na mitigação, correção ou compensação, quando identificados.

2.1.7 Adotar e estimular a ecoeficiência em seus processos, produtos e serviços, realizando continuamente revisão e aplicação de melhorias, de forma a contribuir para processos eficientes e que gerem menor impacto ao meio ambiente, tais como a redução, reutilização, reciclagem, destinação adequada de resíduos, a implementação de uma política de aquisição de bens cujos materiais sejam atóxicos ou biodegradáveis e a adoção, sempre que possível, de sistemas de logística inversa e reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor.

2.1.8 Participar de iniciativas de engajamento em mudanças climáticas e/ou segurança hídrica, quando convidado pela CAIXA.

2.1.9 Adotar a legislação trabalhista vigente, bem como medidas que visem à observância de direitos humanos, tais como a equidade de gênero, o combate ao racismo e a acessibilidade, conforme legislações pertinentes.

2.1.10 Promover ações de sensibilização de seus colaboradores sobre a temática combate à discriminação no trabalho (sexo, raça, cor, deficiência, orientação sexual, partido político, religião, credo, nacionalidade e quaisquer outras formas de discriminação) e a não utilização de práticas de assédio moral ou sexual e os mecanismos para evitá-la com a construção de uma cultura institucional de enfrentamento à discriminação.

2.1.11 Adotar medidas e ações para mitigar, corrigir, prevenir ou compensar danos/impactos relacionados à saúde e segurança de seus funcionários em decorrência das atividades da empresa.

2.1.12 Não utilizar ou contratar fornecedor que utilize mão-de-obra infantil ou trabalho degradante ou análogo ao escravo, conforme previsão em legislação.

2.1.13 Realizar o engajamento e o incentivo a boas práticas socioambientais de seus funcionários, clientes, fornecedores e demais stakeholders.

2.1.14 Adotar em seu processo produtivo ações que contribuam para a redução da geração de resíduos tóxicos e gases de efeito estufa bem como, aquelas que privilegiem a produção local, incentivando o desenvolvimento local e contribuindo para a redução dos custos de transporte, uso de combustíveis fósseis, emissão de gases de efeito estufa.

2.1.15 Quando solicitado pela CAIXA, responder a pesquisa implementada pelo CDP – *CARBON DISCLOSURE PROJECT*, que trata sobre mudanças climáticas e segurança hídrica ou outra que vier a substituí-la futuramente.

2.1.16 Promover a disseminação da política do Jogo Responsável, que consiste na adoção de diretrizes e práticas voltadas para a prevenção do jogo compulsivo e proteção de pessoas vulneráveis — como menores de idade —, assim como de potenciais transtornos de jogo eventualmente associados a apostas.

2.1.17 De maneira a disseminar o conhecimento sobre o tema Jogo Responsável, divulgar o site www.jogoresponsavel.com.br e incentivar o acesso por seus colaboradores, clientes, fornecedores e demais partes interessadas — *stakeholders* —, contribuindo para a expansão da educação dos apostadores das Loterias Federais considerando as melhores práticas mundiais do Jogo Responsável.

2.2 As violações a este Código de Conduta serão submetidas à avaliação da área responsável na CAIXA, que deliberará sobre o encaminhamento da ocorrência para abertura de Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

3 PADRÕES ESPECÍFICOS DE CONDUTA

3.1 A Pessoa Jurídica, na pessoa dos seus representantes, e todo o seu corpo funcional se comprometem a combater quaisquer práticas lesivas à Administração Pública, tais como:

3.1.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada.

3.1.2 Financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática de atos de corrupção e fraudes.

3.1.3 Utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para ocultar ou dissimular seus reais interesses ou a identidade dos beneficiários dos atos praticados.

3.1.4 Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público.

3.1.5 Impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público.

3.1.6 Afastar ou procurar afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo.

3.1.7 Fraudar licitação pública ou contrato dela decorrente.

3.1.8 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo.

3.1.9 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais.

3.1.10 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

3.1.11 Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação.

3.2 Se comprometem, ainda, em observância à Lei nº 12.846/13 e regulamentações a adotar as seguintes ações:

3.2.1 Diligenciar para que todos os seus colaboradores e representantes conheçam e cumpram este Código.

3.2.2 Informar imediatamente à CAIXA, caso venha a tomar conhecimento de qualquer indício de violação a este Código ou às leis pertinentes.

3.2.3 Caso tenha conhecimento, identificar e discriminar pessoas que estejam agindo em seu nome, ou por sua conta e ordem, que prometeu, deu ou ofereceu, direta ou indiretamente, vantagem ou promessa de vantagem a qualquer agente público, ou esteve envolvido na prática de atos ilícitos referentes a crimes contra a administração pública.

3.2.4 Adotar mecanismos e procedimentos para a prevenção dos crimes de lavagem de dinheiro em sintonia com a pertinente legislação, em especial, a Lei 9.613/98, bem como, dar conhecimento tempestivo à CAIXA de delitos da espécie consumados ou tentados que a ela se relacionem.

3.2.5 Combater qualquer iniciativa que vá de encontro à livre concorrência, inclusive as indutoras à formação de cartel.

3.2.6 Proteger a reputação da CAIXA, resguardando-a de ações e atitudes inadequadas que comprometam a sua imagem, praticadas direta ou indiretamente por pessoas que estejam agindo em nome da Pessoa Jurídica ou por sua conta.

3.3 A Pessoa Jurídica buscará adotar Código de Ética próprio, a fim de priorizar e sistematizar os seguintes Valores em sua governança corporativa:

3.3.1 Respeito - As pessoas são tratadas com ética, justiça, respeito, cortesia, igualdade e dignidade, sendo exigido de dirigentes, empregados e parceiros absoluto respeito pelo ser humano, pelo bem público, pela sociedade e pelo meio ambiente.

3.3.2 Honestidade – Os negócios são geridos com honestidade, estando o interesse público em 1º lugar, em detrimento de interesses pessoais, de grupos ou de terceiros.

3.3.3 Compromisso - Os dirigentes, empregados e parceiros estão comprometidos com o mais elevado padrão ético no exercício de suas atribuições profissionais, com o cumprimento das leis, das normas e dos regulamentos internos e externos que regem a empresa.

3.3.4 Transparência - Aos clientes, parceiros comerciais, fornecedores e à mídia é dispensado tratamento equânime na disponibilidade de informações claras e tempestivas, por meio de fontes autorizadas e no estrito cumprimento da legislação aplicável.

3.3.5 Responsabilidade – as ações são pautadas nos preceitos e valores éticos deste Código, de forma a eliminar ações e atitudes corruptivas, bem como proteger o patrimônio público, com a adequada utilização das informações, dos bens e demais recursos colocados à disposição para a gestão eficaz dos negócios, garantindo proteção a quem denunciar as violações a este Código.

3.3.6 Responsabilidade social, ambiental e climática – forma de gestão e realização de negócios de uma empresa, que incorpora considerações sociais (respeito, proteção, promoção de direitos e garantias fundamentais e de interesse comum), ambientais (preservação e reparação do meio ambiente, incluindo sua recuperação) e climáticas (contribuições institucionais para uma economia de baixo carbono - redução/compensação - e redução dos impactos ocasionados por intempéries e alterações ambientais de longo prazo) em seus processos decisórios, bem como a responsabilidade pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente;

ANEXO **XX** DO CONTRATO Nº**TERMO DE RECEBIMENTO, CIÊNCIA E ADESÃO**
AO CÓDIGO DE CONDUTA DO FORNECEDOR CAIXA

[NOME DA EMPRESA OU FORNECEDOR], inscrita(o) no **[CNPJ OU CPF]**, por meio do seu representante devidamente constituído, **[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DO FORNECEDOR]**, DECLARA, sob as penas da lei, para fins de formalização de contratação com a CAIXA, que:

1. Recebeu uma cópia integral do Código de Conduta do Fornecedor CAIXA;
2. Tomou conhecimento de todos os seus termos e se compromete a cumpri-los integralmente;
3. Compartilhará as condutas contidas neste Código com seus empregados, sua respectiva cadeia produtiva e seus subcontratados, quando for o caso;
4. Não tem conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
5. Se compromete a informar à CAIXA caso venha a tomar conhecimento de qualquer violação ou indício de violação a este Código ou à legislação anticorrupção;
6. Tem conhecimento de que a manutenção da relação contratual com a CAIXA implica na concordância em seguir este Código e suas eventuais alterações, aditamentos ou revisões futuras;
7. Se compromete em acessar o endereço eletrônico www.licitacoes.caixa.gov.br, para manter-se atualizado em razão de possíveis alterações neste Código de Conduta.

Local, data.

(assinatura)
(nome e cargo)

ANEXO **XX** DO CONTRATO Nº**TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE RESPONSABILIDADE SOCIAL,
AMBIENTAL E CLIMÁTICA CAIXA – FORNECEDORES**

Nome Fantasia	CNPJ

Endereço	Telefone

Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA (<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA.

_____, _____ de _____ de _____.

Local/Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO **XX** DO CONTRATO Nº**TERMO DE CIÊNCIA DA POLÍTICA DE PREVENÇÃO E COMBATE AO ASSÉDIO MORAL E SEXUAL E À DISCRIMINAÇÃO DA CAIXA – FORNECEDORES**

Nome Fantasia	CNPJ

Endereço	Telefone

Nome do Representante Legal	CPF

Declaramos estar cientes das diretrizes da Política de Prevenção e Combate ao Assédio Moral e Sexual e à Discriminação disponíveis na página de Sustentabilidade CAIXA <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”) e que nos comprometemos a observar as referidas diretrizes no relacionamento com a CAIXA.

_____, _____ de _____ de _____.

Local/Data

Assinatura do Representante Legal

ANEXO XX DO CONTRATO Nº**TERMO DE RESPONSABILIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO – Exclusivo**
para Prestador de Serviço

Nome do Usuário	CPF
Empresa	Função
Lotação	Telefone

Declaro ter permissão de acesso às informações da CAIXA, ou sob sua responsabilidade, recebidas do gestor responsável, necessárias ao desempenho das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado, e comprometo-me a cumprir o disposto nos itens a seguir:

1. Conhecer e cumprir, rigorosamente, a Política de Segurança e Informação – PO007 (link abaixo) e demais normas e procedimentos da CAIXA relativos à segurança da informação;
2. Estar ciente de que os acessos aos quais se referem o presente Termo foram concedidos para uso exclusivo nas atividades a que se destinam e de que a CAIXA disponibiliza o acesso à Internet, inclusive Redes Sociais, como ferramenta de trabalho;
3. Observar a classificação das informações às quais tiver acesso, de acordo com os critérios estabelecidos pela CAIXA em função das atividades por mim executadas.
4. Não utilizar meus acessos para visualizar informações ou dados desnecessários ao exercício de minhas atividades;
5. Não utilizar meus acessos para copiar ou remover recursos computacionais, informação de propriedade da CAIXA ou por ela administrada, sem autorização para esse fim;
6. Não utilizar meus acessos para interferir em serviços, provocando, por exemplo, congestionamento, alteração, lentidão ou interrupção do tráfego da rede CAIXA;
7. Não utilizar os recursos e acessos disponibilizados pela CAIXA para tratar de assuntos pessoais, criticar a CAIXA e/ou seus empregados, ou em atividades ilegais como difamação, discriminação, obscenidade, pornografia, ameaça, roubo, tentativa de acesso desautorizado a dados ou tentativa de burlar medidas de segurança em sistemas, interceptação de mensagens eletrônicas e violação de direitos autorais;
8. Respeitar os direitos de propriedade, instalando e/ou utilizando somente recursos tecnológicos autorizados e com as respectivas licenças de uso válidas;
9. Não citar ou discutir assuntos internos da CAIXA em ambientes públicos, físicos ou virtuais, e não publicar/compartilhar nas redes sociais qualquer assunto ofensivo à imagem da CAIXA e de seus empregados, rotinas de trabalho e funcionamento das

unidades, além de fotos e imagens do interior das unidades da CAIXA que fragilizem a segurança e exponham informações;

10. Não revelar, dentro ou fora da CAIXA, fato ou informação interna ou confidencial de que tenha ciência em razão das atividades desempenhadas para a empresa contratada pela CAIXA, à qual sou vinculado;
11. Comunicar ao preposto da empresa contratada qualquer suspeita ou evidência de transgressão às normas em vigor, principalmente para os casos em que ficar comprovado o comprometimento de informação corporativa da CAIXA ou sob sua responsabilidade, evitando que a imagem da CAIXA seja colocada em risco junto ao seu público interno e externo.

Estou ciente de que:

- A CAIXA se reserva o direito de monitorar a utilização dos ativos de informação disponibilizados aos usuários, para assegurar o fiel cumprimento das orientações contidas na PO007;
- As responsabilidades quanto à segurança da informação se estendem além do horário de trabalho e continuam mesmo depois de encerrado o contrato de trabalho, para as informações obtidas em virtude das atividades executadas para a empresa contratada pela CAIXA;
- O descumprimento de qualquer item deste Termo pode acarretar a aplicação das sanções citadas nos contratos de prestação de serviço, aplicável à empresa contratada, e, ainda, nos demais processos legais e responsabilidades civil e penal cabíveis, também aplicáveis ao prestador de serviço/preposto.

OBS.: A PO007 (Política de Segurança e Informação) está disponível publicamente no site da CAIXA, no endereço <www.caixa.gov.br>, clique na aba "Downloads", item "Governança Corporativa", no link "Política de Segurança e Informação", ou acessado diretamente pelo endereço <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/politica-seguranca-informacao.pdf>.

_____, ____ de _____ de _____

Local/Data

Assinatura do usuário

Nome, CPF e Assinatura do
Representante/Preposto da Empresa
Contratada

[ESTA DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA PELA EMPRESA CONTRATADA, AO GESTOR OPERACIONAL DO CONTRATO, APÓS A REALIZAÇÃO DOS TREINAMENTOS]

DECLARAÇÃO DE TREINAMENTO DOS EMPREGADOS

Eu,....., CPF....., representante da empresa , CNPJ, no cargo de, declaro que todos os empregados vinculados a esta organização que prestam serviços na CAIXA, receberam treinamento referente aos conteúdos de Ética, Integridade, Segurança da Informação, Gestão de Riscos e Governança Corporativa e Responsabilidade Social, Ambiental e Climática e Prevenção ao Assédio Moral e Sexual, com base no conteúdo de referência fornecido pela CAIXA por meio de seu sítio, no endereço <https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade>, www.licitacoes.caixa.gov.br, ícone “Informações aos Fornecedores CAIXA” e <https://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-governanca/Politica-de-Combate-ao-Assedio-Moral-Sexual-Discriminacao.pdf> (ou pelo site www.caixa.gov.br, aba “Downloads”, no link “A CAIXA – Governança Corporativa”)

É nosso compromisso treinar todos os empregados desta organização que vierem a ser contratados durante a vigência do contrato com a CAIXA, antes de prestarem serviços a ela.

_____, _____ de _____ de _____

Local/Data

Nome

ANEXO V**MODELO DE DECLARAÇÃO DE MPE**

A empresa, inscrita no CNPJ/MF....., DECLARA, sob as penas da Lei, para fins de participação **LICITAÇÃO CAIXA nº 063/2025** que:

- Se enquadra na condição de _____ **(a licitante deve informar se é microempresa ou empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual - MEI)**, nos termos do Art. 3º da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 **[Quando for microempresa ou empresa de pequeno porte]** ou nos termos do §1º do art.18-A da LC 123, de 14 de dezembro de 2006 **[Quando for microempreendedor individual - MEI]**, e não está inserida em nenhuma das excludentes hipóteses do § 4º do mesmo Artigo, estando apta a usufruir do tratamento favorecido em licitações, previsto na referida Lei Complementar.

Localidade, _____ de _____ de _____

.....

Assinatura do representante legal da empresa

Nome/CPF

ANEXO VI**TERMO DE COMPROMISSO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E AO CONLUÍO
ENTRE LICITANTES E DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL E
CLIMÁTICA**

[NOME DA EMPRESA], inscrita no CNPJ/MF nº, por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], doravante denominado [Licitante], para atendimento ao Edital de **Licitação CAIXA n.º 063/2025**.

- Consciente de que a sociedade civil brasileira espera dos agentes econômicos a declaração de adesão a princípios, atitudes e procedimentos que possam mudar a vida política do País, assim como anseia pela efetiva prática de tais princípios;
- Desejosa de oferecer à nação uma resposta à altura das suas expectativas;
- Determinada a propagar boas práticas de ética empresarial, que possam erradicar a corrupção do rol das estratégias para obter resultados econômicos;
- Ciente de que a erradicação das práticas ilegais, imorais e antiéticas depende de um esforço dos agentes econômicos socialmente responsáveis para envolver em tais iniciativas um número cada vez maior de empresas e organizações civis;

Sob as penas da lei, em especial o art. 299 e arts. 337-E a 337-P do Código Penal Brasileiro, se compromete a:

1. Adotar, ou reforçar, todas as ações e procedimentos necessários para que as pessoas que integram as suas estruturas conheçam as leis a que estão vinculadas, ao atuarem em seu nome ou em seu benefício, para que possam cumpri-las integralmente, especialmente, na condição de fornecedor de bens e serviços para a CAIXA;
2. Proibir, ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício dê, comprometa-se a dar ou ofereça suborno, assim entendido qualquer tipo de vantagem patrimonial ou extrapatrimonial, direta ou indireta, a qualquer funcionário CAIXA, nem mesmo para obter decisão favorável aos seus negócios;
3. Proibir ou reforçar a proibição de que qualquer pessoa ou organização que aja em seu nome, seja como representante, agente, mandatária ou sob qualquer outro vínculo, utilize qualquer meio imoral ou antiético nos relacionamentos com funcionários CAIXA;
4. Evitar que pessoa ou organização que atue em seu nome ou em seu benefício estabeleça qualquer relação de negócio com as pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que tenham sido declaradas inidôneas pela Administração Pública;
5. Não tentar, por qualquer meio, influir na decisão de outro participante quanto a participar ou não da referida licitação;
6. Apoiar e colaborar com a CAIXA em qualquer apuração de suspeita de irregularidade ou violação da lei ou dos princípios éticos refletidos nesta declaração, sempre em estrito

respeito à legislação vigente;

E, ainda, declara que:

7. A proposta apresentada nesta licitação foi elaborada de maneira independente e que o seu conteúdo, bem como a intenção de apresentá-la não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante em potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa antes da abertura oficial das propostas;

8. Esta empresa e seus sócios-diretores não constam em listas oficiais por infringir as regulamentações pertinentes a valores sócios-ambientais, bem como não contrata pessoas físicas ou jurídicas, dentro de sua cadeia produtiva, que constem de tais listas;

9. Está plenamente ciente do teor e da extensão deste documento e que detém plenos poderes e informações para firmá-lo.

_____, ____ de _____ de _____

[REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE,
COM IDENTIFICAÇÃO COMPLETA]

ANEXO VII
DECLARAÇÃO DO LICITANTE

À
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
CECOT

Referência: Edital **Licitação CAIXA nº 063/2025**

A [RAZÃO SOCIAL/NOME], inscrito(a) no [CNPJ/CPF], por meio do seu representante devidamente constituído, [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE], DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta Licitação, por meio do Edital publicado;
2. Se obriga a informar a existência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação;
3. Preenche todos os requisitos e condições de habilitação constantes do Edital, não se enquadrando em quaisquer das situações de impedimento nele previstas;
4. Os documentos apresentados no Portal Licitações CAIXA são cópias fiéis dos correspondentes documentos originais, tem ciência das condições impostas pela Lei nº 13.726/2018 e está ciente que na hipótese de declaração falsa, fica sujeita às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis; e
5. Seu representante devidamente constituído responde por uma única **[adequar conforme o caso]** pessoa física/pessoa jurídica, para manifestação nos procedimentos de habilitação e demais fases e atos inerentes à licitação.
6. Tem ciência das disposições da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) e da publicação dos documentos fornecidos para habilitação nesta Licitação no Portal da Transparência CAIXA e no PNCP, em atendimento à Lei nº 13.303/2016 e determinação dos Órgãos de Controle Externo.

_____, _____ de _____ de _____
Local/Data

[Nome e assinatura do proponente ou representante legal]

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>). Ou **por meio de Sistemas eletrônicos com senha pessoal e intransferível capaz de comprovar a autoria e a integridade dos documentos.**

ANEXO VIII**DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Eu, _____, RG _____, órgão expedidor _____, CPF _____, representante legal da empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que as cópias dos documentos listados a seguir, apresentados no Portal Licitações CAIXA ou via e-mail para efeitos de habilitação para a **LICITAÇÃO CAIXA nº. 063/2025** ou para efeitos de contratação, são autênticos e representam cópias fiéis dos correspondentes documentos originais; em caso de dúvida quanto à autenticidade, TENHO CIÊNCIA de que a CECOT poderá exigir a apresentação do documento em cópia autenticada digitalmente, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro.

Descrever as cópias dos documentos que serão enviados [Preencher e selecionar abaixo quais cópias dos documentos que serão enviados]

- a) Proposta e Planilha (se for o caso);
- () Proposta Comercial, devidamente assinada; (manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)
- () Planilha Orçamentária, devidamente assinada; (manter apenas quando for o caso e se não for assinada por certificado digital)
- b) Documentação relativa à Habilitação jurídica;
- () Contrato Social e Alterações ou Consolidação, registrados na Junta Comercial sob nº _____, datado de _____;
- c) Documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista;
- () Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CND - ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União – CPEND
- () CND FGTS
- () CND Trabalhista
- d) Documentação relativa à qualificação econômico-financeira;
- () Certidão de Falência ou recuperação judicial/extrajudicial válida;
- () Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do Último Exercício registrados na forma da Lei.
- e) Documentos de comprovação da Qualificação Técnica; (identificar cada atestado enviado, quantos forem necessários)
- () Atestados / certidões / declarações _____
- () Atestados / certidões / declarações _____
- () Atestados / certidões / declarações _____

f) Aceites, termos e demais declarações contidas no edital; (elencar abaixo quais declarações foram assinadas e enviadas pela empresa. Ex. Modelo I, Modelo II, etc)

() _____;
() _____;
() _____;
() _____;
() _____;

DECLARO ainda ter conhecimento dos termos descritos na Lei 13.726/2018:

“Art. 3º - Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

[...]

II – Autenticação de cópia de documento, [...]

[...]

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.”

Localidade, _____ de _____ de _____

Assinatura do representante legal da empresa

Nome legível:

RG:

CPF:

Esta declaração deve ser assinada por meio de certificado digital padrão ICP-BRASIL, tendo sua conferência e validação realizada através da ferramenta “verificador de conformidade”, disponibilizada pelo ITI – Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (<https://verificador.iti.gov.br>).